



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA

A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NO RJTV – 1ª EDIÇÃO

CÍNTIA GONÇALVES ALBUQUERQUE

Rio de Janeiro

2020

A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NO RJTV – 1ª EDIÇÃO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Muniz Sodré

Rio de Janeiro

2020

FICHA CATALOGRÁFICA

ALBUQUERQUE, Cíntia.

A Representação do Negro no RJTV – 1ª Edição.
Cíntia Gonçalves Albuquerque. Rio de Janeiro, 2020.

134 f.

Dissertação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2020.

Orientador: Muniz Sodré de Araújo Cabral.

1. Representação Social. 2. RJTV. 3. Racismo. I. SODRÉ, Muniz, orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

CÍNTIA GONÇALVES ALBUQUERQUE

A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NO RJ TV – 1ª EDIÇÃO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Comunicação e Cultura.

Rio de Janeiro, 2 de março de 2020

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Muniz Sodré – Orientador (PPGCOM-UFRJ)

Prof. Dr. Eduardo Coutinho – Examinador (PPGCOM-UFRJ)

Prof. Dr. João Freire Filho – Examinador (PPGCOM-UFRJ)

Profª Dra. Zilda Martins – Suplente (PPGCOM-UFRJ)

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Sueli e César, que desde cedo me incentivaram a estudar, ofereceram apoio nos momentos difíceis que passei durante a caminhada acadêmica e foram fundamentais para a conquista desta etapa na minha vida. Desejo um dia retribuir tudo que me foi dado ao longo de todos esses anos. Obrigada – e desculpa – por terem abdicado da vida de vocês em alguns momentos para me oferecer o melhor que podiam.

À minha irmã Bianca e à minha prima Caroline, que são as minhas melhores incentivadoras e amigas e me ajudam a acreditar que sou capaz de enfrentar os desafios que, na minha cabeça, pareciam impossíveis.

Ao meu amor Vinicius, que é o meu verdadeiro porto seguro e grande admirador. Espero poder passar toda a minha vida com você, que me levanta diariamente e me faz sentir uma mulher tão amada.

Aos meus melhores amigos, Olivia, Lobinho e Nicop – *in memoriam* – que se tornaram o meu suporte emocional desde que entraram para a minha vida. Ainda que muitos possam estranhar, considero a minha relação com os meus cachorros uma das mais fortes que tive ao longo dos meus 24 anos e, sem eles, certamente não chegaria até aqui.

À Natália, que ouve os meus lamentos, inseguranças, desejos e segredos mais obscuros e me conhece como ninguém. Obrigada por aceitar o grande desafio de me auxiliar no autoconhecimento e me ajudar a ser uma mulher mais segura e confiante.

Ao Colégio Pedro II, por ter me mostrado a importância e o poder das relações humanas e como nós podemos mudar o mundo com pequenas atitudes, e às amigadas que fiz durante os meus anos de Ensino Médio, pelo amor, carinho e companhia que não acabaram após os diferentes caminhos traçados: Bruna, Carol, Tainá e Pâmela.

À Julia, meu maior presente da ECO, que me ajuda, todos os dias, a enxergar o lado bom da vida. Obrigada por me ouvir e me acompanhar na vida, tanto em momentos bons como nos ruins.

Ao meu orientador, Muniz Sodré, pelas contribuições literárias e conversas dentro e fora de sala de aula, que foram essenciais para a construção desta dissertação.

À professora Zilda Martins, que, durante a minha escrita do TCC, despertou-me o interesse pela área acadêmica e me incentivou a entrar para o mestrado.

Aos professores Eduardo Coutinho, João Freire e Raquel Paiva, com as suas aulas que me faziam voltar para casa, ainda no ônibus, refletindo a respeito e desejando dividir as novas descobertas com quem amo.

Ao CNPq, por financiar a minha pesquisa e me fazer acreditar que a ciência no Brasil não deve sucumbir mesmo no difícil momento político que enfrentamos.

À UFRJ que, ao longo dos seis anos entre a graduação e o mestrado, trouxe-me lições árduas, vontades de desistir seguidas da sede por conhecimento. Com essa instituição, descobri que não posso fugir de quem sou e do que quero, ainda que o contexto atual não seja um grande estimulador. Obrigada por me ensinar que sou mais forte do que pensava.

Nós afirmados os laços do passado, os vínculos do presente, quando reaprendemos nossa história, nutrimos a sensibilidade compartilhada que tem sido retida no presente, ligando esses gestos à luta de resistência, a um movimento de libertação que busque erradicar a dominação e transformar a sociedade.
(bell hooks, *Olhares Negros*, 2019)

ALBUQUERQUE, Cíntia. **A Representação do Negro no RJTV – 1ª Edição**. Orientador: Muniz Sodré de Araújo Cabral. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO. Dissertação.

RESUMO

Esta pesquisa pretende identificar qual é a representação social construída pelo telejornal RJTV – 1ª Edição sobre a população negra no Rio de Janeiro. Principia com o estudo sobre o conceito de representação social, cunhado por Serge Moscovici, relacionando-o com a questão do estereótipo, minorias e mídia. Logo após, é analisada a estrutura da televisão e a sua influência na sociedade contemporânea, abordando a relação da TV com a hegemonia, a formação de identidade e práticas de racismo. O trabalho também explora o histórico e as características atuais do RJTV – 1ª Edição, além de avaliá-lo sob o ponto de vista da comunicação comunitária. Por fim, é exposta a metodologia de análise sobre as reportagens do telejornal e os resultados obtidos com ela. A hipótese central é que o programa não consegue se desvincular do racismo estrutural presente na emissora Rede Globo, então a representação social do negro é carregada de conteúdo negativo ainda que, vez ou outra, seja possível escapar desse padrão em alguns noticiários do programa. Acredita-se, neste trabalho, que o telejornal deveria apresentar o afrodescendente em toda a sua complexidade, não vinculando a representação entre o eixo negativo-positivo.

Palavras-chave: Representação Social, RJTV, Racismo.

ABSTRACT

This research intends to identify what is the social representation constructed by the TV newscast RJTV – 1st Edition about the black population in Rio de Janeiro. It begins with the study on the concept of social representation, coined by Serge Moscovici, relating it to the issue of stereotype, minorities and the media. Soon after, the structure of television and its influence on contemporary society is analyzed, adding the relationship of TV with hegemony, the formation of identity and practices of racism. The work also explores the history and current characteristics of RJTV – 1st Edition, in addition to evaluating it from the point of view of community communication. Finally, the analysis methodology on the news reports and the results obtained with it is exposed. The central hypothesis is that the program is unable to detach itself from the structural racism present on Rede Globo, so the social representation of black people is loaded with negative content even though, occasionally, it is possible to escape this pattern in some news. It is believed, in this work, that the newscast should present the Afro-descendants in all their complexity, not linking the representation between the negative-positive axis.

Keywords: Social Representation, RJTV, Racism.

LISTA DE QUADROS

QUADRO: REPORTAGENS DO RJTV – 1ª EDIÇÃO.....	107
--	-----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO NEGRA.....	9
2.1. Representação social, minorias e a questão racial.....	9
2.2. Raça, representação e mídia.....	35
2.3. Representação social do negro na publicidade, telejornal, filme e novela.....	47
3. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA TELEVISÃO.....	60
3.1. Análise sobre a televisão.....	60
3.2. Relação da mídia com a legitimação da dominação.....	78
3.3. Televisão, racismo e identidade.....	87
4. REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NO RJTV – 1ª EDIÇÃO.....	93
4.1. Histórico e estrutura do RJTV – 1ª Edição.....	93
4.2. RJTV – 1ª Edição: um jornal comunitário?.....	97
4.3. Análise das reportagens do RJTV – 1ª Edição.....	105
5. CONCLUSÃO.....	128
3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	131

1.INTRODUÇÃO

A deportação de africanos para o Brasil durou mais de 300 anos e, com isso, a população do país foi formada também por sujeitos escravizados. Após as criações das leis antiescravagistas e, principalmente, com a abolição da escravatura a partir do decreto da Lei Áurea em 13 de maio de 1888, os ex-escravizados foram largados à própria sorte. Aliás, as pessoas não-brancas nunca eram a primeira opção para fazendeiros que queriam trabalhadores livres, demonstrando que, após o fim do sistema escravista, não houve um projeto de inclusão social. Ao contrário, constituiu uma sociedade dividida.

Essa divisão está presente até hoje na população brasileira por meio do racismo. Ainda que a maioria das pessoas no Brasil seja negra, isso não indicou a superação da desigualdade racial. A hegemonia branca continua no país e movimenta um tipo de racismo que Florestan Fernandes (1972) chama de dissimulado, em que as pessoas sabem que ser racista é errado, mas isso não impede-as de ser, ainda que seja de forma sutil.

Nesse sentido, a população negra é preterida em diversos ambientes e um deles é o televisivo. Fora dos contextos estereotipados, a população negra, salvo exceções, não existe na mídia. Se não estiver em situação carente, criminal ou marginalizada, o afrodescendente raramente possui voz ativa para dar depoimento, porque ele não é a principal escolha imagética nos noticiários – a preferência continua dominada por meio da pele clara.

Aliás, ainda existe a imagem do negro sexualizado ou bobo, ingênuo, como garis afrodescendentes sorrindo sempre para a vida. Ou seja, a TV apresenta o afro-brasileiro como um espetáculo. Dessa forma, os brasileiros negros não enxergam a própria imagem refletida no espelho da mídia.

Uma das premissas deste trabalho está baseada na afirmação de Sodré (2015) sobre a relação da imprensa com o racismo. Para o autor, a imprensa revela-se conivente com a reprodução do racismo por não combater a discriminação racial e, ao em vez disso, apenas falar a respeito quando algum caso vem à tona. Além disso, ele acredita que essa reprodução acontece primeiramente com a negação do racismo por meio de discursos que consideram o preconceito como algo do passado.

Aprofundando nesse assunto, é interessante destacar que nas reportagens televisivas, em geral, que abarcam temas como criminalidade, por exemplo, torna-se comum ver imagens de jovens negros sendo apreendidos, depoimentos transmitidos de forma dramática — e, por

vezes, apelativa — pelas famílias desses jovens. Daí surge o questionamento: como a população negra se sente ao ver sua imagem frequentemente vinculada ao mundo do crime, violência, pobreza e subalternização? Pode-se inferir que essa forma de reforço aos estereótipos fere a autoestima dos afrodescendentes, pois a imagem transmitida retrata o afro-brasileiro como um ser predestinado à condição de eterna inferioridade.

Outro estereótipo retratado é o de pobre e negro que conseguiu superar as dificuldades e atualmente é bem-sucedido. Porém, em histórias comuns, pessoas negras não costumam ser a primeira opção como fontes para jornalistas. Raramente afrodescendentes são entrevistados como especialistas dos assuntos ou como “personagens da vida real”. Dessa forma, a televisão transmite à sociedade a ideia de que a população negra só existe enquanto pobre e criminosa, pois caso não se encaixe nesses estereótipos, ela é invisibilizada nas telas.

Nesse contexto, revela-se necessário destacar a relação da TV com a sociedade atual. Segundo Bourdieu (1997), o ser humano atribui uma importância a ser visto na TV. Aliás, ele ainda observa que alguns autores e filósofos acreditam que ser é estar representado na televisão, ser visto pelos jornalistas. Ou seja, existe a necessidade de visibilidade. Mas, como indica Sodré (2015), a invisibilidade social de uma pessoa aumenta inversamente em relação à visibilidade da sua cor. Assim, o negro, que tem a pele mais visível, torna-se invisível socialmente.

Dessa forma, é possível perceber que a população negra não possui as suas diferentes formas de existência representadas nos telejornais. Os brasileiros negros não são sempre pobres, criminosos, pessoas que sofrem o tempo todo com condições inferiores de vida. Eles também estudam em universidades, conseguem cargos de boa remuneração, constituem famílias, viajam, são especialistas em diversas áreas e merecem ser vistos de forma heterogênea. A população negra tem o direito de se enxergar nos telejornais de diferentes maneiras. Afinal, se a TV não está representando os negros em todas as suas formas, ela não está fazendo o seu papel de ator democrático da sociedade.

Para mudar essa situação, é necessário analisá-la e tentar compreender os motivos pelos quais ainda perdura essa forma de racismo nos telejornais. Além disso, mostra-se importante valorizar a população negra no âmbito acadêmico ao ponto de reconhecê-la como protagonista do trabalho, não a colocando como vítima de uma condição inferiorizada que ocorre há séculos, mas como um agente fundamental e formador da sociedade brasileira.

Com base nesse contexto histórico-social, considero necessário realizar um aprofundamento da situação de acordo com o recorte geográfico no país. Para isso, optarei por analisar a representação do negro no programa RJTV – 1ª Edição. O RJTV surgiu em janeiro de 1983, apresentado por Berto Filho, devido à necessidade de criação de um jornalismo pela emissora Rede Globo com foco local.

Propondo-se como um prestador de serviços para a população, esse telejornal se releva como um mediador entre os moradores e o Estado, para que, assim, eles possam ter as suas reivindicações atendidas. Apresentado por Mariana Gross, o programa abrange notícias da Grande Rio, sendo exibido de segunda a sábado a partir de meio-dia, com duração de aproximadamente 50 minutos.

Como o RJTV – 1ª Edição se considera um porta-voz da população, revela-se importante averiguar se esse meio consegue representar a população negra sem rotulá-la nos estereótipos constantemente repetidos pela televisão, como o negro criminoso e pobre. Portanto, o trabalho possui como objetivos analisar em quais contextos e locais os negros aparecem nas reportagens, se é comum vê-los como entrevistados especialistas, personagens comuns, qual viés jornalístico (empático, indiferente etc) é utilizado nas matérias e, por fim, se o programa, por meio de suas reportagens, corrobora com o racismo ou tenta combatê-lo de alguma forma.

Aliás, é importante destacar que, de acordo com a pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹, o Rio de Janeiro é o segundo estado com o maior número de pessoas autodeclaradas negras no Brasil, perdendo o posto de primeiro lugar para a Bahia. Então, como essas pessoas estão sendo mostradas na TV? Por isso, o objetivo principal do trabalho é analisar a representação dos negros no telejornalismo com enfoque no Rio de Janeiro, então a análise de um telejornal regional mostra-se essencial para o estudo, já que não veicula reportagens internacionais ou nacionais.

Sobre o RJTV – 1ª Edição, uma das premissas que orienta o trabalho é que não se pode afirmar a existência de um total apagamento da população negra. Diferente de outros telejornais da emissora Rede Globo como o Jornal Hoje (JH) e o Jornal Nacional (JN), o RJTV veicula com frequência as imagens e depoimentos de afrodescendentes nas reportagens. Uma hipótese para essa diferença é que, devido às diferentes temáticas abordadas nos

1 Ver: População que se declara preta mantém tendência de crescimento no país, aponta IBGE. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/populacao-que-se-declara-preta-mantem-tendencia-de-crescimento-no-pais-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em: 01 de julho de 2019.

telejornais, os afrodescendentes aparecem mais. Tanto o JH quando o JN possuem muitas matérias sobre a política nacional e notícias internacionais, assuntos nos quais os negros brasileiros raramente aparecem.

Por outro lado, ainda que o RJTV – 1ª Edição veicule afro-brasileiros nas reportagens, mostra-se necessário avaliar em quais contextos eles aparecem. O telejornal trabalha com temas como violência – pode-se dizer que é um dos tópicos que mais aparecem nas reportagens, por vezes ocupando um bloco inteiro ou mais no programa –, saúde, política, transporte, segurança e irregularidades em geral, ou seja, temáticas que envolvem reportagens com viés comunitário.

Uma hipótese é que, nas matérias de violência, os negros se mostram como os verdadeiros protagonistas. Nesse quadro, é essencial avaliar a relação dos afrodescendentes com esse tema. Os dados do Mapa da Violência 2016² mostram que, enquanto em 2003 foram registradas 20.291 vítimas negras, em 2014 esse número saltou para 29.813. A população afrodescendente continua sendo a mais assassinada, ocupando 70,5% das mortes por homicídio com armas de fogo no país.

Dessa forma, os afrodescendentes são os que mais sofrem com a violência, mas não deveriam ser reduzidos a isso — atitude realizada por grande parte dos telejornais. Bourdieu (1997) acredita que os jornalistas utilizam “óculos” para escolher o assunto e o modo de abordá-lo. Segundo ele, a televisão carrega consigo a dramatização e, por isso, “(...) Em relação aos subúrbios, o que interessará são as rebeliões” (BOURDIEU: 1997, p. 25). Então é possível associar que, em relação à população negra, o que interessará é a pobreza e a criminalidade, já que esses são os lugares estabelecidos para essa categoria.

Além disso, é importante destacar que o tema da pesquisa se mostra relevante porque, ao fazer uma análise sobre a TV aberta, é possível concluir que a Rede Globo continua sendo a grande líder em audiência, chegando a alcançar 71 pontos de média³. Dessa forma, baseando-se na ideia de que a TV orienta às pessoas como e o que pensar, ainda que essa orientação possa ser contestada, é necessário avaliar quais representações de minorias são transmitidas à população por meio dessa empresa. Afinal, ainda existe a crença de que “se está na TV, então é verdade”. Logo, quais “verdades” sobre as pessoas negras são veiculadas?

2 Ver: Mapa da Violência 2016. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf. Acesso em: 18 de junho de 2019.

3 Ver: Curiosidade: A maior audiência já registrada na TV brasileira obteve 71 pontos de média. Disponível em: <https://www.ocanal.com.br/noticia/curiosidade-maior-audiencia-ja-registrada-na-tv-brasileira-obteve-71-pontos-de-media-2/>. Acesso em: 01 de julho de 2019.

O interesse em analisar o objeto escolhido parte, principalmente, devido à falta de pesquisa sobre a representação do negro no RJTV – 1ª Edição. Por ser o segundo maior estado preto do país, questionei o porquê de ainda não haver um trabalho sobre essa temática que envolva um dos principais programas da Rede Globo que trata sobre o Rio de Janeiro. Por isso, resolvi dar o passo inicial com esta pesquisa.

Nesse contexto, para apoiar teoricamente o trabalho, utilizarei o conceito de representação social criado por Serge Moscovici na década de 60. De acordo com esse autor, as representações sociais são estudadas pela psicologia social, que busca entender como esses fenômenos surgem e qual é o impacto deles na sociedade. Sendo assim, uma das principais funções das representações é convencionalizar tudo que envolve o ser humano – objetos, pessoas, acontecimentos –, por meio de uma categorização que, depois, será disseminada e absorvida pela população.

Outra função é impor uma ordem às pessoas, com o objetivo de impossibilitá-las de enxergar os componentes representados de outra forma que não seja do jeito que a classe hegemônica estipulou. No entanto, isso não impede que surjam outras representações de quem está à margem desse processo. Por isso, uma das características mais importantes desse assunto é que as representações não são estáticas, mas circulantes e podem sofrer alterações.

Além disso, Moscovici (2015) acredita que esses fenômenos originam conhecimentos, que também devem ser analisados. Afinal, como a sociedade se baseia pelas representações, esses fenômenos criam conhecimentos que podem ser ou assimilados ou criticados. No entanto, geralmente, são assimilados, já que um dos princípios da representação é trabalhar com o consenso e não com a coerção. Ou seja, o poder de convencimento das pessoas em relação à categorização estipulada para o objeto representado.

Vale destacar que a representação social tem profunda ligação com a comunicação, pois, de acordo com Moscovici (2015), ela só pode ser criada devido à existência da comunicação. Isso tem a ver com o que Sodré (2014) define como comunicação, que seria o fazer organizativo, permitindo o rearranjo de coisas e pessoas. Ora, não é esse um dos objetivos da representação? Por isso, revela-se necessário, também, estudar esse fenômeno pela ótica comunicativa e não somente pela psicologia social.

Dessa forma, é possível perceber que a grande finalidade da representação é tornar o não-familiar em familiar. Mas para isso, é necessário adicionar um “toque” familiar no desconhecido para que ele se torne inteligível, porque não é possível categorizar algo sem

aproximá-lo do que já é conhecido. Nesse sentido, Moscovici (2015) explica que a representação é construída por meio de dois processos: ancoragem e objetivação.

No primeiro caso, ancoram-se ideias que não são familiares em categorias ou imagens conhecidas, então, ancorar é categorizar, nomear. Já no caso da objetivação, a busca é tornar o abstrato em concreto, associando um ícone para uma ideia, criando um núcleo figurativo. Ou seja, conjunto de imagens que estão relacionados a um conjunto de ideias. Porém, o próprio autor acredita que, nem sempre, existe uma imagem equivalente à ideia, ao contrário de Jodelet (1986), outra autora importante para a análise da representação neste trabalho, que acredita na inseparabilidade de signo e significante.

Dito isso, no primeiro capítulo do trabalho, analisarei o fenômeno da representação, aliando-o aos estudos de estereótipo, raça e mídia. Por isso, na fase inicial, buscarei compreender os estereótipos, que são práticas representacionais, de acordo com Hall (2016), constantemente relacionados às minorias, em especial à população negra, utilizando autores como João Freire, Muniz Sodré, bell hooks, Cristiano Santos e Stuart Hall. Aliás, com a ajuda de autores como bell hooks, Zilda Martins e Stuart Hall, farei uma contextualização histórica desde o início da escravidão no continente americano, com o objetivo de analisar quais eram as representações do povo negro naquela época e quais perduram até os dias de hoje.

Durante essa abordagem, surgirão outros temas como a sexualização da mulher e do homem negro, o machismo e patriarcado absorvido pelo africano devido ao processo de colonização e os estereótipos dos afrodescendentes escravizados e ex-escravizados. Também tentarei compreender também quais outras representações sociais sobre a população negra surgiram no período pós-abolição. Além disso, atualmente, parece existir uma tentativa de homogeneização da experiência de ser negro devido à representação do negro. Sendo assim, tentarei identificar se essa afirmação realmente procede

Já na parte final do primeiro capítulo, com o apoio teórico dos autores anteriormente citados, buscarei traçar as representações formuladas pela mídia em relação ao negro. Nesse sentido, avaliarei diferentes meios, como a publicidade, jornais, telejornais, filmes e novelas, com o objetivo de identificar em quais contextos os sujeitos negros são inseridos na mídia, para que, assim, seja possível avaliar se o racismo está presente atualmente nesses meios da mesma forma com que esteve anteriormente, seja por meio de invisibilização, seja por meio de estereotipagem.

No segundo capítulo, o foco será o estudo da televisão, incluindo o telejornalismo, com o auxílio de autores como Pierre Bourdieu, Arlindo Machado e Muniz Sodré. Assim como Machado (2003), o trabalho tem como uma de suas premissas a afirmação de que a televisão é um importante veículo de massa com forte influência na vida social da modernidade e, por isso, deve ser analisado em suas particularidades. Vamos aproveitar ainda para abordar sobre a criação dos mitos na televisão, com o estudo de Roland Barthes..

Além disso, para entender como a televisão funciona, levando em conta, principalmente, o objetivo da mídia, será trabalhado o conceito de hegemonia, por meio de autores como Eduardo Coutinho, Gramsci e Carlos Nelson Coutinho. Afinal, a imprensa faz parte de um dos aparelhos privados de hegemonia, que constituem a sociedade civil, onde existe a contestação e a legitimação da dominação. Dessa forma, não há como existir imparcialidade na construção da notícia.

Outro ponto de interesse no capítulo será a análise da constituição de uma identidade negra pela televisão, incluindo o racismo propagado por ela. Quanto à questão da identidade, Sodré (2015) acredita que o termo é ilusório, porque cada ser possui particularidades únicas, então os indivíduos não poderiam se caracterizar por uma identidade fixa e essa é uma das premissas desse capítulo. O que existe, portanto, são múltiplas identificações.

Dessa forma, a constituição do sujeito é algo mutável, impossibilitando tratá-la pela ordem da estabilidade como sugere a criação do conceito de identidade. Em relação à população negra, a mídia cria identidades virtuais – aquelas que se atribuem ao outro – com base no senso comum, contaminado por preconceito, e na negação do sujeito. Esse tipo de identidade cria os estereótipos veiculados na TV, por exemplo, e se revela como uma forma de racismo midiático.

Para finalizar, o último capítulo será reservado à análise das reportagens do RJTV – 1ª Edição. No início, farei um breve contexto histórico do telejornal, abordando sobre o perfil comunitário que ele tenta apresentar, além dos principais quadros já criados durante os anos do programa. Para isso, utilizarei autoras como Lilian Saback e Raquel Paiva.

Após a apresentação dos principais pontos do RJTV – 1ª Edição, darei início à análise do programa em relação à representação do negro. Portanto, selecionarei três semanas dos meses de março, junho e outubro de 2019, com o objetivo de fazer a amostragem para um ano de acordo com os meses sem muita interferência. Sendo assim, serão selecionados, ao todo, 20 episódios do programa referentes à primeira semana dos meses citados.

Para avaliar o conteúdo, separarei os episódios por dia, tema, duração, viés do repórter, presença do repórter na reportagem, quantidade de sonoras e sonoras com identificação dos entrevistados e, por fim, a cor dos entrevistados. A seleção das reportagens foi feita com base nos conteúdos em que os negros foram vistos como os protagonistas, ou seja, foram os que mais apareceram nas matérias.

Com isso, será possível verificar em quais contextos o povo negro é colocado, seja como um entrevistado especialista ou personagem comum, seja como vítima ou causador de um acontecimento relatado pelo programa, observando também o modo como os negros são tratados pelos repórteres durante as reportagens.

Após todos esses passos, será possível ter uma conclusão a respeito da representação do negro no RJTV – 1ª Edição. Essa temática é de extrema importância, pois a sociedade se guia no mundo de acordo com as representações sociais, então é necessário saber como os grupos sociais, em especial as minorias, estão sendo representados pelos grupos hegemônicos. Vale lembrar que a televisão é uma concessão, não um direito. Dessa forma, cabe à sociedade civil e aos intelectuais da área de comunicação atuarem como vigilantes das ações produzidas pela mídia televisiva.

2. REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO NEGRA

Este capítulo analisará o conceito de representação social, sob a ótica de Serge Moscovici, com o objetivo de fazer uma ligação com a questão racial. Por isso, estereótipos e minorias serão trabalhados nesta etapa, para que assim seja possível entender a representação do negro na sociedade, que é o tema central deste capítulo. Logo após, a população negra representada pela mídia também entrará em pauta, pois esse estudo proporcionará uma base para a análise principal da pesquisa, que é a representação do negro no RJTV – 1ª Edição.

2.1. Representação social, minorias e a questão racial

Moscovici (2015) cunhou a teoria das representações sociais no início da década de 60, baseando-se na psicologia social. O autor acredita que o objetivo da psicologia social é estudar as representações, analisando como elas surgem e quais são os impactos na sociedade. Para dar início à teoria, Moscovici considera a representação como um fenômeno e não como um conceito, caracterizando assim esse fenômeno como uma forma de conhecimento. Nesse sentido, vale destacar que o conhecimento possui ligação com o interesse, sendo produzido por meio da comunicação e interação e expressado de acordo com os interesses humanos. Logo, conforme vão surgindo novos interesses humanos, surgem também novas representações.

No entanto, o autor alega que, se uma representação for extinta ou der lugar para outra, esse processo causa um desequilíbrio social. Para ilustrar, ele utiliza o exemplo da palavra “neurose” que foi substituída por “desordem”, gerando falta de compaixão com quem sofre do transtorno. Moscovici (2015) indica que, após serem criadas coletivamente, as representações passam a circular, a atraírem-se ou repelirem-se mutuamente, adquirindo “vida própria” e podem originar novas representações.

Com isso, a teoria da representação social está ligada tanto ao processo em que se constituem as representações como também as formas de conhecimento que são originadas a partir delas. “As representações sociais emergem, não apenas como um modo de compreender um objeto particular, mas também como uma forma em que o sujeito (indivíduo ou grupo) adquire uma capacidade de definição” (DUVEEN: 2015, p. 21).

Moscovici (2015) ainda aponta duas funções das representações. A primeira função está relacionada com a convencionalização de objetos, acontecimentos e pessoas, inserindo-os numa categoria e, mais tarde, irão se tornar um modelo que será partilhado pelas pessoas. Segundo o autor, essas convenções auxiliam no processo de interpretação de uma mensagem. A segunda função está ligada à ordem, na qual as representações se impõem sobre os seres humanos, impedindo que seja possível desvincilhar-se de uma tradição que afirma o que deve ser pensado e uma estrutura que existe antes que as pessoas comecem a pensar. Ele explica que “as representações sociais devem ser vistas como uma maneira específica de compreender e comunicar o que nós já sabemos” (MOSCOVICI: 2015, p. 46), contando com duas faces: a icônica (imagem) e a simbólica (ideia).

Já Durkheim (apud MOSCOVICI: 2015), que é o sociólogo com o qual Moscovici constantemente dialoga, enxerga as representações como um mero suporte para ideias. Ainda que não seja uma inverdade, essa concepção possui um caráter estático, enquanto as representações são circulantes. Durkheim (apud DAVEEN: 2015) também assinala uma separação entre representações individuais e coletivas, destacando que a primeira deveria ser estudada pela psicologia e a segunda pela sociologia. Ele acredita que as representações coletivas conseguem integrar e conservar a sociedade, buscando assim compreender como as sociedades se mantêm coesas.

Moscovici (2015) também trabalha a teoria das representações sociais relacionando-a com a comunicação. Ele acredita que a comunicação é um item essencial para entender as representações, que inicialmente são criadas pela comunicação e posteriormente expressas por meio da linguagem. Nesse contexto, a conversação é o primeiro gênero da comunicação, permitindo a criação do conhecimento do senso comum. Para o autor, existem outros três gêneros, considerados secundários, que são a difusão, a propagação e a propaganda.

Ainda sobre o papel da comunicação na representação social, Jodelet (2001) baseia-se nas obras de Moscovici. Segundo ela, primeiramente, a comunicação é vista como um objeto da psicologia social, indicando assim uma relação de dependência. Sodré (2014), inclusive, questiona a falta de um campo epistemológico para a comunica o. Levantando explica es, ele diz que a primeira delas pode se relacionar com a falta de possibilidade de criar uma ciência social diante da crise da  tica atualmente. A segunda explica o tem rela o com a perda de potência reflexiva no campo da comunica o, devido   burocratiza o das universidades e   falta de soluço para problemas teóricos e históricos da comunica o.

Nesse ponto, revela-se necessário destacar as importantes considerações abordadas por Sodré (2014) em torno da comunicação. O autor explica que, ao contrário de disciplinas como a sociologia, antropologia, psicologia, que nascem da filosofia, a comunicação nasceu da sociologia. Ele considera que a falta de conexão entre as linhas de pesquisa na comunicação prejudica uma possível coerência no campo comunicacional e provoca uma dispersão cognitiva.

Dessa forma, a comunicação não se designaria apenas como transmissão de mensagens, mas como um fazer organizativo. O homem produz figuras, palavras, para contar o que pensa mesmo que não seja apenas no campo verbal, ele se comunica porque faz uma tradução do que pensa e induz o outro a “contratraduzir”. Assim, é a comunicação que proporciona a organização social, sendo considerada a principal forma organizativa no rearranjo de pessoas e coisas.

Por isso, a comunicação não se resume a gestos, palavras, sinais, pois essas ações comunicativas são apenas a dimensão simbólica, ainda que o termo seja normalmente associado à troca social de mensagens. Vale destacar, ainda, que as noções de informação e comunicação são diferentes e coexistem, na qual a informação tem relação com estrutura/forma da matéria e a comunicação com a constituição do comum humano. Sodré (2014) destaca também que o estudo da comunicação apresenta uma perspectiva funcionalista, sendo muitas vezes vista como aplicação de um instrumento (como televisão, rádio etc) a ser analisado.

Dito isso, voltando para a questão das representações sociais, destaca-se que o papel da comunicação é essencial para que exista um universo consensual, possibilitado por meio das trocas e interações humanas. Moscovici (apud JODELET: 2001) analisa a incidência da comunicação em três diferentes níveis, em que o primeiro tem relação com a emergência das representações nos contextos onde a cognição é afetada, como a distorção de informações sobre o objeto representado e o demasiado foco em determinados aspectos do objeto em função de interesses pessoais.

O segundo nível tem a ver com a formação das representações, baseado nos processos de objetivação e ancoragem. Já o terceiro nível trata da influência que a comunicação, analisada nesse nível como meios de comunicação de massa – vale destacar que, para Sodré (2014), essa expressão é incorreta, pois deveria se chamar transmissão e não comunicação, pois o que ocorre é a disseminação de informação na mídia – possui na conduta das pessoas.

(...) a importância primordial da comunicação nos fenômenos representacionais. Em primeiro lugar, aquela é o vetor da transmissão da linguagem e portadora de representações. Além disso, incide sobre os aspectos estruturais e formais do pensamento social, visto que engaja os processos de interação social, influência, consenso e dissenso e polêmica. Enfim, a comunicação concorre para forjar representações que, apoiadas numa energética social, são pertinentes à vida prática e afetiva dos grupos. Energética e pertinência sociais que consideram, ao lado do poder de desempenho das palavras e discursos, a força pela qual as representações inauguram as versões de realidade, comuns e partilhadas. (JODELET: 2001, p. 13)

Segundo Moscovici (2015), enquanto a representação é formada a partir de influências comunicativas, a comunicação – que, de acordo com o autor, significa a transmissão de informações – também só é possível devido à existência de representações. Ele ainda aponta que as representações sociais buscam possibilitar a comunicação dentro de um grupo, sendo necessário, nesse contexto, um grau de consenso entre os membros.

O autor também introduz diferentes conceitos para aprofundar o estudo das representações sociais, entre eles a questão do universo consensual, anteriormente citado, e reificado. Para ele, tanto o universo reificado quanto o consensual são baseados na razão, mas enquanto o primeiro parte da premissa para a conclusão, formulando explicações do mundo de forma supostamente impessoal, o segundo se ancora na memória coletiva, funcionando por meio da aceitação mútua (consenso).

No consensual, as pessoas são livres, iguais e não possuem competência exclusiva de nenhum assunto, enquanto no reificado os seres humanos são vistos como desiguais, em que cada um possui um papel e classe definido. O universo consensual permite que diferentes profissionais possam expressar as suas opiniões, pontos de vista e, com isso, construir leis. Esse mundo é institucionalizado em bares, clubes, promovendo a arte da conversação.

Já no universo reificado, o grau de participação dos indivíduos está relacionado ao grau de instrução dele, ou seja, com a competência adquirida pela profissão exercida. Logo, existem regras e regulamentos que precisam ser seguidos. Para Moscovici (2015), a ciência trata do universo reificado, porque o objetivo desse mundo é instaurar imposições – relacionadas a objetos, acontecimentos, que fogem do nosso interesse – às quais devemos ser submissos, enquanto as representações sociais fazem parte do universo consensual, já que auxilia a tornar objetos e acontecimentos acessíveis a qualquer um, ligados aos nossos interesses.

“Os universos consensuais são locais onde todos querem sentir-se em casa (...) A dinâmica das relações é (...) de familiarização, onde os objetos, pessoas e acontecimentos são percebidos e compreendidos em relação a prévios encontros e paradigmas” (MOSCOVICI: 2015, p. 54-55). Com isso, o autor aponta que a finalidade de todas as representações é tornar o não familiar em familiar. “O não familiar atrai e intriga as pessoas e comunidades enquanto, ao mesmo tempo, as alarma, as obriga a tornar explícitos os pressupostos implícitos que são básicos ao consenso” (MOSCOVICI: 2015, p. 56). No entanto, segundo Moscovici, a busca do familiar no não familiar indica que as representações sociais caminham para o conservadorismo, causando uma distância relacionada à realidade que não é representada pelo grupo.

Quando tudo é dito e feito, as representações que nós fabricamos (...) são sempre o resultado de um esforço constante de tornar comum e real algo que é incomum (não familiar), ou que nos dá um sentimento de não familiaridade. E através delas nós superamos o problema e o integramos em nosso mundo mental e físico, que é, com isso, enriquecido e transformado (MOSCOVICI: 2015, p. 58).

Como aponta Jodelet (1986), a construção das representações sociais, segundo Moscovici, é possível por meio da interligação entre o social e o psicológico, baseando-se na ancoragem e objetivação. Sobre a ancoragem e a objetivação juntas, Jodelet (1986) explica que esses processos mostram a relação entre uma representação cristalizada num núcleo figurativo e um sistema de interpretação que possibilita aos indivíduos se relacionarem e se orientarem socialmente.

O objetivo do primeiro processo é inserir um contexto familiar no que é não familiar para que ele se torne inteligível, ou seja, ancorar ideias que não são conhecidas em categorias/imagens já conhecidas. A ancoragem é necessária porque, segundo Moscovici (2015), a comparação e interpretação permitem o reconhecimento do que era não familiar. Nesse sentido, ancorar é classificar, nomear algo, permitindo assim que seja possível imaginá-lo e representá-lo.

Para Jodelet (1986), o processo de ancoragem tem relação com o psicológico, em que o objeto passa a se inserir dentro de um sistema de pensamento preexistente. Ao contrário da objetivação, que foca na construção do conhecimento, a ancoragem se volta para a inserção dele num pensamento construído. De qualquer forma, ambos processos são interligados por meio de uma relação dialética. No entanto, como aponta a autora, a diferença é que a

ancoragem apresenta outras funções da representação: interpretação da realidade, integração do novo (não-familiar) na sociedade e orientação no agir socialmente.

Dessa forma, a ancoragem permite compreender muitos aspectos da representação, dentre eles a atribuição de sentido ao objeto representado. Sobre esse assunto, Jodelet (1986) dá o exemplo da psicanálise, argumentando que a hierarquia de valores e os diferentes grupos existentes na sociedade contribuem para formar uma “rede de significados” sobre a psicanálise e sua representação e, assim, ela é situada e validada socialmente. Outra modalidade da ancoragem é a instrumentalização do saber, possibilitando entender que os elementos da representação não somente expressam as relações sociais como também ajudam a formá-las. Nesse sentido, o processo de ancoragem ocorre logo após a objetivação.

A autora também aponta que o gráfico, por exemplo, passa a ser um guia de leitura por meio de uma “generalização funcional” para que realidade seja compreendida. Dessa forma, os gráficos são criados e embutidos de sentido, que é disseminado pelo senso comum, então as pessoas olham para eles e conseguem interpretá-los e, assim, interpretam também uma parte da realidade.

Jodelet (1986) explica que o sistema de interpretação serve como mediação entre o indivíduo e o local onde ele está inserido, possibilitando que os problemas sejam resolvidos. Por isso, o sistema de interpretação permite que as pessoas falem a mesma linguagem e consigam se influenciar. Além disso, esse sistema também serve para classificar os indivíduos e os acontecimentos. “Categorizar alguém ou alguma coisa significa escolher um dos paradigmas estocados em nossa memória e estabelecer uma relação positiva ou negativa com ele” (MOSCOVICI: 2015, p. 63). Assim, Moscovici acredita que a maioria das classificações são criadas a partir da comparação de uma pessoa com um padrão comumente aceito como o representante de uma classe específica.

Nesse caso, pode-se interpretar que esse modelo, em muitos casos, conta com características estereotipadas. “Nós selecionamos uma característica aleatoriamente e a usamos como categoria; judeu, doente mental, novela, nação agressiva, etc. A característica se torna, como se realmente fosse, coextensiva a todos os membros dessa categoria” (MOSCOVICI: 2015, p. 65). Vale destacar que Moscovici acredita que o processo de classificar e dar nomes às coisas não possui o objetivo de rotular, mas auxiliar na interpretação de características, facilitar a compressão por trás das ações humanas.

No entanto, isso pode acarretar no que Freire (2004a) chama de “subrepresentação” ou “representação distorcida”, construída especialmente pelos meios de comunicação a respeito de classes, raças, nacionalidades, etnias e outras identidades sociais, cujo assunto passou a ter destaque nos estudos culturais e midiáticos desde a década de 60. É importante apontar que o autor apresenta o conceito de representação na concepção da democracia, atualmente inserida no modelo liberal, explicando que esse termo está ligado à delegação de poderes. Além disso, a representação também estaria atrelada ao uso dos signos existentes, como textos e imagens, para abordar categorias ou grupos sociais.

A partir dessa análise, Freire (2004a) destaca que a veiculação excessiva das chamadas representações distorcidas sobre as minorias giram em torno do conceito de estereótipo. O autor conta que essa ideia entrou nas ciências sociais na década de 20, por meio do escritor americano Walter Lippmann, que transita por dois diferentes significados de estereótipo. O primeiro deles tem como base psicológica, em que o estereótipo seria um modo de se orientar num mundo com uma quantidade excessiva de informações. Dessa forma, esse conceito-chave ajudaria a criar uma sensação de ordem.

No entanto, Freire (2004a) faz uma interessante ponderação sobre esse ponto de vista: as representações simplificadas e seletivas do Outro, sob a argumentação de que são necessárias para processar mentalmente informações, inocentam racistas, xenófobos, homofóbicos e vários outros grupos que perpetuam preconceitos.

Por isso, essa concepção reforça ideais discriminatórios. Com isso, o autor aponta para a segunda definição de estereótipo desenhada por Lippmann, em que esse conceito é apresentado “como construções simbólicas enviesadas, infensas à ponderação racional e resistentes à mudança social” (FREIRE: 2004a, p.47), em que as representações distorcidas se mostram como graves problemas no processo democrático.

Dessa forma, conclui-se que os estereótipos, agindo no mundo como modo de manter a ordem, não apresentam nenhum tipo de flexibilidade em relação ao pensamento sobre o Outro e, como destaca Freire, asseguram a permanência de “relações de poder, desigualdade e exploração” (FREIRE: 2004a, p. 47). Dessa forma, o autor comenta que a chamada “predisposição natural” que a população negra aparentemente possui para atividades relacionadas ao esforço físico, desde danças até trabalhos braçais, no lugar de tarefas relacionadas à intelectualidade se apresenta como justificativa para que existam poucos

negros no ensino superior, ainda que a presença de pessoas negras no país seja maior que a de pessoas brancas.

Outra autora que apresenta um estudo completo acerca das representações sociais dos negros é a bell hooks. Passando por temas como racismo, gênero, representação sexual da mulher negra e da masculinidade do homem afrodescendente, a autora oferece uma ampla bagagem de estudo sobre o assunto. Para ilustrar as suas análises, frequentemente hooks (2019) gosta de relatar situações cotidianas que vivenciou.

Uma das histórias contadas ocorreu quando estava andando atrás de um grupo de homens brancos e loiros de uma universidade. Ao reparar na conversa dos rapazes, a autora conta que ouviu eles dizerem que gostariam de transar com o máximo possível de garotas de outra raça e, no ranking estipulado pelos mesmos, as negras ocupavam o primeiro lugar. Nesse sentido, hooks (2019) conclui que, para a sociedade, as pessoas negras são vistas como mais experientes, sexuais e sensuais, já que essa é uma das representações construídas e em vigor atualmente sobre esse grupo. Aliás, ela ainda declara que, para os homens brancos, o corpo não branco é visto como um terreno ainda não explorado, possibilitando que eles se afirmem como sujeitos transgressores.

Com o objetivo de abordar sobre a representação da sexualidade da mulher negra, hooks (2019) retoma o antigo e notório caso da Sarah Bartmann, originalmente Saartje Baartman, conhecida como “Vênus Hotentote”, que foi exibido pela primeira vez em 1810 e exposto ao longo de cinco anos em diversas ocasiões, sendo enjaulada e totalmente animalizada, caminhando de um lado para o outro quando era ordenada. Nem a morte poupou Sarah de ser destituída de sua humanidade, já que, depois de morrer, mutilaram partes do seu corpo para serem utilizados em pesquisa.

De acordo com Hall (2016), além de se destacar por sua altura, que era de 1,37 metro, Saartje chamou mais atenção pelo tamanho de sua bunda, circulando pelo público como um espetáculo, enquanto os pesquisadores analisavam as suas características. Como aponta Hall, ela se tornou a “personificação da ‘diferença’. Além do mais, a diferença foi ‘patologizada’, isto é, representada como uma forma de patológica de ‘alteridade’” (HALL: 2016, p. 203). Conforme explica hooks (2019), esse fascínio por bundas negras perdura até os dias de hoje, pois acredita-se que essa característica aponta uma superioridade sexual.

Quando chamam a atenção para o corpo de um jeito que convida o olhar a mutilar os corpos das mulheres negras mais uma vez, a focar somente no ‘bumbum’, as celebrações contemporâneas dessa parte da anatomia não

subvertem com sucesso as representações machistas e racistas. Assim como as representações dos corpos das mulheres negras do século XIX eram construídas para enfatizar que esses corpos eram descartáveis, as imagens contemporâneas (mesmo as criadas pela produção cultural de pessoas negras) passam uma mensagem semelhante (HOOKS: 2019, p.134).

Nesse contexto, qual é o impacto dessas representações no imaginário da mulher negra? De acordo com hooks (2019), ou a mulher resiste a essas representações ou sucumbe a elas. A respeito disso, a autora conta que, na cultura popular, existem diversos casos de artistas que exploram esse tipo de estereótipo para lucrar, já que isso dá dinheiro, ou sentir que tem algum controle sobre a representação da sua raça. Nesse sentido, é possível perceber, atualmente, que muitas cantoras negras se apropriam da representação social da sexualidade da mulher afrodescendente e reverenciam o próprio corpo.

Dessa forma, a autora conclui que o corpo da mulher negra só é percebido quando está inserido em contexto de acessibilidade e disponibilidade. Sobre isso, hooks (2019) ainda destaca que essas cantoras que encarnam personagens sexualizadas têm obsessão com o cabelo, tamanho do corpo e partes dele. Os exemplos são facilmente percebidos principalmente no cenário do rap internacional, como as cantoras Cardi B e Nicki Minaj, que fizeram procedimentos estéticos para ficar com curvas mais avantajadas e se tornar fisicamente mais próximas da representação sexual da mulher negra. Mas o que bell hooks traz de novidade é essa preocupação com o cabelo que surgiu desde Tina Turner e Diana Ross, por exemplo.

De acordo com a autora, para essas duas últimas cantoras, a sexualidade animalésca está no cabelo e não na bunda. Afinal, por terem mais de 40 anos, não há muitas possibilidades de explorar a sexualidade com o corpo, já que, para a sociedade patriarcal, essa idade não é mais lida como sexualmente desejável devido às características de envelhecimento facilmente percebidas por meio da pele.

Nesse contexto, hooks (2019) também alega que os estereótipos são como uma forma de representação imprecisa, servindo para substituir a realidade: “Não estão lá para dizer como as coisas são, mas para estimular e encorajar o fingimento. São fantasias, projeções sobre o Outro para torná-lo menos ameaçador. Estereótipos sobram quando existe a distância” (HOOKS: 2019, p. 303). Ou seja, surgem quando o indivíduo se depara com o não-familiar.

Então, é por meio dos estereótipos que as pessoas são vistas apenas em grupo, sem particularidades ou diferenças entre si. “É comum o negro não ser considerado um indivíduo, e sim a representação coletiva de um grupo marcado por uma estereotipia negativa (...)”

(BARBOSA apud MORONI & FILHA: 2008, p. 7). Dessa forma, estereotipar é uma forma de simplificar um todo complexo e inserir indivíduos em classificações já pré-determinadas, essencializando as suas características que, na verdade, são diversas.

No TEDGlobal⁴ de 2009, a escritora nigeriana Chimamanda Adichie disse que o problema do estereótipo não está no fato de ele ser mentira, mas ser incompleto⁵. Então ele essencializa, tira o espaço para a diferença. Nesse sentido, muito questiona-se sobre a veracidade dos estereótipos. Segundo Férres, eles “são verdadeiros porque costumam basear-se em aspectos parcialmente verdadeiros [...]. Mas são falsos porque toda generalização simplificadora pressupõe uma traição a uma realidade que é, necessariamente, complexa” (FÉRRES apud MORONI & FILHA: 2008, p. 7).

Nesse contexto, Freire (2004a) entende que os estereótipos não estão relacionados com a categorização imparcial dos grupos sociais, já que apresentam julgamentos sobre quem eles são. Moscovici (2015), aliás, já apontava que a ancoragem não é um processo neutro. Ou seja, na hora de categorizar um indivíduo, ele é inserido no lugar que o grupo formador da representação considera que seja o ideal para ele, baseando-se, frequentemente, em visões limitantes e estereotipadas sobre as chamadas minorias. Nesse caso, vale abrir um parêntese sobre esse conceito.

Segundo Sodré (2005), a minoria está relacionada, inicialmente, ao sentido de inferioridade quantitativa. No entanto, de acordo com a visão contemporânea, o conceito ganha um ponto de vista qualitativo, referindo-se “à possibilidade de terem voz ativa ou intervirem nas instâncias decisórias do Poder aqueles atores sociais ou frações de classe comprometidos com as diversas modalidades de luta assumidas pela questão social” (SODRÉ: 2005, p. 11-12). Assim, o autor ressalta que grupos como as mulheres, negros e homossexuais estão categorizados como grupos minoritários.

Retomando a questão da estereotipia, de acordo com Hall (2016), os estereótipos são práticas representacionais que reduzem as pessoas a poucas características que são representadas como inatas, fixas por natureza. Assim, tudo que um ser humano é reduzido a traços que, posteriormente, são simplificados e exagerados. Além disso, a estereotipagem lida com a cisão, definindo o que é o normal, aceitável, e excluindo aquilo que não é encaixado

4 A conferência “TEDGlobal” que tem como objetivo espalhar ideias ao redor do mundo. Cada apresentação tem em torno de 18 minutos e pode ser vista na internet.

5 Ver: O perigo de uma única história. Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt-br#t-28444. Acesso em: 8 de junho de 2019.

nessa categoria. Por isso, o autor indica que esse processo é “parte da manutenção da ordem social e simbólica” (HALL: 2016, p. 192). Nesse sentido, os normais são inseridos numa comunidade imaginária, enquanto os anormais são mandados para o exílio.

Outra questão levantada por Hall (2016) é que os estereótipos aparecem em locais de grande desigualdade de poder. Em geral, é definido pelo autor que esse processo permite que as pessoas sejam classificadas de acordo com uma norma, possibilitando que qualquer um que fuja desse padrão seja considerado como o Outro. Então, Hall acredita que essa é também um aspecto da luta pela hegemonia, de acordo com a visão de Gramsci, pois essa classificação do que é normal e o que não é se mostra como um modo de moldar a sociedade conforme a visão de mundo, ideologia e valores daqueles que estabelecem essa norma.

A partir desse ponto, o autor dialoga com Freire (2004a), que também destaca o modo como os estereótipos devem ser encarados como estratégias ideológicas, cujo objetivo é naturalizar e legitimar o que as classes dominantes propagam como normas e convenções sociais e valores. Ambos os autores entendem que a disseminação dos estereótipos é uma forma de luta pela hegemonia, em que o grupo que está na mais alta escala do poder tenta organizar a sociedade conforme as suas próprias crenças até que a ascensão desse grupo permita um consentimento sobre todas essas questões, dificultando assim a organização de grupos contrários a essas proposições.

O estereótipo – “o vírus da essência”, na definição lapidar de Barthes ([1956] 1963: 71) – reduz toda a variedade de características de um povo, uma raça, um gênero, uma classe social ou um “grupo desviante” a alguns poucos atributos essenciais (traços de personalidade, indumentária, linguagem verbal e corporal, comprometimento com certos objetivos etc.), supostamente fixados pela natureza. Encoraja, assim, um conhecimento intuitivo sobre o Outro, desempenhando papel central na organização do discurso do senso comum. (FREIRE: 2004a, 47).

Ainda assim, Freire (2004a) acredita que existe um crescente surgimento de novos lugares permeados por contra-discursos dos grupos minoritários, cujo objetivo é construir interpretações sobre si de acordo com a própria visão, sem a interferência de intermediários e grupos dominantes. Assim, passam a emergir novas representações sociais sobre as “suas identidades, seus interesses e suas necessidades” (FREIRE: 2004a, p. 64).

Com isso, o autor entende que essas novas produções se apresentam como importantes ferramentas na luta de minorias em busca de uma representação que, de fato, represente-as e não esteja baseada em estereótipos, provenientes de crenças recheadas de preconceitos. Como

aponta Muniz Sodré: “a minoria é uma recusa de consentimento” (SODRÉ: 2005, p. 14). Aliás, Freire (2004a) ainda discute que é importante observar como a própria mídia se porta ao ter que, constringida, alterar representações devido aos protestos das minorias. Dessa forma, o autor aponta que o estudo das representações sociais minoritárias deve estar relacionado com uma fundamentação teórica e histórica, averiguando também a origem e o porquê da permanência dessas representações e, por fim, verificando o modo como elas estão sendo criticadas e repelidas.

Em pesquisa sobre as representações sociais da população pobre e comunidades do Rio de Janeiro na televisão, Cristiano Santos (2008) verificou os enunciados sobre essa minoria e buscou entender o que a TV entende por ser pobre. Para isso, o autor inicia relatando que existem problemas nos direitos de representação: “deixar-se representar ou construir as próprias enunciações de sua realidade objetiva” (SANTOS: 2008, p. 30). Nesse contexto, vale destacar que a construção dessas enunciações por parte da minoria também é uma representação. Além disso, a questão de “deixar-se representar” é complexa, já que, na construção das representações sociais não existe um código de conduta explicitando que seja necessário pedir permissão ao outro para que esse fenômeno ocorra.

Com isso, o autor deseja saber quais são os sentidos produzidos pelas representações sociais dos pobres e, mais ainda, quem, de fato, é esse pobre representado na mídia. A partir desse ponto de vista, Santos assume: “parece que, no jogo de representar e ser representado, vimos uma ficcionalização do indivíduo” (SANTOS: 2008, p. 35).

O autor verifica que, dentre as representações sociais do pobre, uma das que mais aparece é o vencedor que conseguiu superar os obstáculos da pobreza, pautando o discurso no esforço pessoal que o indivíduo fez para alcançar o sucesso. Ou seja, essa representação exime o Estado da culpa por deixar os cidadãos em situações de vulnerabilidade.

Essa narração segue uma dupla lógica: afirmar a ausência do Estado e o fato de que o indivíduo ascendeu, ainda que submetido às políticas de um Estado omissivo ou ausente, e, por outro lado, reconhece implicitamente que não há sentido em se reclamar por uma ação deste Estado, esvaziado pela política neoliberal (SANTOS: 2008, p. 35).

Em geral, Santos (2008) verifica algumas designações dadas aos pobres na mídia, como a “pobreza e criminalidade, (...) pobreza e honestidade, (...) pobreza e a valorização do mérito de fazer-se a si próprio (...)” (SANTOS: 2008, p. 36-37). Com isso, conclui que as representações dos pobres, baseadas na exclusão e excluídos sob a visão de valorização da

vitória como um mérito, apresentam um caráter reducionista. Assim, o “sentido coletivo, político e comunitário” (SANTOS: 2008, p. 43) sequer é considerado nesse contexto.

Já em pesquisa sobre a representação do negro nos livros didáticos, Silva (2000) acredita que o livro didático pode ser um meio pelo qual as representações hegemônicas se apresentam e que, posteriormente, são internalizadas e formam o senso comum. A autora afirma que essas representações são prejudiciais à autoestima e identidade étnico-racial dos sujeitos.

No entanto, Silva (2000) acredita que a representação do negro vem sofrendo mudanças devido a diferentes formas de apreender a realidade, além de pressões no campo econômico, político e social. Nesse sentido, as representações carregadas de estereótipos são capazes de sofrer transformações com o surgimento de novas opiniões, imagens; visibilidade positiva na mídia, na educação, na academia; e até mesmo com a militância.

Para Silva (2000), a representação do negro é construída com base em ideologias, crenças, mitos e estereótipos. Nesse sentido, ainda que a representação social tenha como objetivo tornar o não-familiar próximo e familiar, a autora aponta que o afrodescendente possui a representação moldada pelo que o senso comum depreende desse sujeito. Com isso, conclui que o negro não é colocado como próximo e familiar, já que, no imaginário popular e segundo os estereótipos, ele é tido como o diferente.

No entanto, revela-se necessário mencionar que, segundo a concepção de Moscovici, tornar o não familiar em familiar é um processo que visa dar sentido a algo que ainda não foi identificado, categorizado. Logo, a representação social do negro proporciona que ele seja familiar, mas isso não significa que ele seja visto como um igual. Nesse contexto, “quando se trata de um indivíduo ou grupo estranho, eles não são julgados por si próprios, mas pela etnia, raça, classe ou nação a que pertencem, como os judeus, os ciganos, os negros, os pobres, entre outros” (SILVA, 2000, p. 10).

Sendo assim, é possível perceber que, como enraizamento no sistema de pensamento, a ancoragem ajuda a compreender como as representações sociais não são criadas do nada, mas inseridas, categorizadas em algo que já existe. Afinal, para que o novo deixe de ser não-familiar, é necessário colocar um toque familiar nele. Logo, a ancoragem não é um processo neutro, pois o novo é colocado com caráter positivo ou negativo no momento da categorização.

Por isso, em meio à disponibilidade das informações, que nem sempre suficientes, as conclusões a respeito do objeto representado surgem rapidamente. “Hacer propio algo nuevo es aproximarlo a lo que ya conocemos, calificándolo con las palabras de nuestro lenguaje. Pero nombrar, comparar, asimilar o clasificar supone siempre un juicio que revela algo de la teoría que uno se hace del objeto clasificado” (JODELET: 1986, p. 492)⁶. Dessa forma, os conteúdos representativos apresentam distorções, suplementações e desfalques. Com isso, existem características que são mais acentuadas ou minimizadas, ainda que todos os aspectos do objeto estejam presentes. Esse fato, portanto, provoca mudanças quando uma pessoa vai avaliar o objeto.

Já tratando sobre a objetivação, Jodelet (1986) explica que esse processo está ligado ao social, no qual os conhecimentos que se têm sobre um objeto passam a ser relacionados com uma característica do pensamento social, permitindo que a palavra seja materializada. Assim, com o processo de objetivação, torna-se possível fornecer texturas às ideias, palavras às coisas. Para que isso seja possível, a objetivação passa por algumas fases.

Nesse caso, a primeira delas é a seleção e descontextualização dos princípios de uma teoria, no qual as informações são separadas do universo científico e apropriadas pelo público, que as interpreta de acordo com o universo em que estão inseridos para, enfim, dominar essas informações. A próxima etapa é a criação de um núcleo figurativo. Depois disso, acontece a naturalização, em que o núcleo figurativo permite que cada elemento componente desse núcleo se torne natural.

Moscovici (2015) acredita que a objetivação procura transformar o que é abstrato em concreto, transferindo-o da mente para o físico. O autor ainda aponta que a objetivação é um processo muito mais ativo que a ancoragem. Para ele, objetivar é associar um ícone a uma ideia. Na sociedade, existem diversas palavras que precisam ser ligadas a um objeto para que elas façam sentido.

As imagens escolhidas fazem parte do que Moscovici (2015) chama de núcleo figurativo, que é um conjunto de imagens que representam um conjunto de ideias. No entanto, torna-se importante assinalar que Moscovici indica que nem todas as palavras possuem uma imagem equivalente. Na contramão dessa afirmação, Jodelet (1986) acredita que, na representação social, o signo é inseparável do significante. Dessa forma, toda imagem estaria

6 Fazer algo novo é aproximá-lo ao que já sabemos, qualificando-o com as palavras da nossa língua. Mas nomear, comparar, assimilar ou classificar é sempre um julgamento que revela algo da teoria que se faz do objeto classificado. (tradução nossa).

ligada a um sentido e todo sentido estaria ligado a uma imagem. Moscovici ainda aponta que a imagem pode se separar da palavra ou ideia, circulando e passando a ser aceita como uma realidade. Dessa forma, o que era signo passa a ser réplica da realidade, então a imagem adquire uma independência, deixando de ser meramente abstrata.

Para ser aceito, um paradigma precisa ter um forte referencial e ser próximo de referências atuais. Assim que a sociedade aceita o paradigma ou núcleo figurativo, torna-se mais fácil falar sobre o assunto, já que existem palavras que são frequentemente utilizadas para fazer referência a ele. Com isso, surgem também clichês, imagens e fórmulas ao redor desse paradigma. Nesse processo, Jodelet (1986) aponta que existe um jogo de ocultação e acentuação de elementos que fazem parte de um objeto para que seja formada uma visão distorcida sobre ele, como se a construção da representação estivesse subordinada a um valor social. Ela ainda explica a definição de Piaget sobre pensamento socio-cêntrico, que seria um tipo de conhecimento criado para atender às necessidades e interesses de um grupo específico.

Por exemplo, hooks (2019) analisou as transformações das representações sociais do homem negro de acordo com os interesses do grupo hegemônico. Se antes eles eram os preferidos para trabalhos braçais, depois passaram a ser dominados pelos estereótipos de preguiçoso e vagabundo. A autora conta que, durante o século XIX até o início do XX, esses homens passaram a ser vistos como seres que só gostavam de beber e se divertir. Agora, esses estereótipos servem, inclusive, para negar trabalho a esses sujeitos.

No entanto, de acordo com Hall (2016), as representações das diferenças raciais no período da escravagista já giravam em torno de dois temas: o primeiro envolvia o status de subordinado/submisso e a preguiça como característica inata do povo negro, já o segundo tinha ligação com o primitivismo, como se os negros não fossem civilizados. Nesse sentido, a diferença racial demonstrava oposições binárias: branco (civilização) e negro (selvageria).

É importante destacar também o estudo sobre a masculinidade negra feito por hooks (2019). A autora afirma que as obras acadêmicas sobre o assunto abordavam a vida da população negra na cidade, transmitindo a ideia de que a masculinidade negra é homogênea. Vale lembrar que isso não é restrito aos homens, já que, em relação às pessoas afrodescendentes, muitos acreditam que elas têm não somente as mesmas experiências como também as mesmas opiniões. Como se sabe, existe uma cobrança para que a população negra como um todo seja unida em torno da semelhança entre si, sem destacar as diferenças, assim como qualquer minoria.

Desse modo, hooks (2019) acredita que essas obras demonstram uma representação unidimensional dos homens, sendo vistos como fracassados, desequilibrados psicologicamente, violentos e, inclusive, pervertidos. A autora afirma que essas produções acadêmicas, escritas majoritariamente por pessoas brancas e poucos autores negros, não abordam a masculinidade patriarcal e também não levam em conta a existência de homens afrodescendentes que escaparam à norma e vivem desafiando o patriarcado. Assim, a autora entende que muitos afrodescendentes acabam internalizando essas representações de forma passiva e continuam a perpetuar estereótipos sobre a própria raça. Ela afirma, inclusive, que “homens negros foram moldados por essas representações” (HOOKS: 2019, p. 174). Afinal, as representações moldam a sociedade.

Recordando sobre o período da escravidão, hooks (2019) aponta que nem todos os homens negros falavam a mesma língua e também não compartilhavam a mesma ideia do que é ser homem. Ao serem retirados de suas terras e colocados na América, esses homens tiveram que absorver a masculinidade imposta a eles pelos colonizadores, ainda que esse processo nem sempre acontecesse de forma passiva.

No entanto, a autora conta que alguns deles tinham mais facilidade em aceitar essas normas se estivessem comprometidas com a ideia de aprimoramento da raça, na qual se acreditava que a população negra se igualaria à branca caso conseguisse aprimorar a própria educação e cultura. Ou seja, caso ficasse mais próximo do que é socialmente aceito.

Outro ponto levantado por hooks (2019) é a noção de masculinidade pelos sujeitos escravizados: “viam a ‘liberdade’ como uma mudança de status que lhes permitiria desempenhar o papel do patriarca cavalheiresco benevolente. Livres, seriam homens capazes de prover e cuidar de suas famílias” (HOOKS: 2019, p. 176). Sobre isso, a autora aponta que não existem muitas narrativas que relatam a sensação do ex-escravizado ao perceber que a liberdade não trouxe consigo a oportunidade assumir o papel de patriarca. Com isso, ao contrário dos criados ou dos que migraram para as cidades, os sujeitos que antes trabalhavam como fazendeiros tiveram mais chance de assumir esse papel.

Hall (2016) aponta que o senhor não apenas impedia que esses sujeitos exercessem a função patriarcal que foi enfiada a eles goela abaixo como também infantilizava-os por causa disso, já que não podiam exercer a autoridade dentro da própria família. Assim, o autor acredita que essa era uma forma de privar esses homens de sua masculinidade, castrando-os simbolicamente. Como se sabe, ao mesmo tempo em que temiam ao fantasiar sobre as suas

características eróticas, os brancos também invejavam tudo isso. Como relembra o autor, até o movimento dos direitos civis nos Estados Unidos, era frequente linchar os homens negros devido à justificativa de suposto estupro cometido por eles. Afinal, o apetite sexual excessivo desse grupo era uma das principais representações designadas a ele.

Nesse contexto, Hall (2016) alerta que, ao tentar contrariar a infantilização, alguns sujeitos optavam por demonstrar excesso de masculinidade e sexualidade que se tornaram armadilhas, pois reforçou o que os brancos pensavam sobre eles: seres agressivos e descontrolados em relação ao âmbito sexual. Com isso, o autor aponta que existem dois níveis opostos em relação à representação: um consciente e outro inconsciente. Ao mesmo tempo em que os brancos tratavam os negros como crianças, isso poderia ser um disfarce para a crença na superioridade dos homens negros em questão sexual e no tamanho do pênis.

Além disso, hooks (2019) indica que surgiram líderes negros no século XIX que abordavam a questão de gênero e, a princípio, desejavam que as mulheres conquistassem direitos, mas sem ultrapassar a barreira patriarcal. No entanto, durante esse período pós-escravidão norte-americano, a maior preocupação de grande parte dos sujeitos negros era ser reconhecido como homem, como provedor da família.

Assim, a autora indica que, em algumas situações, quando as mulheres conseguiam empregos e os homens não, isso se tornava um problema. Já em outros, os homens estavam satisfeitos com esse “papel alternativo” que assumiram. Dessa forma, é possível perceber que existiu uma complexidade maior no papel dos homens e, segundo hooks (2019), isso foi ainda mais nítido nas comunidades segregadas.

Analisando as modificações ocorridas com o capitalismo avançado nos EUA, hooks (2019) acredita que começou a haver um dismantelamento na imagem do patriarca. Afinal, muito mais que antes, os homens estavam subordinados ao superior na escala da empresa, ou seja, trabalhavam para alguém. Nesse sentido, a autora indica que a possibilidade de conseguir uma renda demarcou até onde o homem poderia ser o comandante da casa.

A partir daí, hooks entende que houve uma mudança de foco no status patriarcal para um modelo falocêntrico. Assim, “um homem não era mais um homem de verdade porque sustentava a família: era um homem simplesmente porque tinha um pênis” (HOOKS: 2019, p.183). Dessa forma, qualquer sujeito poderia alcançar o status de homem, inclusive os desempregados.

Todos esses fatos demonstram como as representações estão em contante mudança, sendo motivadas por diferentes fatores. Nesse sentido, Moscovici (2015) aponta que, segundo a teoria das representações sociais, os seres humanos agem com base em dois diferentes tipos de motivações. Ele revela que o pensamento é bicausal, estabelecendo uma relação de causa e efeito e uma relação de fins e meios. Quando vemos uma pessoa que não se encaixa na representação designada a ela, nós tentamos buscar uma explicação. Nesse caso, o autor aponta que exista uma falta de conhecimento e reconhecimento. Moscovici chama de causalidade primária o primeiro pensamento que o ser humano possui ao se deparar com um acontecimento, coisa ou pessoa.

Podemos ver um exemplo disso numa história relatada por hooks (2019), que critica a constante tentativa de homogeneização das narrativas sobre experiências negras, pois como as pessoas negras são únicas, assim também são as suas histórias. A intelectual participou de um encontro com mulheres negras e, ao relatar a sua experiência, foi duramente criticada por uma das participantes. Vale destacar que hooks cresceu numa comunidade rural que valorizava a negritude e, por isso, desde nova, já tinha conhecimento sobre questões raciais e a autoestima era constantemente trabalhada na igreja e escola, estimulando a autoconfiança dos moradores negros.

Logo, a experiência de hooks (2019) se difere bastante de boa parte das vivências de outras pessoas negras. Isso vai de encontro ao estudo das minorias, que não costumam ser vistas como seres heterogêneos, mas, para Sodré (2005), elas não devem ser encaradas como grupos homogêneos; são movidas pela vontade de transformação. A partir disso, o autor passa a encarar esse conceito como um lugar, em que as diferenças e conflitos são polarizados, orientando assim as identificações. “O conceito de minoria é o de um lugar onde se animam os fluxos de transformação de uma identidade ou de uma relação de poder. Implica uma tomada de posição grupal no interior de uma dinâmica conflitual” (SODRÉ: 2005, p.12). Dessa forma, para Sodré, a minoria seria um dispositivo simbólico que se orienta de acordo com interesses ético-políticos inseridos na luta contra-hegemônica.

Ao relatar essas informações sobre as suas experiências e infância, hooks (2019) foi criticada por não ter vivido a mesma vida que a maioria das mulheres presentes nesse encontro. “Minha história foi reduzida a uma narrativa concorrente, percebida como uma tentativa de desviar a atenção do ‘verdadeiro’ relato da experiência da mulher negra” (HOOKS: 2019, p.102). Então, a única história (ou representação social) da mulher negra que

serve é a que sofre, é pobre e favelada? Por que ela só pode ser vista e relatada em contexto de vitimização? Essa é uma ideia presente não somente entre boa parte do movimento negro como também fora dele, em meio à sociedade em geral. No entanto, hooks acredita que isso está mudando devido ao movimento feminista, que permite o surgimento de vozes dissonantes, abrindo espaço para a diferença de múltiplas experiências do mesmo grupo de pessoas.

Por outro lado, é necessário ter cuidado com essa questão, pois a autora acredita que o medo do fracasso (ou seja, não sobreviver) impulsiona intelectuais negras a tentarem suprimir as diferenças das mulheres em detrimento da união somente por uma experiência comum, como ocorreu no caso abordado pela hooks (2019) no primeiro encontro relatado anteriormente. Isso, é claro, esbarra na representação social da mulher negra, essencializando-a e tentando impedir que ela seja algo mais do que é representada atualmente pela classe hegemônica ou algo completamente diferente disso.

Esse foi um exemplo de pensamento motivado por uma causalidade primária, já a causalidade secundária surge a partir de dados, de acordo com a educação e a visão científica que o indivíduo tem sobre o mundo, então não é espontânea como a primária. Moscovici (2015) acredita que as duas causalidades agem em conjunto nas representações sociais, por vezes se misturando e se alternando. Com isso, o autor explica que, no momento de procurar um traço subjetivo em fenômenos objetivos, o indivíduo tem como resultado a inferência, que é causalidade primária. Enquanto isso, quando é buscado um traço objetivo em fenômenos subjetivos, tem-se como resultado a atribuição, que é a causalidade secundária.

Moscovici (2015) ainda analisa a causalidade social, indicando que a causalidade pessoal é uma explicação dada pela direita, em que a culpa de uma situação é atribuída à pessoa, enquanto a causalidade situacional se revela como uma explicação de esquerda, no qual o contexto que uma pessoa está inserida influencia no acontecimento. Vale lembrar que, para o autor, o problema não é existir a representação, mas seguir a representação de acordo com a visão dominante. Assim, ele aponta que todos os preconceitos poderiam então ser superados se houvesse uma mudança nas representações sociais existentes na sociedade.

Jodelet (2001) ainda explica que existem representações que são passadas pelos indivíduos e parecem chegar prontas à sociedade. Nesse caso, são as representações criadas pela ideologia dominante, mas, ainda sim, existe uma dinâmica social nessas representações, porque elas são compartilhadas pelos indivíduos. Então, a autora explica que algumas

pesquisas relacionam o caráter social das representações ao lugar/posição social que os sujeitos ocupam, indicando que esses fatores determinam o conteúdo das representações.

Para ela, os seres humanos criam as representações para entender o mundo que os cerca. Essa criação não é individual, mas social: o mundo é compartilhado entre as pessoas, então existem convergências e divergências entre os seres que nele habitam, formulando assim as representações com base não somente no coletivo como também no consenso por meio dele. Como aponta Jodelet (2001), as representações inclusive constroem uma visão da realidade consensual.

Dessa forma, o ato de representar sempre está ligado à construção e reconstrução. Tanto é que existe essa luta pela hegemonia no campo das representações, nos quais algumas tomam um lugar aparentemente fixo até que outros grupos, geralmente minoritários, buscam criar uma representação e colocá-la no topo. Com isso, já existe a representação da pessoa negra criada pela classe dominante, por exemplo, mas ela pode sofrer reconstrução a partir de outros pontos de vista.

Sobre isso, após a escravidão, Hall (2016) tenta buscar os estereótipos que sobreviveram. Para isso, recorre a Donald Bogle, que apresenta cinco definições estereotipadas dos negros. A primeira delas é chamada de pai Tomás, em que o homem negro é bom, gentil, submisso e não confronta o branco. Já o malandro é inútil, suspeito, contador de histórias e preguiçoso. Enquanto isso, o mal-encarado é um homem negro grande, forte e agressivo.

Em relação às mulheres, existe a mulata trágica, que é sexy, bonita e, por ser mestiça, é mais aceitável para os brancos, ao mesmo tempo em que o sangue negro que carrega a impede de alçar voos mais altos. Outro estereótipo sobrevivente sobre as mulheres é o da mãe preta, que é doméstica, mandona e, fisicamente, costuma ser grande e gorda.

Podemos ver diversos desses estereótipos na obra “A Cabana do Pai Tomás”, de Harriet Stowe. A personagem Elisa, que é miscigenada, faz o papel da mulata bonita, sendo adjetivada por termos como “elegância requintada” e “beleza verdadeiramente fascinante”. Cristã, ela era obediente aos seus senhores devido ao que aprendeu com o cristianismo ensinado pela Senhora Shelby. Já o marido, Jorge, é um dos únicos sujeitos escravizados no livro que mostram revolta por causa da escravidão, alegando que o “coração arde em ódio” e ele “não se deixa dominar pelo chicote”. Quando Elisa decide fugir, ela se sente mal-

agradecida devido ao tratamento que a Senhora Shelby oferecia para ela, referindo-se à senhora como anjo.

Já a esposa do Pai Tomás, mãe Cloé, encarna o papel da mãe preta, que também é fiel aos seus senhores e inclusive os admira, dizendo que “os brancos fazem tudo bem” e se mostra agradecida pelo menino Jorge, filho dos senhores, tentar ensiná-los a ler e escrever. Enquanto isso, o Pai Tomás é o escravo exemplar, cujo senhor tem orgulho de ter. Quando Elisa chamou-o para fugir com ela, porque os dois seriam vendidos, Tomás disse que não poderia causar tamanha desgraça aos seus senhores. Aliás, ao saber que seria vendido, Tom inclusive demonstra preocupação em relação ao seu senhor, já que ele ficaria com outros sujeitos escravizados que não eram tão atenciosos e organizados.

Já na casa nova, o senhor Saint-Clare comenta sobre dar a alforria ao Tomás, mas ele diz que não a aceitará enquanto o seu senhor estiver sofrendo devido à morte da menina Eva, sua filha. Ao ser novamente vendido para outro senhor, o Legree, que torturava o Tomás, o fiel e cristão sujeito escravizado ainda diz, hipoteticamente, que daria todo o seu sangue caso pudesse salvá-lo, demonstrando que a sua fidelidade é maior que tudo. O Legree torturou tanto o Tomás que ele faleceu e, ainda assim, o homem não expôs nenhum tipo de rancor ou raiva contra a sua situação, mesmo tendo sido separado de sua família, trocado de casa em casa e, por fim, morrendo por apanhar constantemente.

Na história, existe uma criança, a Eva, que era considerada um anjo: loira e de olhos azuis, ela era quem se importava com os sujeitos escravizados na fazenda do seu pai e tentava dar a eles um pouco de alegria. Tratava-os como iguais, sem discriminação e, inclusive, beijava-os e abraçava-os, o que não era comum para a época, representando o papel da branca heroína. Além disso, ela também ansiava pela libertação dessas pessoas.

Enquanto isso, a personagem da senhora Saint-Clare, mãe da Eva, é uma das mais evidentemente racistas, dizendo que todos os negros são egoístas e nem considera-os humanos, chamando-os de “raça degradada”. Outro personagem, inclusive mais cruel, é o Legree, último senhor do Pai Tomás, que tratava os sujeitos escravizados na sua fazenda como mercadorias, dizendo que quando um preto morre, ele compra outro. A história também mostra o estereótipo do negro comediante e malandro por meio de Topsy, uma criança escravizada na casa dos Saint-Clare. De acordo com a autora, ela dava cambalhotas, fazia imitações e caretas, dançava e imitava as vozes das pessoas. No entanto, a menina também

não era muito confiável, pois tentou roubar objetos na casa, mas, caminhando para o final da história, ela se torna cristã e muda de comportamento.

Além disso, a autora se revela racista em diversas passagens, como quando se refere ao Samuel, sujeito escravizado da fazenda do Senhor Shelby, comentando que ele era chamado de negro Samuel porque “a sua cor era três vezes mais carregada do que é normal na sua raça” (STOWE: 2000, p. 34). Ela também se refere às canções cantadas pelos escravizados como “grotescas e selvagens” (STOWE: 2000, p.8).

Caso semelhante acontece na obra “O tronco do ipê”, de José de Alencar (1871). Como aponta Sodré (2015), o livro conta com todos os estereótipos do bom negro, como aquele que oferece diversão ao branco, estando sempre disponível para ele, o negro atlético animalizado, o negro associado ao diabo e à infantilidade.

O pai Benedito era visto, segundo as beatas, como um bruxo preto, que fez pacto com o diabo e dançava um samba infernal com as almas embaixo do ipê, mostrando que a cultura africana não é reconhecida, muito menos a sua religião, sendo associada a rituais e pactos. Além disso, o pai Benedito, assim como o pai Tomás, era um exemplar serviçal, considerado o conciliador nas discussões dos outros sujeitos escravizados na fazenda. No livro, também há um papel semelhante ao da Eva, interpretado pela menina Alice, que é descrita como alma pura, logo, branca de olhos azuis.

A obra também destaca personagens racistas, sem provocar nenhum tipo de desdobramento sobre conscientização racial, como na passagem em que o personagem Mário joga jaca no cabelo da mucama e diz que é para “alisar o pixaim”. Comparando “A Cabana do Pai Tomás” e “O Tronco do Ipê”, Sodré (2015) releva que, apesar de ambos terem sido escritos em países diferentes, os dois tratam o negro como um ser inumano, rejeitando a alteridade humana e colocando o sujeito negro dentro de discursos sociais negativos que perpassam pela sociedade.

Com isso, é possível perceber que as representações sociais da população negra que vigoram até os dias de hoje foram construídas há séculos por colonizadores e perpetuadas pelas mãos das elites, ainda que sejam renovadas e, de tempos em tempos, adquiram ou percam alguns traços. Afinal, o objetivo de quem detém o poder é continuar no mais alto patamar da hegemonia e, para isso, é necessário dominar consensualmente, fazendo com que as pessoas instaladas nos lugares inferiores da pirâmide acreditem e absorvam as representações negativas designadas a elas.

Nesse contexto, é importante destacar ainda que, segundo Moscovici (2015), o estudo das representações não significa um pulo do nível emocional para o intelectual, pois trata-se de verificar o aspecto simbólico existente nos universos consensuais e relacionamentos em geral. Ele aponta que, para estudar as representações, torna-se necessário voltar para os métodos de observação e a coleta de dados, levando em consideração que as representações são históricas e possuem direta influência no desenvolvimento de uma pessoa desde a infância.

Outra questão que aparece na teoria das representações sociais de Moscovici (2015) é o senso comum. Para o autor, o senso comum circula de cima para baixo, sendo constantemente criado e recriado a partir da popularização dos conhecimentos científicos e tecnológicos. Sendo assim, as representações ganham ainda mais autoridade por meio da mediação, que inclui descrições, explicações, analogias e diferentes áreas do saber, como a economia.

O autor aponta que o senso comum possui a função de ideologia dominante, destacando os meios de comunicação como importantes fatores para o seu estabelecimento. Nesse contexto, para Jodelet (1986), o conhecimento do senso comum é formado a partir da interligação entre as experiências humanas e os conhecimentos, informações, pensamentos que recebemos e repassamos aos outros por meio de diferentes plataformas como a comunicação social.

Moscovici (2015) também acredita que devemos sempre desconfiar do senso comum, pois, caso o indivíduo concorde com a “sabedoria popular”, isso significa que existe o consenso e, portanto, ele concorda com o discurso hegemônico. Dessa forma, respeitar o senso comum significa aceitá-lo, ainda que implicitamente. Esse fato, somado à falta de embasamento teórico de estudos experimentais e separação de diferentes áreas da psicologia social, culminam no acúmulo de informações que não auxiliam no desenvolvimento de um progresso real.

Nesse caso, vale aqui destacar o estudo de Jodelet (2001) sobre a representação da AIDS. No início, a doença não era familiar às pessoas, então tornava-se necessário descobrir as suas características e aproximá-las para a compreensão da população. Segundo a autora, a mídia e as conversações descreveram a AIDS como uma doença fatal. Logo após, descobriu-se o portador, aliando essa descoberta ao porquê e como contrair a doença.

Por fim, antes mesmo de a ciência explicar melhor sobre o assunto, o conhecimento do senso comum entrou em ação e foram elaboradas teorias para que a AIDS fosse melhor compreendida. A partir disso, surgiram duas concepções sobre a doença e uma delas foi a moral, na qual a AIDS foi vista como uma doença punitiva contra as pessoas consideradas depravadas. Essa concepção moral foi apoiada pelas Igrejas como forma de justificativa desfavorável à existência dos homossexuais, por exemplo.

Dessa forma, percebe-se que a representação pode servir como base para a permanência de preconceitos dos mais variados tipos. Além da concepção moral, existiu também a biológica, pois as pessoas começaram a acreditar que o vírus não passaria somente pelo esperma como também no contato com outros fluidos corporais, como a saliva. Logo, é possível identificar que ambas concepções são baseadas em crença, cujo resultado fortalece a ignorância e a falta de sensibilidade com as pessoas portadoras da doença.

Este ressurgimento de crenças arcaicas se realiza pela falta de informação. Mas sua força tem também um valor simbólico: o perigo do contato corporal é, desde a Antiguidade, um tema recorrente no discurso racista que utiliza a referência biológica para fundamentar a exclusão da alteridade (JODELET: 2001, p.3).

Por isso, Jodelet (2001) acredita que, unidas, a falta de informação e de conclusões da ciência propiciam esse tipo de representação, considerada aqui como representação do senso comum, elaborada com base em pensamentos preexistentes cujo núcleo está alinhado à moral. Afinal, como aponta Moscovici (2015), as representações sociais são formadas com base em um pensamento preexistente, sendo dependentes de crenças carregadas por tradições, valores e imagens do mundo/existência e vindo à tona por meio do discurso.

Dessa forma, mostra-se necessário destacar que, segundo Moscovici (2015), o primeiro passo para a construção da teoria das representações sociais surgiu a partir da necessidade de reabilitar o senso comum. Por isso, ele não deve ser visto como algo irracional e sim como um componente entre o conhecimento científico e a ideologia. Nesse contexto, ciência e ideologia estão no universo reificado, enquanto o conhecimento popular e o senso comum se localizam no universo consensual.

Com isso, o autor explica que a ciência e o senso comum não podem ser substituídos um pelo outro, pois são diferentes formas de entender o mundo. Com isso, Moscovici (2015) quebra a ideia de ascensão de pensamento, como se o senso comum estivesse em uma escala inferior à ciência e pudesse ser substituído progressivamente.

Na mesma linha de pensamento que Moscovici, Denise Jodelet (2001) aponta que a forma de conhecimento proporcionada pela representação social não deve ser considerada falsa, pois é um tipo de conhecimento formulado para conseguir se estabelecer no mundo e agir dentro dele. Então, por ter finalidade e criação com base no social, esse é um importante objeto de estudo para entender como funciona o pensamento.

Moscovici (2015) acredita que as representações sociais se transformam em representações do senso comum, ao passo que estas se transformam em representações científicas. Isso pode ser visto, por exemplo, ao analisar o racismo, no qual a crença do senso comum considera a raça branca superior às demais. Como aponta Almeida (2018), a biologia e a física criaram ideias relacionadas às diferenças entre as raças, tendo como base as características biológicas e condições climáticas ou ambientais. Com isso, a pele não-branca e o clima tropical indicariam violência, pouca inteligência e comportamento imoral. Daí surge uma representação científica, nesse caso, baseado no racismo científico, para confirmar esse ponto de vista. Logo, ainda que o senso comum seja uma forma de conhecimento, existem diversas crenças nele instaladas.

Para o Moscovici (2015), as representações do senso comum são híbridas, portanto existem ideias e explicações originadas em diferentes locais, que são combinadas e se transformam em uma nova ideia.. Vale destacar também que a ciência popular não se mantém estática, então sofre modificações de acordo com a estrutura e o surgimento de novos problemas na sociedade.

Moscovici (2015) acredita que a teoria das representações sociais busca se tornar uma teoria geral dos fenômenos sociais (crença, conhecimento popular, formas ideológicas de pensamento etc), procurando entender o porquê da criação, aceitação e transmissão dessas ideias de geração para geração. Além disso, o autor também considera que a teoria das representações sociais tenta ser uma teoria dos fenômenos psíquicos.

Ele ainda explica que, dentro de uma sociedade, para que o poder e interesses sejam reconhecidos, torna-se necessário que existam representações ou valores que forneçam sentido a eles, além de fazer com que os indivíduos se unam em torno de crenças (rituais, opiniões, símbolos) que proporcionam uma existência em comum. Nesse contexto, quando o conhecimento e a técnica se tornam crenças, as pessoas se unem e ganham uma força que pode resultar na transformação de indivíduos passivos em ativos, participantes de ações coletivas que colocam em foco a existência em comum. “O que as sociedades pensam de seus

modos de vida, os sentidos que conferem a suas instituições e as imagens que partilham, constituem uma parte essencial de sua realidade e não simplesmente um reflexo seu” (MOSCOVICI: 2015, p. 173). Com isso, a representação que a própria sociedade faz de si mesma se torna um fragmento da sua realidade.

Sobre a importância da crença, Moscovici (2015) explica que provas a respeito dela são itens secundários, por isso é difícil parar de crer, ainda que existam razões para isso. Ele cita o nacionalismo e o racismo, que se apresentaram com base em conhecimento etnológico e biológico, mas revelaram-se como crenças políticas ou religiosas. Isso demonstra que não é possível separar o conhecimento e a crença, pois eles são conceitos opostos que se combinam. Voltando-se para o racismo, Moscovici acredita que ele sempre foi uma crença das massas em vez de uma questão de estereótipo.

Explicando sobre a diferença entre representações fundamentadas no conhecimento ou baseadas em crença, Moscovici (2015) define: a primeira é fluida, passível de experimentos, pragmática, enquanto a segunda é homogênea, afetiva. Ele aponta que conhecimento e crença surgem a partir da interação mútua, já que a maioria do conteúdo que uma pessoa aprendeu advém do que outra pessoa descobriu antes, seja por meio de canais como narrativas e linguagem ou até mesmo objetos. A partir dessa ideia, Moscovici começa a formular o conceito de *themata*.

As representações sociais possuem diferentes funções, em que algumas servem para definir significados e estabilizar (ou desestabilizar) situações, enquanto outras estão direcionadas a manter ou criar identidades. Moscovici (2015) aponta que a teoria das representações sociais sempre ligou a cognição com a comunicação. Nesse sentido, a cognição é constantemente adaptada por meio da formação de conhecimento e calcada em processos direcionadas para temas comuns, que são considerados originários.

Moscovici (2015) acredita que a estruturação temática se aproxima da objetivação, pois no processo de transformar algo temático, as pessoas transformam-no em um objeto da realidade que foi escolhida. Para exemplificar, o autor explica que, quando estamos andando na rua, existem vários estímulos que poderiam chamar a nossa atenção, mas isso não ocorre de fato, pois são objetivados apenas aqueles que possuem destaque na nossa consciência e se transformam no tema da nossa representação.

Segundo o autor, para que seja possível haver a compreensão dos temas, são necessários alguns passos. Então, torna-se importante entender o conteúdo científico de um

acontecimento, atentando-se para a época em que ele ocorreu como também para a interpretação dele no contexto atual. É relevante também criar uma trajetória relacionada ao tempo do conhecimento científico comum, identificando o nascimento desse conhecimento. Por fim, torna-se possível verificar dois caminhos para um acontecimento, no qual um é o da ciência oficial e o outro é conhecimento comum.

Moscovici (2015) aponta que os discursos provêm de discursos anteriores, assim como crenças surgem de outras crenças e representações são criadas a partir de outras representações. Nesse sentido, os temas apresentam-se logo no início desse processo, como “ideias-fonte”, que tornam-se o ponto de partida para o surgimento das representações. Dessa forma, as representações inicialmente surgem com base em concepções que encontram nos locais (virtuais) do senso comum a chance de se desenvolver e se legitimar, pois esses locais estão presentes num nível de cognição popular e partilhada e na experiência advinda da cultura e ritos provenientes dela.

Nesse sentido, as representações operam pelo sistema de oposições, em que os termos são colocados lado a lado como forma de serem contrastados. O autor exemplifica por meio da oposição entre homem e mulher, na qual, em muitas línguas, existe a divisão nítida entre os dois gêneros, que surgiram de acordo com as representações sociais provenientes dos temas conceituais. Essas representações direcionam comportamento, conduta e imagem, organizando também posicionamentos e discursos.

Dessa forma, a teoria das representações de Moscovici (2015) demonstra como esses fenômenos operam na sociedade e se tornam parte da realidade. A partir da concepção de Moscovici, é possível compreender que as representações sociais não precisam ser abolidas, mas resignificadas, ainda que esse processo cause impacto na sociedade. Afinal, as representações sociais hegemônicas foram e continuam sendo criadas de acordo com os interesses da elite, o que corrobora para a manutenção secular de diferentes formas de preconceito.

2.2. Raça, representação e mídia

Para iniciar a segunda parte deste capítulo, mostra-se necessário inserir o lugar da mídia no mundo contemporâneo. Afinal, uma sociedade tendo o consumo e o capital como norte não possibilita que todas as oportunidades sejam distribuídas igualmente e, com isso, que todos vivam a mesma realidade. Em se tratando de midiaticização, Martins aponta que “o

direito de representar o mundo é tomado para si, pela mídia, e essa representação se dá em todas as esferas e está de tal forma imbricada nas relações sociais e culturais que, em última instância, tudo se transforma em mediação tecnológica” (MARTINS: 2018, p. 34). Nesse contexto, Acevedo et al (2006), também entende que a mídia não somente reproduz e difunde as relações raciais como auxilia na formação da representação social do povo negro.

A partir dessa concepção, entende-se, de acordo com Sodré (2014), que o ser humano está vivendo o bios midiático, em que a mídia é colocada no centro, sendo regida pela economia. Essa nova lógica de ter a tecnologia liderada pelo capital é causadora do que Sodré e Martins entendem como esvaziamento do espaço para questionamento de diversas questões importantes para a sociedade, como valores éticos e problemas sociais, direcionando os cidadãos para uma visão “preto no branco”, demarcada pelo senso comum.

Aliás, Rosane Borges (2019) entende que a política está no cerne da questão da representação, enquanto esta é situada dentro da política, então não há possibilidade de separar as duas. A autora ainda afirma que o olhar atualmente é o “neovalor do capital”, por isso as novas ordens de representação e regimes de visibilidade devem ser analisados.

As invenções tecnológicas da modernidade impactaram diretamente a construção do visível, modificaram a cultura e os sujeitos, constituíram um universo visual congestionado. O apelo à transparência e à visibilidade, a tirania da vigilância eletrônica (câmeras, imagens a partir de satélites, internet e redes virtuais), reposicionaram várias questões alusivas à *função do olhar* na contemporaneidade. (BORGES: 2019, p. 13).

Nesse contexto, Martins (2018) acredita que nesse “quarto bios” não existe mais espaço para trabalhos de caracteres sociais, éticos, abrindo assim o debate para a falta de aprofundamento de questões sociais na mídia, como as relações raciais. Até porque, como aponta Raquel Paiva (apud MARTINS: 2018), a mídia é quem agencia o senso comum, peça-chave da representação social, cujas “estratégias do senso comum funcionam com o propósito de reforçar as ideias concebidas e vigentes hegemonicamente na sociedade” (PAIVA apud MARTINS: 2018, p.35). Com isso, Martins aponta que essas estratégias têm como pano de fundo a dominação social, dificultando que grupos de minoria social se reconheçam como tal diante das lutas minoritárias.

Assim, Martins (2018) entende que a mídia é responsável por invisibilizar o sujeito negro como cidadão. Sobre isso, Moscovici inclusive explica: “É como se nosso olhar ou nossa percepção estivessem eclipsados, de tal modo que uma determinada classe de pessoas

(...) se tornam invisíveis” (MOSCOVICI: 2015, p. 30). Além disso, segundo a autora, a mídia invisibiliza também as diferenças, permitindo que as relações continuem iguais, enquanto os sujeitos que dominam têm a visibilidade e os dominados, não. Como aponta Martins: “de fato, o século XXI traz problemas não resolvidos dos séculos XX, XIX e outros, que a sociedade prefere encapsular pelos mecanismos simbólicos” (MARTINS: 2018, p. 49).

O ato de invisibilizar outras formas de existência da população negra é entendido por Martins (2018) como a comunicação simbólica do silêncio. Para a autora, a mídia no Brasil República, salvo exceções, fornece ao sujeito negro esse tipo de comunicação. Por isso, as habilidades técnicas e intelectuais, assim como as singularidades de cada um, não costumam ser mostradas na televisão, por exemplo. Já as narrativas midiáticas sobre negros pobres, criminosos, favelados são repetidos à exaustão. Assim, “os afro-brasileiros que compõem a sociedade são invisibilizados e parecem não fazer parte dela; estão fora das pautas” (MARTINS: 2018, p. 65).

A autora ainda aponta como a ideia de democracia racial, mesmo após ter sido encarada como mito, ainda corrobora para a crença numa harmonia das relações raciais no país, em que brancos e negros têm os mesmos direitos e, com isso, as mesmas realidades. Como indica Martins (2018), essa crença impede um avanço maior no combate ao racismo, já que as relações raciais ainda não são amplamente debatidas na esfera pública.

Ainda tratando sobre o que Martins (2018) chama de comunicação simbólica do silêncio, inicialmente, a autora aponta a existência de diferentes intelectuais negros do período pré e pós-república, como Machado de Assis e Luiz Gama, comentando também sobre a extensa participação de sujeitos negros nas artes plásticas e na música. Aliás, Sodré (2015) conta que, até 1819, quando chegou a Missão Artística Francesa no Brasil, a arte do país era feita principalmente por negros, ainda que isso não fosse contado por escritores da época. No entanto, Martins entende que a mídia já estipula previamente o lugar do negro nas narrativas, identificado-o como bandido, exótico, suspeito ou ingênuo, fato que afeta diretamente a imagem do afro-brasileiro como um sujeito singular constituinte da sociedade brasileira. A partir disso, a autora ressalta a crueldade ainda maior no tratamento do negro pela televisão:

Na tevê, a comunicação simbólica do silêncio em torno do afrodescendente é perversa. São exemplos desde programas infantis – nos quais as crianças negras não têm referência, porque os espelhos refletem crianças loiras, de pele branca e olhos claros – a jornais e novelas, que trazem como padrão a

família branca e de classe média alta, com raras exceções (MARTINS: 2018, p. 63).

Com isso, dialogando com Sodré e Debord, a autora aponta que o sujeito só se reconhece se for visto refletido no espelho da televisão. Dessa forma, Martins (2018) acredita que a narrativa midiática em torno dos afrodescendentes   hierarquizante, em que, como aponta Marialva Barbosa (apud MARTINS: 2018) existem memórias dominantes e dominadas e, por isso, algumas são visibilizadas enquanto outras são silenciadas.

De acordo com Martins (2018), a m dia tira a responsabilidade do Estado em rela o ao povo negro, pois não questiona as rela es sociais e nem cobra políticas públicas de repara o histórica com o afrodescendente, e ainda o culpabiliza pela imobilidade social que sofre. Nesse sentido, a autora aponta que, de forma frequentemente espetacularizada, a média mostra o preto que alcançou sucesso por “mérito próprio”, sem que fosse necessário suporte do Estado, pois esse indivíduo venceu a batalha por esforço pessoal. Dessa forma, “no jogo midiático, a lógica   o Estado continuar ausente das suas responsabilidades políticas em rela o ao próprio brasileiro – negro e pobre – deixando cada um encarregado da constru o do seu bem-estar social” (MARTINS, 2018, p. 164).

Nesse contexto, Martins também ressalta uma questão importante: nas datas comemorativas referentes aos sujeitos escravizados, como a Aboli o e a Consciência Negra, as narrativas midiáticas são “descontextualizadas ou encerradas em si mesmas” (MARTINS: 2018, p. 49), lembrando que a valoriza o da popula o negra ocorre somente em dois dias do ano.

A grande m dia   um exemplo de hegemonia construída a partir de alianças com grupos econ micos, blocos de poder, aparelhos de Estado, bem como sustentada pela coopta o de técnicos e de intelectuais do setor. Tal conjunto de forças rege os interesses individuais e coletivos dos grupos dominantes, segundo orienta o ideológica, midiaticamente naturalizada (MARTINS: 2018, p. 51).

Como indica Martins (2018), ainda que Sodré considere a média como um modo de dominar socialmente os indivíduos, o autor também pondera que, em rela o   realidade virtual, a m dia propicia um novo modo de consciência coletiva, permitindo novas possibilidades e espaços para a exerc o da cidadania por meio da intera o entre o público e a média. Dessa forma, destaca-se a importância da pressão popular como forma de provocar mudanças sociais.

Como exemplo, a autora entende que os meios contra-hegemônicos e grupos minoritários estimulam uma reorientação das pautas jornalísticas por meio da pressão exercida sobre a mídia, como Freire (2004a) já havia comentado. Ainda que essa seja uma mudança significativa, vale destacar que, como aponta Martins, a decisão final continua nas mãos das esferas de poder. “Com a globalização, o enfraquecimento dos sindicatos e o descrédito popular nos partidos políticos, a mídia se embute de um poder de liderança ainda maior” (MARTINS: 2018, p. 52).

Já no trabalho sobre a representação dos negros na mídia, Acevedo et al (2006) analisa as representações sociais construídas pelos negros em relação aos retratos da população negra produzidos pelos meios de comunicação de massa. Nesse contexto, a prerrogativa é que a mídia se apresenta como detentora de um importante papel na construção e reconstrução das representações sociais. A autora ainda afirma que os estudos acerca do assunto concluem que os retratos dos afrodescendentes são estereotipados e influenciam na forma como os próprios negros se veem e no modo como outros grupos étnicos enxergam essa população.

Aliás, analisando os avanços dos afro-americanos em relação à busca por empregos e educação de qualidade, bell hooks (2019) assinala que isso poderia ter garantido algum controle na forma como essas pessoas são representadas, mas, ainda assim, não houve mudanças profundas. Ela conta que, em diversos espaços midiáticos, depara-se com imagens de pessoas negras contextualizadas de acordo com a supremacia branca. Vale destacar que hooks entende supremacia branca como ideologia racista e não como ideologia de pureza racial, que é o sentido comumente atribuído à expressão.

Essa falta de progresso acontece não somente devido à produção de pessoas brancas em relação aos afrodescendentes como também o conteúdo produzido por negros com o racismo internalizado. Para a autora, “coletivamente, realizamos poucas revoluções em termos de representação racial – se é que fizemos algumas” (HOOKS: 2019, p. 32). Ainda assim, ela entende que existe um esforço de intelectuais negros em romper com esse modelo hegemônico do olhar sobre a população negra.

Em pesquisa realizada com 37 afrodescendentes no segundo semestre de 2005, Acevedo et al (2006) constatou quatro dimensões às quais os entrevistados enxergavam os negros na mídia: 1) falta de representatividade; 2) veiculação de estereótipo; 3) ausência do afrodescendente como consumidor; 4) maior frequência do afro-brasileiro na mídia, acompanhando mudanças qualitativas na representação dessa etnia.

As narrativas revelam que o afro-descendente na mídia está associado ao ‘futebol’, ao ‘carnaval’ ao ‘samba’, ao ‘pagode’ ou ao ‘funk de periferia’. Assim, o preto ou pardo ‘dos meios de comunicação’ ou é o jogador de futebol famoso ou é a ‘porta bandeira de escola de samba’. Para os entrevistados, o jogador alcançou o espaço nos meios de comunicação por causa da fama e do dinheiro, mas se não fosse por essa conquista não estaria lá (ACEVEDO et al: 2006, p. 8).

Dessa forma, percebe-se que a população negra é geralmente veiculada na mídia por meio de dois tipos de estereótipos: o “positivo”, como sambista ou jogador de futebol, e o negativo, como criminoso ou pobre. Vale destacar que hooks (2019) salienta que muitos afrodescendentes que não têm conhecimento sobre a sua própria história só conhecem o que é exibido nas representações da mídia. “É fácil o colonizado ser cooptado, chegar a um acordo em favor da própria sobrevivência material, esquecer-se de quem é” (HOOKS, 2019, p 338). Com isso, grande parte deles, se não estiver munido de olhar opositor, baseia suas crenças e visões de mundo de acordo com essas representações.

Nesse sentido, nenhum dos entrevistados afirmou se identificar com a imagem na mídia, pois, para eles, a população negra é 8 ou 80: o jogador de futebol milionário ou o favelado muito pobre. Além disso, alguns entrevistados acreditam que a representação negativa do afrodescendente na mídia desestimula as pessoas negras a alcançarem ascensão social ou profissional, já que não veem esse tipo de exemplo nos meios de comunicação.

Em meio a esse debate, é importante lembrar que ideia da representação, segundo Shoshat & Stam (2006), mostra que um grupo (dominante) fala em nome de outro grupo (dominado), por isso, a luta por representação entra na esfera política. Isso resulta nas representações de povos colonizados, por exemplo, como homogêneos, sem distinções entre si. Então, quando alguém comete um ato considerado negativo, toda a comunidade é generalizada ao ponto de, sob o olhar do grupo dominante, possuir uma essência negativa. Nesse sentido, os autores apontam que os grupos socialmente privilegiados, como os homens brancos, não se preocupam com questões como estereótipos, porque a eles não é associada uma essência negativa, ainda que uma pessoa do grupo cometa uma atitude ilícita, por exemplo, já que a eles é oferecido uma ampla gama de representações.

Sobre isso, Stuart Hall traz importantes questionamentos em relação ao que chama de regime racializado da representação: “Será que um regime de representação pode ser desafiado, contestado ou modificado? Quais contraestratégias podem começar a subverter o

processo de representação? (...) Existem estratégias eficazes? (HALL: 2016, p. 211). Nesse sentido, com o objetivo de responder essas indagações, o autor afirma que o significado jamais pode ser fixado, ainda que as pessoas tentem fazê-lo a todo custo, como é o caso do processo de estereotipagem. Mas o que Hall indica é que, a partir de um dado momento, o significado começa a enfraquecer, deslizar ou ser redirecionado.

Isso acontece porque os dispositivos que envolvem a linguagem, como palavras e imagens, não podem ser totalmente controlados, pois existem significados à margem que permitem diferentes construções. Essa é uma questão bem atual, pois, ainda que haja o esforço da classe hegemônica em não permitir, por exemplo, nenhum tipo de mudança social nas representações criadas por ela, isso não impede que existam respostas e possibilidades representativas contrárias, formuladas principalmente por intelectuais inseridos em ambientes de formulação de pensamentos, como nas universidades, e minorias questionadoras.

Então, Hall (2016) acredita que, para reformular os estereótipos, não é necessário destruí-lo ou invertê-lo, transformando-o num estereótipo positivo, por exemplo. Isso porque, ao tentar ir totalmente contra a uma estereotipagem, pode correr o risco de reforçar o outro lado dela. Com isso, o autor exemplifica que um dos extremos atuais em relação à questão racial é que as pessoas negras são pobres, inseridas em posições subalternas e obedientes às pessoas brancas. Ao tentar ir totalmente contra a isso, é possível haver a alteridade estereotípica, ou seja, negros gananciosos pelo dinheiro, que desejam mandar nos brancos.

Ainda a respeito da tentativa de desconstruir o regime racializado de representação, Hall (2016) aponta que existe uma estratégia de tentar substituir as imagens negativas pelas imagens positivas em relação à vida das pessoas afrodescendentes. Nesse sentido, o autor acredita que um lado positivo nesse processo é a tentativa de equilibrar a representação social das pessoas negras, baseada na celebração da diferença.

Assim, as opções de representações são expandidas e o reducionismo do que é ser negro, proporcionado pelos estereótipos já citados, é contestado, pois percebe-se que a situação é muito mais complexa do que aparenta. Porém, o problema desse tipo de abordagem, de acordo com Hall, é que não ocorre o deslocamento da representação negativa do negro. Sendo assim, ambos passam a coexistir: “os rastafáris pacíficos, que tomam conta de crianças, ainda podem aparecer no jornal do dia seguinte como um estereótipo de negro exótico e violento” (HALL: 2016, p. 218).

Outra estratégia para a transformação da estereotipagem é a preocupação maior em questionar as formas de representação racial e não no objetivo de criar conteúdos sobre ela. Essa abordagem entende que os significados são mutáveis, mas entra numa espécie de luta pela representação, ainda que saiba a inexistência de uma vitória, pois o significado não pode ser fixado. Dessa forma, a luta se revela como uma constante. A partir dessa estratégia, existe uma tentativa de desfamiliarizar o olhar, torná-lo estranho, contestá-lo e descobrir o que há por trás dele. Com isso, o objetivo é desnaturalizar o que foi empurrado para o ser humano como natural, inato.

Nesse contexto, Hall (2016) admite que é muito difícil conseguir modificar completamente a estrutura do regime racializado da representação e, além disso, não existem garantias de que a tentativa de fazê-la possa funcionar. Ainda assim, é importante destacar que, por não ser estática, a representação sofre constantes mudanças e novos padrões passam a surgir. Utilizando o exemplo da Inglaterra, Hall conta que aumentou o volume de negros na mídia, em comparação com os anos 80.

É importante lembrar que as pessoas negras são ensinadas por meio da TV, revista e outros meios de comunicação o que realmente é considerado bonito e desejável, e esse padrão influencia nas decisões da população negra desde pequena – como, por exemplo, deixar os cabelos alisados, ainda que a química do produto prejudique a saúde. bell hooks (2019) acredita que o fato de existirem mais profissionais negros no ramo da mídia não é suficiente, já que grande parte do que é produzido por eles segue o modelo da cultura dominante e supremacista branca. Sobre isso, Almeida (2018) aponta que o debate sobre o racismo não deve estar limitado à representatividade. Isso porque a presença de minorias em espaços de poder e decisão não significa que a instituição está combatendo o racismo. Afinal, uma pessoa negra na liderança não indica que ela esteja no poder. Vale lembrar ainda que as instituições são capazes de se reformar, com o objetivo de lidar com conflitos internos e externos, gerando, portanto, novas formas de discriminação para não impedir o domínio do grupo no poder.

hooks (2019) ainda aponta que, apesar de existirem diversas lutas e movimentos em torno da valorização da negritude, a população negra continua sendo ensinada pela mídia e pelo sistema educacional a ver o mundo com as lentes colonizadoras, supremacistas e imperialistas. No contexto norte-americano, a autora assinala que, após o apartheid, o

surgimento da cultura negra deu lugar ao processo de descolonização que permitiu o amor pela negritude.

No entanto, os afrodescendentes que passaram a amar a negritude podem ser lidos, atualmente, como agressivos, perigosos, raivosos, apenas por criticarem o *status quo* e ousarem pensar a contrário do que prega a supremacia branca. Sobre isso, existe ainda um outro tópico que deve ser analisado, girando em torno da ativista negra rotulada como louca. Nesse sentido, hooks (2019) entende que esse rótulo se apresenta como um potencial inibidor do maior surgimento de mulheres que se identificam com pautas radicais antirracistas e feministas. Como assinala a autora, esse tipo de estereotipia serve para deixar os dominados em seu lugar atual e os dominantes em posição de eterno controle. Afinal, quando tem força, uma voz da minoria pode ecoar e influenciar, e esse não é o objetivo de quem detém o poder.

Ainda sobre essa pauta, a autora indica que, para acessar a subjetividade radical e desvincular-se do pensamento colonizador, é necessário abraçar a temática racial e não se isolar. Isso é possível à medida que as mulheres negras começam a estudar, conhecer a própria história, seja por meio de obras teóricas, seja por obras autobiográficas. Assim, torna-se viável alcançar o que hooks (2019) chama de “sujeitas radicais”. Além disso, é necessário haver a troca entre essas mulheres com o compartilhamento de informações e experiências.

A autora ainda aponta que, para haver a possibilidade de perseveração da subjetividade negra radical, é importante que a mulher afrodescendente tenha uma rede de apoio, pois, conforme o passar dos anos, o isolamento e o estranhamento dos conhecidos ao redor podem impedi-la de continuar com os princípios e a defesa das mesmas causas do início da militância. Nesse contexto, vale destacar que o feminismo adquire um papel essencial: “Desenvolver uma consciência feminista é parte crucial do processo pelo qual se desenvolve uma subjetividade negra radical. Declare-se ou não como feminista, não há sujeita negra radical que não tenha sido obrigada a confrontar e desafiar o machismo” (HOOKS: 2019, p. 123).

Enquanto isso, quem é negro e consegue, ao menos, fingir ou abstrair as questões raciais em torno da própria existência alcança, inclusive, recompensas na sociedade. Assim, a supremacia branca não se baseia na coerção, mas no consenso. Por isso, valoriza-se a submissão e a falta de confronto, que resultam na negação da negritude.

É importante destacar ainda que hooks (2019) acredita ter acontecido, ao longo dos últimos anos, uma competição entre mulheres e homens negros pela atenção de espectadores

brancos em diversas áreas, como empregos e até mesmo na mídia. A partir disso, a autora entende que ambos não podem estar no mesmo palco projetado pela cultura dominante. No programa *The Voice*⁷, por exemplo, que teve o Carlinhos Brown como jurado por 6 anos consecutivos, agora deu lugar à cantora Iza. Ao longo de todos esses anos, Carlinhos era o único jurado negro e atualmente é substituído por uma mulher também negra. Vale lembrar que, em toda edição, o programa tem quatro jurados. Ou seja, dois corpos negros não podem ocupar o mesmo espaço.

Sobre essa questão da corporeidade, Martins (2018) cita Denise Jodelet, que aborda, na questão da representação, por meio da contextualização e dos tópicos comunicacionais, a importância do corpo em relação a esse fenômeno. Daí, a noção de corporeidade está associada à alteridade, podendo, assim, construir ou excluir socialmente. Explicando o primeiro processo desenhado pela filósofa francesa, Martins aponta que a construção social seria a luta do sujeito negro pelo reconhecimento, enquanto o processo de exclusão social tem relação com a estereotipia do afrodescendente constantemente veiculada na mídia como ladrão, pobre, suspeito.

Isso, portanto, causa o que Martins chama de “crise de pertencimento”, pois o negro ora é sujeito singular por meio da luta afrodescendente, ora é criminoso de acordo com os meios de comunicação. De acordo com Jodelet (apud MARTINS: 2018), o modo duplo de construção e exclusão não são excludentes, tornando-se uma unidade pelo sistema de representação.

Ainda tratando sobre Jodelet, Zilda Martins (2018) reflete sobre os conceitos de “alteridade de fora” e “alteridade de dentro”. Nesse contexto, o primeiro está relacionado a grupos situados distantes fisicamente ou temporalmente. Enquanto isso, o segundo diz respeito à diferença que existe num mesmo grupo social.

A partir daí, Martins levanta um questionamento: “Será que o olhar que identifica o *outro* diferente, ‘alteridade de dentro’, seria o responsável pela negação da raça do ponto de vista social, e pela naturalização das diferenças, ou, ao contrário, reforçaria a diferença e tensionaria uma solução?” (MARTINS: 2018, p.28). Vale destacar ainda que, como aponta Todorov (apud MARTINS: 2018), a construção do não eu, ou seja, do *outro*, é baseada no “eu

7 Ver: Iza entra para o time de técnicos do 'The Voice Brasil' e assume cadeira de Carlinhos Brown. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/musica/noticia/2019/05/29/iza-entra-para-o-time-de-tecnicos-do-the-voice-brasil-e-assume-cadeira-de-carlinhos-brown.ghtml> Acesso em: 23 de junho de 2019.

européu”. Não coincidentemente, é também esse grupo que constrói as representações sociais hegemonicamente vigentes.

Conforme aponta Martins (2018), Joel Rufino acredita que “as condições de trabalho escravo por mais de 300 anos, seus conflitos e a negação do sujeito social foram os responsáveis pela difusão negativa da imagem do negro no Brasil” (MARTINS: 2018, p.47). Dessa forma, torna-se inapropriado tratar sobre a representação social do negro sem levar em conta o contexto histórico desse grupo desde os tempos coloniais no país.

Afinal, como explica a autora, o Estado e a sociedade (nesse caso, a hegemônica) corroboraram para o surgimento e a consolidação da mentalidade escravocrata, impedindo que a visão oficial sobre a história da construção do Brasil esteja relacionada com as habilidades do sujeito negro escravizado, “como o domínio das técnicas de plantio e irrigação de canais, construção de ferramentas, arquitetura, artes plásticas, músicas, culinária e outros saberes” (MARTINS: 2018, p. 47)

Nesse contexto, torna-se necessário evidenciar que o debate sobre a representação do social do negro deve ser expandido além da questão da desigualdade: “considerando a sociedade contemporânea, um destaque são as complexidades das relações, das subjetividades, dos mercados, agora globalizados, bem como da ação midiática” (MARTINS: 2018, p. 56). Com essa linha de raciocínio, Martins comenta sobre a emergência de pesquisadores negros na década de 70, cuja perspectiva é de sujeito que ocupa o lugar por direito na academia e fala por si, sem necessidade de intermediários. Essa perspectiva conversa com a ideia de lugar de fala.

De acordo com Djamila Ribeiro (2017), esse conceito é essencial no sentido de que todos podem falar partindo dos lugares em que ocupam. Isso não indica, entretanto, que apenas negros devem falar de racismo, porque essa ideia dá a entender que os brancos, que estão no lugar privilegiado de poder, não devem pensar sobre o sistema de opressão que ocorre das pessoas brancas contra as pessoas negras.

Assim, entendemos que todas as pessoas possuem lugares de fala, pois estamos falando de localização social. E, a partir disso, é possível debater e refletir criticamente sobre os mais variados temas presentes na sociedade. O fundamental é que indivíduos pertencentes ao grupo social privilegiado em termos de *locus* social consigam enxergar as hierarquias produzidas a partir desse lugar e como esse lugar impacta diretamente na constituição dos lugares de grupos subalternizados (RIBEIRO: 2017, p. 86).

A partir disso, surgem também outros atores sociais de grupos minoritários que têm como objetivo falar e ser ouvido. De acordo com Martins (2018), isso rompe com a ideia dicotômica de intelectual engajado, militante, e intelectual tradicional, longe da realidade e presente de forma solitária na academia. Além disso, essa mudança também rompe com a voz única, já que, como aponta Ribeiro (2017), é necessário que o grupo privilegiado aprenda a ouvir e não somente falar, porque só assim é possível romper com a voz única.

Desse modo, para combater essa dominação, primeiro é importante, de acordo com hooks (2019), perceber que ela só é possível se houver a autonegação dos indivíduos. Principalmente as pessoas pobres e negras veem todos os dias que, para a sociedade, não têm valor. Por isso, muitas delas se deparam em situações de dependência química, por exemplo, como modo de se libertar, ao menos temporariamente, da realidade. Com isso, a autora entende que é necessário quebrar a autonegação e reconhecer o auto-ódio e a dor que as cercam.

Isso é possibilitado pelo auto-amor que, para hooks, é a revolução que pode destruir a dominação, fazendo a população negra desfrutar da autoestima que, talvez, não tinha antes ao crescer com a hegemonia branca ao redor. “Amar a negritude como resistência política transforma nossas formas de ver e ser e, portanto, cria as condições necessárias para que nos movamos contra as forças de dominação e morte que tomam as vidas negras” (HOOKS: 2019, p. 63).

Conforme aponta bell hooks (2019), a naturalização de imagens exibidas na mídia de massa tem ligação direta com o patriarcado supremacista branco, gerando representações que não somente apoiam como mantêm a opressão racial. A autora explica que, a partir da escravidão, o grupo hegemônico assimilou que é preciso controlar as imagens para que seja possível manter a dominação. Aliás, Sodré (2015) conta que as representações do homem negro desde o início da escravidão perpassam pelo “negro bom”, que é submisso e sorridente, e pelo “negro mau”, que é animalizado e assassino, lembrando o importante fato que o sujeito escravizado, muitas vezes, era obrigado a assumir tarefas consideradas indignas para o senhor, como assassinato e tortura. Logo, para combater esses fatos, é necessário criticar esse controle e transformar as representações.

Nesse contexto, vale lembrar que as representações sociais são fenômenos originados na modernidade. De acordo com Rosane Borges (2019), o homem ocidental do século XIX começa a pensar de acordo com as representações do mundo. Agora, a autora acredita,

inclusive, que este século está atravessando ondas de necessidade de visibilidade e representação. Segundo Goetz et al (2008), a comunicação de massa gerou acesso a diferentes contextos sociais e surgimento de diversificados núcleos sociopsicológicos produtores do conhecimento do senso comum e, conseqüentemente, variedade de representações sociais.

Por outro lado, é importante destacar que o público não é considerado passivo frente a esse processo. Portanto, é na relação dos meios de comunicação de massa com o público que as representações sociais são construídas e propagadas, já que é necessário um nível de consenso para que essas representações sejam criadas. Logo, ainda que a elite forneça a base para essas criações, torna-se necessário que o povo não somente aceite como também auxilie a difundi-las.

2.3. Representação social do negro na publicidade, telejornal, filme e novela

Para trabalhar a representação social dos negros em diferentes lugares da mídia, decidimos optar por exemplos na publicidade, telejornais, novelas e filmes. Quanto à falta de negros em comerciais, Araújo (2004) acredita que isso pode ser explicado pelo fato de os empresários brasileiros não considerarem os afro-brasileiros como uma força econômica, já que enxergam o preto como pobre. No entanto, hooks (2019) verifica que houve uma mudança ao perceber o público negro como consumidor. Nesse sentido, ela relata que, por meio de pesquisas de mercado, a Pepsi descobriu que pessoas negras compram mais o seu produto. A partir disso, mais comerciais da empresa com personagens afrodescendentes começou a aparecer. Aliás, vale fazer um pequeno adendo a esse respeito.

Ainda que, atualmente, a luta pela representatividade esteja bastante presente, muito se confunde em relação à intenção das empresas por trás disso. Afinal, na sociedade neoliberal, o capital é a moeda de troca. Portanto, ao reconhecer na população negra um consumidor, frequentemente as corporações não estão preocupadas com a questão da igualdade representativa, mas dialogam com o público que potencialmente possibilita mais lucro. No máximo, atentam-se para mostrar uma imagem de organização racialmente inclusiva, sem se preocupar com a luta antirracista.

Sodré (2015) também aponta que começou a existir o reconhecimento do povo negro como consumidor. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁸, os afro-brasileiros fazem parte dos 17% das pessoas mais ricas do país. Com isso, a valorização da estética negra também passou a percorrer por âmbitos como cinema e publicidade. Segundo o autor, não houve uma integração socioeconômica do povo negro no Brasil, mas “bolsões de renda” que são concentrados e detectados pelo mercado, então a publicidade utiliza a prerrogativa da modernização para assimilar esses consumidores.

Continuando a abordagem sobre a questão comercial, hooks (2019) entende que a publicidade usa a representação social das pessoas negras como seres ligados à selvageria, permitindo que exista um senso comum de que o afrodescendente sabe alcançar prazeres do corpo que outros grupos não conseguem. Sobre isso, a autora destaca: “É o corpo do jovem homem negro que é visto como a epítome dessa promessa de selvageria, de poder físico ilimitado e de erotismo incontrolável” (HOOKS: 2019, p. 86). Ou seja, é o corpo altamente sexualizado. Por outro lado, na chamada vida real, os homens negros são frequentemente violentados, seja pelos próprios negros, seja pelos brancos. Assim, eles não conseguem enxergar que carregam a dor diariamente e, além disso, não sabem falar sobre ela.

Sobre a inclusão de mulheres negras em revistas de moda, hooks (2019) salienta que, quando houve o *boom* de reclamações sobre a falta de mulheres não brancas em revistas, acreditou-se que a inclusão por si só poderia romper com o racismo no sentido de que essas pessoas não são consideradas bonitas. Por outro lado, a autora aponta que, atualmente, as modelos negras representadas na capa e no miolo das revistas têm uma tendência a dialogar com os estereótipos por meio de fotos com mulheres de pele retinta e traços negroides distorcidos ou modelos birraciais em fotografias que retratam a hiperssexualização. A respeito disso, hooks afirma: “Pode-se concluir que, quando a pele é exposta em trajes usados para evocar atração sexual, a modelo que os veste não é branca.” (HOOKS: 2019, p. 147). Nesse sentido, a feminilidade branca é inocente, enquanto a negra jamais poderia ser.

Quanto à presença de negros em reportagens telejornalísticas, Hall (2016) traz um apontamento interessante: os afrodescendentes passaram a ser vistos como componentes da sociedade britânica, já que em entrevistas de rua, por exemplo, eles são constantemente utilizados. “Se você for entrevistar pessoas comuns para saber a opinião delas sobre um tema

8 Ver: IBGE: negros são 17% dos mais ricos e três quartos da população mais pobre. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-12/ibge-negros-sao-17-dos-mais-ricos-e-tres-quartos-da-populacao-mais-pobre> . Acesso em: 02 de dezembro de 2019.

qualquer, então uma ou duas devem ser negras. A este respeito tornou-se mais aceito – normalizado – que os negros são um elemento constitutivo da sociedade britânica contemporânea” (HALL: 2016, p. 225). É necessário ressaltar que, no Reino Unido, os afrodescendentes fazem parte de apenas 3%⁹ da população, número muito menor do que no Brasil, que, atualmente, tem 55,8% de afro-brasileiros¹⁰.

Já com o objetivo de analisar essa situação no Brasil, Rogério Ferro (2012) citou o seguinte caso: um grupo de jornalistas estava buscando adolescentes com sobrepeso e obesidade na era da internet, que estimula o sedentarismo. Quando as gravações acabaram, foi necessário escolher um personagem para estampar o primeiro plano da reportagem e um garoto de 14 anos parecia perfeito para esse trabalho, mas foi recusado por causa da sua cor, pois “ilustrar uma reportagem a partir de um negro poderia ‘causar um ruído na mensagem’. Os receptores ‘estranhariam’ a presença de uma família de afrodescendentes como personagem principal de uma ‘história comum’” (FERRO: 2012, p. 64).

Considero as histórias de interesse humano uma ótima, porém desperdiçada ferramenta para promover a convivência democrática e o conhecimento mútuo dos diversos segmentos raciais no Brasil. Com a aparição (também) de negros como personagens da vida real em situações comuns do cotidiano e sem referência alguma a sua raça no jornalismo de televisão, tal mensagem é potencializada pelo recurso imagético, estabelecendo-se assim, esse meio (mais do que qualquer outro), como o terreno fértil para a desconstrução de estereótipos, o combate à discriminação racial e a promoção da democracia racial, efetivamente (FERRO: 2012, p. 70).

Ferro (2012) também analisou doze reportagens sobre saúde de idosos no “Fantástico”, entre novembro de 2006 e fevereiro de 2007, e notou a falta de pessoas negras nas “histórias comuns”. Os brancos ocuparam 86,8% do tempo contando as suas histórias, enquanto os afrodescendentes tiveram 13,2%. Por isso, Ferro é a favor da “desterritorialização racial do cidadão comum no telejornalismo brasileiro” (FERRO: 2012, p.66), para que seja quebrado o padrão de representação negro e branco no meio televisivo.

Para Sodré (2015), o preconceito racial acontece quando há proximidade e, por isso, o racismo sugere a desterritorialização: o “outro”, visto como intruso, não pode ocupar o lugar

9 Ver: O que Megan Markle significa para os britânicos negros? Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/o-que-meghan-markle-significa-para-os-britanicos-negros-22674208> Acesso em: 28 de junho de 2019.

10 Ver: Em sete anos, aumenta em 32% a população que se declara preta no Brasil. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/05/22/em-sete-anos-aumenta-em-32percent-a-populacao-que-se-declara-preta-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 01 de julho de 2019.

do “mesmo”, pois este não quer dividir o seu espaço. “O nojo racista ao Outro decorre de seu deslocamento territorial: ele (o negro, o índio etc) está ali onde não deveria” (SODRÉ: 2015, p. 298). Por isso o jovem negro de 14 anos não foi o escolhido como o personagem principal na reportagem, já que estaria, na prática racista da mídia, apropriando-se do lugar que é destinado a um branco.

Aliás, Araújo analisa que a maciça presença de pessoas brancas no meio audiovisual, em contraponto às negras, é um reflexo do desejo de branqueamento existente desde o século XIX e, portanto, foi naturalizado como “estética audiovisual de todas as mídias” (ARAÚJO: 2006, p. 73). Dessa forma, se não é comum ver entrevistados negros especialistas compondo reportagens nos telejornais, por exemplo, um dos fatores responsáveis por isso pode ser a inadequação ao padrão estipulado. O autor acredita que isso criou uma “pretensa representação do real” por meio de pessoas brancas, magras e altas, que não estão de acordo com a fisionomia da maioria dos brasileiros.

Como indicam Shoshat & Stam (2006), a constante representações de jovens negros como delinquentes apresenta um impacto direto na vida dessas pessoas, que são constantemente tachadas de criminosas e, com isso, sendo assassinadas, muitas vezes “por engano”, em especial pelas mãos da polícia. No primeiro trimestre de 2019, 78,4% das vítimas de homicídios em intervenções policiais foram homens negros, totalizando 342 pessoas¹¹.

Os estereótipos de algumas comunidades apenas fazem o grupo-alvo se sentir desconfortável, mas a comunidade em questão tem poder social para combatê-los e resistir a eles, enquanto os estereótipos de outras comunidades fazem parte de políticas sociais preconceituosas e podem levar a práticas de violência que colocam em risco a própria vida do acusado (SHOSHAT & STAM: 2006, p. 269-270).

Dessa forma, Shoshat & Stam (2006) constatam que grupos marginalizados não conseguem controlar a própria representação. Então, revela-se necessário analisar os textos midiáticos e se questionar sobre quais histórias são contadas e por quem, incluindo também a necessidade de observar o modo como esses conteúdos são produzidos.

Já em relação às novelas e filmes, é importante destacar que ambas promovem pontos de vista sobre a vida real, perpassando pelas relações entre os indivíduos, por isso, parece ser

11 Ver: Proporção de negros, pardos e adolescentes cresce entre mortos pela polícia no Rio. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/proporcao-de-negros-pardos-adolescentes-cresce-entre-mortos-pela-policia-no-rio-23934628.html>. Acesso em: 10 de novembro de 2019.

um caminho perigoso olhar para as ficções apenas como algo voltado para o entretenimento, sem tentar desmistificar o seu conteúdo. Shoshat & Stam (2006) acreditam que, por mais que os filmes sejam representações, eles apresentam impactos reais no mundo, movimentando paixões e podendo, inclusive, tornarem-se a base para a promoção de políticas sociais retrógradas. De qualquer forma, os autores apontam que o que realmente interessa na análise dos filmes não é a sua veracidade, mas o modo como discursos ideológicos e perspectivas coletivas são construídas. Ou seja, é importante perguntar-se para quem essas construções são feitas e com base em quais ideologias e discursos, mostrando, assim, que a arte é diretamente ligada à política.

Analisando produções cinematográficas, Shoshat & Stam (2006) indicam que o eurocentrismo do público é capaz de influenciar esses conteúdos, pois as plateias precisam ter os seus valores ideológicos respeitados para que o filme faça sucesso. Então, até mesmo obras de cunho político, como algumas produzidas sobre o *apartheid*, têm as suas histórias ajustadas (ou seja, transformam-se em mitos) para agradar o público.

Além disso, outro ponto importante levantado pelos autores é que o cinema dominante vê as pessoas do chamado Terceiro Mundo como intercambiáveis. Nesse sentido, eles relataram ver atriz mexicana fazendo papel de indiana, egípcio fazendo papel de latino, mexicana fazendo papel de oriental, entre outros. Vale lembrar que aos atores negros são oferecidos papéis racialmente marcadas, já os brancos podem interpretar qualquer personagem que ultrapasse a questão da etnia. Ou seja, o ator branco é universal.

De acordo com hooks (2019), quando a maioria das pessoas negras norte-americanas tiveram a chance de ter contato com a televisão, elas fizeram isso sabendo que esse veículo reproduz a ordem da supremacia branca. Logo, a experiência deles foi completamente diferente da que aconteceu no Brasil. A autora acredita que “encarar a televisão, ou filmes comerciais, envolver-se com suas imagens, era se envolver com sua negação da representação negra” (HOOKS: 2019, p. 217). A partir disso, surgiu o cinema negro independente, que foi um modelo contra-hegemônico de produção audiovisual. Ela conta que, quando era criança, assistir à televisão era um modo de desenvolver um olhar crítico sobre o conteúdo televisivo.

Aliás, hooks (2019) também pesquisou sobre a opinião de mulheres negras acerca de filmes e a maioria disse que nunca esperava ver “representações convincentes” sobre si mesmas, pois tinham consciência do racismo presente no mundo audiovisual. Esse mesmo grupo dizia resistir à identificação com os filmes: “o prazer da resistência, de dizer ‘não’: não

a uma apreciação ‘sem sofisticação, de nossa parte e dos outros, de imagens culturalmente dominantes, [não] a estruturas de poder que nos pedem para consumi-las acriticamente de formas altamente restritas’ (KUHN apud HOOKS: 2019, p. 227).

Já em relação às espectadoras que são fãs de produções hollywoodianas, todas disseram que é necessário abstrair a crítica para conseguir aproveitar o filme, sem pensar em racismo ou machismo. Assim, hooks (2019) acredita que existe uma ligação entre a representação na mídia e a capacidade das mulheres se constituírem como sujeitas. De acordo com a autora, as mulheres negras que construíram suas identidades na resistência têm mais propensão a adquirir uma capacidade maior de crítica, ou, como diz hooks, de olhar opositor. Assim, elas conseguem ver a desumanização e objetivação de si mesmas com mais facilidade, por isso se posicionam abertamente contra.

Assim como apontaram Hall (2006) e Freire (2004a), Shoshat & Stam (2006) acreditam que um público crítico pode exercer pressão sobre os conteúdos midiáticos, em especial quando se trata de filmes, influenciando as próximas produções: “Nesse sentido, a bagagem cultural de uma plateia em particular pode gerar pressões contra um discurso racista ou preconceituoso” (SHOSHAT & STAM: 2006, p. 267). Aliás, eles inclusive relembram um momento em que a pressão do público fez mudar a postura de Hollywood, pois, de acordo com os autores, as produções hollywoodianas colocam a moralidade como uma questão de cor, então, quanto mais escura é a cor da pessoa, pior é o seu caráter.

No filme “O nascimento de uma nação”, os personagens negros e servis eram feitos por atores negros, mas os papéis de negros agressivos eram protagonizados por brancos pintados – a técnica conhecida como *blackface*. Devido aos protestos da Associação Nacional para o Progresso de Pessoas de Cor (NAACP), Hollywood começou a selecionar atores negros para papéis secundários. No entanto, não podemos negar que esse foi apenas um pequeno passo longe de ser enquadrado como uma atitude voltada para a promoção da equidade entre artistas negros e brancos. Sobre o direito de se representar, Shoshat e Stan alertam:

Ultimamente, Hollywood tem acenado em direção a uma escolha mais “correta” dos elencos: afro-americanos, índios e latinos conquistaram o direito de “representar” suas próprias comunidades. Mas essas escolhas “realistas” não são suficientes se a estrutura narrativa e as estratégias cinematográficas permanecem eurocênicas. Um rosto epidermicamente correto não garante a representação de uma comunidade” (SHOSHAT & STAN: 2006, p. 280).

Desse modo, ainda que possam se representar, isso não garante a presença de uma representação não-eurocêntrica. É o que apontam Shoshat & Stan, explicando que “o sistema pode simplesmente ‘usar’ o ator para ativar o sistema de códigos dominantes, muitas vezes a despeito de suas objeções” (SHOSHAT & STAN: 2006, p. 279). Ou seja, utilizar um ator negro em prol do que o sistema dominante entende como um indivíduo negro na sociedade. Então, ainda que o ator possa ser militante e consciente de sua negritude, isso pode não ser suficiente para que ele consiga ultrapassar a barreira estipulada pelo sistema no papel que a ele foi oferecido.

Nesse contexto, os autores ainda mostram que, em filmes liberais de Hollywood, os personagens europeus/euro-americanos são considerados os “centros de consciência”. Nessas obras, os personagens de países em desenvolvimento têm função secundária até mesmo quando a história é sobre eles. Precisamos levar em consideração que essas observações foram feitas nos anos 90, então muitas mudanças aconteceram de lá para cá. No entanto, nada que apresente uma verdadeira subversão nos modos de produção hollywoodianos.

É importante destacar ainda que, quando se trata de controle sobre a representação, acredita-se que isso significa veicular imagens positivas. No entanto, não é isso que acreditam Shoshat & Stan (2006). Ambos abordam sobre filmes africanos, como *Finzan* (1989) e *Laafi* (1991), que apresentam uma visão crítica sobre a sociedade e não como imagens positivas do seu povo, mostrando a complexidade da sua comunidade sem mascarar uma sociedade perfeita.

Por isso, Shoshat & Stan (2006) acreditam a questão da imagem não deve ser analisado de modo maniqueísta, ou seja, positiva ou negativa, colocando as pessoas em categorias preestabelecidas. Afinal, as imagens podem mudar e, mesmo assim, permanecer com a mesma função. De acordo com Riggs (apud SHOSHAT & STAN: 2006), o papel de subserviente, como no caso do *Pai Tomás*, não tem o objetivo de representar os negros, mas deixar os homens brancos tranquilos ao apresentar a imagem de um negro dócil.

Outro problema que os autores apontam, dessa vez de acordo com Herman Gray, é que as imagens positivas dos afrodescendentes, principalmente aquelas representadas em séries com elenco negro, promovem a crença na existência de uma mobilidade individual e de uma harmonia racial, deixando de lado a análise sobre a existência do racismo e diferença de poder.

Nesse debate, hooks (2019) dialoga com ambos autores, abordando sobre a importância da representação do povo negro não somente de acordo com uma imagem positiva. Comentando sobre o diretor de cinema Micheaux, a autora indica que ele estava interessado em desafiar as representações negras sob a ótica da supremacia branca, então não bastava apenas reduzir a questão a uma imagem positiva: “no espírito da criatividade opositora, trabalhou para produzir imagens que transmitem a complexidade da experiência e dos sentimentos” (HOOKS, 2019, p. 244).

Com isso, a autora entende que é necessário não reduzir a crítica à dicotomia de boas e más imagens. “Em geral, o que é considerado bom é apenas uma reação contra as representações obviamente estereotipadas criadas por pessoas brancas. No entanto, atualmente somos bombardeados por imagens estereotipadas similares criadas por pessoas negras” (HOOKS: bell, 2019, p. 36).

Logo, a questão não é apenas criticar o *status quo*, mas criar alternativas em relação às representações com o objetivo de transformar as visões de mundo cuja base está no olhar da supremacia branca. Nesse sentido, hooks escreve: “Apenas mudando coletivamente o modo como olhamos para nós mesmos e para o mundo é que podemos mudar como somos vistos” (HOOKS, 2019, p. 39). Questionando a reação de telespectadores negros na sala de cinema durante o filme “Os donos da rua”, dirigido por John Singleton e exibido em 1991, hooks faz uma interessante análise:

São imagens dolorosas de se ver. É assim que deveria ser. Deveria ferir os nossos olhos ver o genocídio racial perpetuado nas comunidades negras, seja na realidade ou na ficção. No entanto, no cinema onde assisti a esse filme, a maior parte da audiência negra parecia encontrar prazer naquelas imagens. Essa reação é um testemunho poderoso, que revela as formas de representação na sociedade supremacista branca que ensinam as pessoas negras a internalizarem o racismo tão profundamente em nossa consciência coletiva que podemos sentir prazer com imagens de nossa morte e destruição (HOOKS: 2019, p.40).

Sobre as representações midiáticas, das minorias, Freire (2005), acredita ser necessário atentar-se com cautela à observação. Isso porque muitos estudos pioneiros que fizeram uma análise de conteúdo focaram em critérios limitantes como a frequência e papel da representação dos oprimidos nas transmissões audiovisuais. Logo, isso pode resultar num levantamento raso de uma complexidade de representações, fazendo crer que existem apenas conjuntos de fórmulas específicos e restritos. Esse tipo de abordagem pode cair na armadilha

de generalizar a “natureza estereotípica da mídia” (FREIRE: 2005, p.26), ignorando, portanto, outros itens como paródias que pretendem ser subversivas.

Nesse sentido, podemos citar o filme “Macunaíma” (1969), em que Shoshat & Stan (2006) inclusive comentam que essa adaptação da obra de Mário de Andrade transforma o canibalismo em um recurso artístico ao colocá-lo como um modo de criticar a ditadura militar e o sistema capitalista brasileiro. Desse modo, essa foi uma maneira de usar um estereótipo (canibalismo) para criticar a sociedade e não corroborar com o discurso dominante.

Em relação às produções das telenovelas brasileiras, um importante estudioso é o Joel Zito de Araújo (2004), que faz não apenas uma análise de conteúdo como também uma análise histórica dos afrodescendentes na sociedade brasileira. Ele conta que o governo brasileiro, por meio de decretos, tentava impedir a expansão da miscigenação de negros e indígenas com imigrantes de países não-brancos, enquanto estimulava a vinda de pessoas de regiões ibéricas e anglo-saxônicas. Um dos decretos foi o de 28 de junho de 1890, cuja polícia de portos e agentes diplomáticos eram encarregados de impedir que criminosos, indigentes e indígenas da África e da Ásia entrassem no Brasil. O outro foi o decreto-lei n 7.967 de 18 de junho de 1946, em que a vinda de imigrantes só seria aceita se auxiliasse na composição da ascendência europeia.

Como era de se esperar, as atitudes racistas tanto legais quanto sociais tiveram impacto no modo como os negros são representados na mídia. O autor apresenta uma análise das telenovelas entre o período de 1963 a 1997. De acordo com ele, os papéis interpretados por atores negros durante a década de 60 foram todos ligados a personagens subalternos, período em que era reforçada a teoria da democracia racial, mostrando a convivência pacífica entre as raças por meio das telenovelas.

Nesse período, a novela “A Cabana do Pai Tomás”, de 1969, teve o maior número de personagens negros até essa data, mas isso não impediu o surgimento de protestos em torno da questão racial, já que o ator principal para interpretar o personagem negro Pai Tomás deveria ser negro, mas foi interpretado por Sérgio Cardoso, que era branco e foi pintado de preto, utilizando ainda rolhas no nariz e nos lábios para dar a impressão de ter boca e nariz grande. De acordo com o Araújo (2004), a escolha desse ator branco demonstra a desconfiança dos produtores em oferecer a um ator negro a capacidade de desempenhar o papel de protagonista.

Já na década de 70, o autor conta que houve um apreço maior pelo realismo, para que os espectadores pudessem se identificar com as novelas, então passaram a ser contados os dramas do povo negro em busca da ascensão econômica e social. Em 1975, foi criada a novela “Pecado Capital”, em que Milton Gonçalves fez o papel de um psiquiatra, cuja escritora Janete Clair tentou ampliar a participação dele ao elaborar um romance entre o médico e uma irmã mais velha de um paciente, interpretada por Tereza Amayo, uma mulher branca.

No entanto, esse romance foi reprimido pelo público, que mandava cartas protestando contra o casal. Em entrevista a Araújo (2004), Milton Gonçalves comenta que, apesar desses protestos, muitas crianças e jovens negros iam falar com ele na rua, mostrando-se felizes com o personagem. Ainda assim, de acordo com o autor, o papel desempenhado por Milton demonstra um homem negro perfeito, de comportamento aceitável e sem ligações com a sua comunidade e, menos ainda, vínculos com pessoas da sua raça. Ou seja, era um negro de alma branca e, mesmo assim, naquela época, não foi plenamente aceito pelo público branco.

Ainda durante os anos 70, Araújo (2004) relata que houve a acentuação da presença do personagem negro como o anjo da guarda do protagonista branco, mas também ocorreu um tímido avanço na questão racial. A TV Tupi, por exemplo, inaugurou em 1977 a novela “Um Sol Maior”, que foi o primeiro folhetim com personagens negros representando um núcleo importante. Na trama, existiam personagens negros e brancos bons e maus, com o objetivo de provocar uma reflexão sobre o racismo. Mas, ainda assim, na emissora, os atores negros tinham maior participação em papéis subalternos, sendo os confidentes dos brancos e os personagens caricatos. Desse modo, atores negros ocuparam 90% das novelas da Tupi nesse período.

No elenco de uma telenovela, ao ator negro será destinado um personagem para o qual já está previsto a característica étnica. Em outras palavras, um personagem que possa ser indiscriminadamente representado por um negro ou por um branco, o será por um ator branco. Ao ator negro somente lhe cabe o personagem construído como negro. E ainda, personagens, quase sempre, secundários ou descartáveis, interpretando papéis sociais subalternos dentro da estrutura social brasileira (FARIA & FERNANDES: 2007, p. 13).

Enquanto isso, na década de 80, na novela “Corpo a Corpo”, de 1985, Zezé Motta interpretou uma arquiteta que fazia par romântico com Marcos Paulo, mas a relação inter-racial gerou polêmicas entre os espectadores. Como relembra Araújo (2004), alguns deles inclusive mandavam recados para a secretária eletrônica do ator com mensagens racistas.

Enquanto isso, Zezé era “elogiada” nas ruas por ter consigo conquistar um galã branco. Já a arquivilã, interpretada por Joana Fomm contou que, mesmo interpretando uma personagem racista, as pessoas comentavam com ela nas ruas que a vilã deveria ser mais educada, utilizar a expressão “escurinho” e não “negro”, mostrando que o problema não é ser racista, mas ser racista de modo evidente e não dissimulado.

Já os anos 90 estream o primeiro caso de confronto aberto entre líderes negros e produtores de novelas surgiu quando foi lançada “Pátria minha”, em 1994. Araújo (2004) conta que o episódio que gerou a polêmica foi uma cena abertamente racista, em que um vilão branco insulta um doméstico negro com diversos termos preconceituosos, mas o personagem não rebate e nem enfrenta o chefe. Dias depois, o Geledés, instituição em prol do movimento negro, processou a novela por ter criado uma cena que fere a autoestima do povo negro não por ter evidenciado um personagem racista, mas pela forma como a vítima se comportou diante dele. A notificação exigia que o personagem Kennedy, vítima de racismo, fosse conscientizado por outros personagens negros na trama e isso aconteceu capítulos depois. Em nota oficial, a Rede Globo acusou a Geledés de racismo, pois ela não deveria ter exigido que a conscientização viesse de um negro.

Nessa época, a atriz Ruth de Souza foi a única da emissora a defender a entidade negra, lembrando também o que aconteceu anteriormente na novela “A viagem”, que mostrou o céu como um paraíso sem pessoas negras, mas essa situação foi revertida por meio de cartas de protestos dos espectadores enviadas à emissora. Desse modo, podemos ver um avanço no processo de conscientização racial da sociedade brasileira que, antes, contava com diversas cartas de protestos racistas e, depois, passaram a surgir cartas de protestos antirracistas. Isso não indica que os racistas desapareceram, mas que os antirracistas estão se disseminando e se fazendo ouvir em diversos espaços, inclusive o televisivo.

Em “A próxima vítima”, de 1995, surgiu a primeira família negra conservadora de classe média na telenovela que conquistou a simpatia do público. De acordo com Araújo (2004), esse sucesso se deu, em grande parte, devido ao desejo dos espectadores em ver famílias médias tradicionais, que estavam se tornando ausentes nas telenovelas modernas. Já em relação ao público negro, essa satisfação se intensificou, acertando “em cheio no desejo histórico do segmento populacional negro brasileiro” (ARAÚJO: 2004, p. 294), cujas famílias monoparentais, chefiadas por mulheres, era o mais comum, mas, ainda assim, buscavam e buscaram constituir famílias integradas e estáveis como a da classe média tradicional.

Durante a década de 90, Araújo (2004) percebe que o tabu do racismo como um problema individual do vilão não se sustentou como antes, permitindo que mais atores conseguissem destaque nas novelas, como Taís Araújo em “Xica da Silva”, que foi a primeira protagonista negra na telenovela do Brasil. No entanto, é importante destacar que, de acordo com o autor, as mudanças que aconteceram nos anos 90, relacionadas à maior representação em telenovelas e comerciais, não estão ligadas apenas às iniciativas da mídia, pois resultam da maior participação e presença de entidades negras na sociedade.

Ao analisar todo o período de 1963 a 1997, Araújo (2004) revela que o ideal de branqueamento e o desejo da europeização dos brasileiros eram constantes nas novelas. De 98 novelas da Rede Globo, com exceção das que abordavam a escravidão, 28 delas não contavam com atores negros. Além disso, em apenas 29 telenovelas o percentual de personagens negros foi maior que 10% do total do elenco. Nessa análise, foram identificados poucos papéis principais interpretados por afrodescendentes, tanto de protagonistas quanto antagonistas.

O autor também destaca que, caso o personagem não tenha referência do seu pertencimento racial na sinopse, a tendência é escolher um ator branco, já que ele é considerado universal. Nesse contexto, aos atores negros estão reservados os papéis sem ação, de personagens decorativos ou passageiros, compondo os ambientes domésticos e as ruas (favelas). Com isso, Araújo (2004) conclui que, assim como na sociedade brasileira, as telenovelas tratam o racismo como um tabu.

Enquanto isso, Stuart Hall (2016) enxerga mudanças significativas no contexto britânico por meio da inclusão de pessoas negras retratadas em situações do dia a dia, dramas de televisão e filmes abordando a vida familiar afrodescendente e colocando personagens negros em destaque. Hall (2016) ainda comenta de esportistas, tanto homens quanto mulheres, negros que se destacam. Mas como se sabe, o mundo do esporte e da música são os dois lugares onde o povo afrodescendente é reconhecido. Além disso, conforme o crescente culto à celebridade, a presença de artistas negros está sendo normalizada. Todas essas questões apontam, inegavelmente, para um processo de maior visibilização.

No entanto, essas mudanças são suficientes? Afinal, basta olhar para os CEOs, políticos e profissionais em posição de destaque que é possível observar que, majoritariamente, têm uma cor específica: branca. Além disso, como indica o autor, as pessoas negras podem ser celebradas um dia e massacradas no outro, pois os mecanismos de

difamação e divisão não foram extinguidos. Nesse sentido, Stuart Hall declara: “as estrelas negras figuram nos artigos principais da mídia sobre as celebridades, mas essas representações convivem com a contínua demonização da juventude negra na cobertura sobre crimes e desordem” (HALL: 2016, p. 227). Ou seja, por mais que estejam acontecendo mudanças, ainda assim, nós ainda não temos muito o que comemorar.

3. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA TELEVISÃO

Este capítulo focará nos mecanismos de funcionamento e estrutura da televisão, incluindo a do telejornal, e o papel dos jornalistas, perpassando também por um breve histórico desse meio de comunicação no país. Além disso, vamos tratar da relação da TV com a dominação, analisando termos como hegemonia e ideologia. Por fim, será abordada a temática da identidade, relacionando-a com a televisão, apontando também as práticas racistas veiculadas por esse meio.

3.1. Análise sobre a televisão

Como o meio analisado nesta pesquisa é a televisão, revela-se necessário entender os seus mecanismos, ressaltando a importância da TV na vida social e considerando-a como o principal meio de comunicação com influência na formação de opiniões dos cidadãos. No início do seu surgimento no Brasil, em 1950, a TV era uma ferramenta de inovação tecnológica feita para entreter a elite. Isso porque nem todos podiam comprá-la, então a programação da televisão era voltada para a classe mais alta. De acordo com Sodré (2010), unindo o contato com a elite e a falta de uma estrutura focada no comercial, a televisão brasileira atuou numa linha culturalista, ou seja, as exibições juntavam telejornalismo e espetáculos culturalistas, como programas de música clássica e teleteatro.

No entanto, a partir de 1960, isso passa a mudar, pois as estações de TV se ampliaram e começaram a existir 15 delas nas capitais brasileiras, propiciando o caráter comercial do aparelho televisivo e a disputa por recursos publicitários. Além disso, a programação norte-americana é importada e os programas de auditório ganham o seu espaço. Sendo assim, segundo Sodré (2010), três acontecimentos favoreceram a expansão da televisão no Brasil: reconcentração de renda, diversificação dos bens de luxo e modernização tecnológica das comunicações.

Realmente, o desenvolvimento da televisão não envolve um único aspecto produtivo (como acontece com a imprensa), mas diversos tipos de produção paralela que vão da fabricação de receptores e da organização de setores especializados de pessoal técnico até o crescimento da produção de bens duráveis de luxo. A televisão, por sua vez, passou a significar cada vez mais o ‘futuro’ tecnológico do sistema dos meios de informação, articulado, apesar de eventuais contradições internas, com a ideologia modernizadora do

crescimento econômico. Modernização aqui significa reprodução ideológica dos padrões de vida da sociedade urbano-industrial (consumo, educação etc), mesmo nas regiões rurais ou interioranas onde inexista renda importante” (SODRÉ, 2010, p. 100).

De acordo com Sodré (2010), a TV permitiu incluir grupos socialmente excluídos, como negros e pobres, ao contrário das revistas destinadas à classe A. No entanto, representados como o ponto fora da curva, o indivíduo diferente (positivamente) dos outros participantes da minoria em que está incluído. Ainda assim, o autor aponta que essa estratégia funcionou, pois, em 1971, 70% dos aparelhos de TV no Rio e em São Paulo pertenciam às famílias da classe C e D. Nesse contexto, Sodré indica que é necessário lembrar do mecanismo de uma empresa que habita o mundo da livre-concorrência: o que importa é a posição no mercado.

Sendo assim, ele acredita que isso pesa muito mais que um planejamento com base nos interesses das classes dominantes. Por isso, “a televisão brasileira soube acompanhar, portanto, as indicações da lógica do mercado em sua investida hegemônica” (SODRÉ: 2010, p. 107). Ainda que estivesse tentando ganhar as classes C e D, não esqueceu do público conquistado originalmente, que foi a classe B², composta de pequenos comerciantes e proprietários, além de burocratas.

Por outro lado, depois de ganhar a audiência e conquistar a confiança da publicidade, a TV voltou-se para telespectadores de posição mais elevada socialmente, incluindo anúncios de artigos luxuosos. Segundo o autor, isso rompeu com a conexão simbólica construída entre a televisão e as camadas populares, extinguindo programas grotescos. Atualmente, a Rede Globo, por exemplo, não trabalha mais com esse tipo de exibição.

Aliás, importante destacar que, segundo Sodré (2010), as primeiras emissoras no Brasil surgiram no início da década de 50, mas apenas em 1956, no início do governo de Juscelino Kubitschek, passa a acontecer uma proliferação de emissoras no país. No entanto, ao longo desses anos, não havia um sistema informativo no país, que passou a ocorrer apenas em 1967 com base na imposição da centralização da cultura por meio da modernização. Durante esse processo, com o intuito de expandir a modernização, setores privados e públicos começaram a investir na publicidade, telecomunicações, obras urbanas, originando assim o sistema de televisão. Segundo o autor, o ano de 1968 foi marcado pela grande venda de aparelhos de TV no Brasil.

Freire (2004b) conta que depois do golpe militar de 1964, o governo começou a ser mais vigilante em relação às telecomunicações. Nesse contexto, a indústria televisiva da época foi bastante incentivada com os subsídios diretos e a criação de uma estrutura nacional desse setor. A partir disso, o preço da televisão foi reduzido, fazendo o número de aparelhos saltar de 2 milhões para quase 4 milhões em apenas três anos. A facilidade em comprar a TV não se deu apenas pela diminuição do valor como também pela ampliação do crediário.

Sodré (2010) ainda conta que em 1970, 24,1% dos domicílios brasileiros, totalizando 4,2 milhões residências, possuíam TV, enquanto em 2008 esse número saltou para 94%, contabilizando 57,5 milhões de domicílios. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Pnad/IBGE) em 2017, 96,7% das casas, que dão o total de 70,4 milhões de domicílios¹², contam com a presença de aparelho televisivo.

Portanto, essas pesquisas demonstram que a televisão não está caindo em desuso com a ascensão da internet, já que a porcentagem de casas que têm esse aparelho apresenta constante crescimento. Mas antes de aprofundar nos estudos sobre a estrutura da televisão, é importante, primeiro, tentar entender o que ela é. Para isso, Machado (2003) explica:

Televisão é um termo muito amplo (...) compreende desde aquilo que ocorre nas grandes redes comerciais, estatais e intermediárias, sejam elas nacionais ou internacionais, abertas ou pagas, até o que passa nas pequenas emissoras locais de baixo alcance, ou o que é produzido por produtores independentes e por grupos de intervenção em canais de acesso público (MACHADO: 2003, p. 19-20).

Nessa tentativa de definição, Sodré (2010) começa explicando que esse é um aparelho dotado de superfluidade, não surgindo para atender nenhum tipo de necessidade humana em relação à comunicação por imagens. Assim, a TV não foi criada para “atender a nenhuma espera específica e preexistente da comunicação social. Surgiu diretamente do meio técnico, como resultado da crescente autonomia dos bens eletrônicos (do mercado) com relação às reais carências humanas” (SODRÉ: 2010, p. 14).

Nesse contexto, o autor conta que, ao redor desse aparelho, foram criadas outras inovações, como computadores, gravadores, videoteipe e videocassetes que, somados aos

12 Ver: PNAD Contínua TIC 2017: Internet chega a três em cada quatro domicílios do país. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23445-pnad-continua-tic-2017-internet-chega-a-tres-em-cada-quatro-domicilios-do-pais>. Acesso em: 05 de agosto de 2019.

outros meios de informação como jornal e rádio, além de dispositivos como telefone, possibilitam que seja possível observar a crescente intervenção do Estado e do seu poder no âmbito da comunicação social. Além disso, Sodré (2010) acredita que o surgimento da TV deve ser encarado como uma maneira de imposição da alienação fabricada pela ordem produtiva contra os indivíduos. Nesse caso, somam-se alienações econômicas, sexuais, políticas, linguísticas e, com a TV, a alienação da expressão dialógica.

Ainda sobre a definição da TV, Sodré (2010) explica que ela não deve se limitar às características tecnológicas. Isso porque é necessário analisá-la como um sistema informativo que é semelhante à linguagem econômica do mercado, sendo mobilizada pela tecnologia. Aliás, do ponto de vista econômico, o autor acredita que não é possível enxergar os meios de informação como indústrias isoladas. No caso da TV, por exemplo, ele explica esse aparelho tem conexão com a venda, publicidade, indústrias de aparelhagem, entre outros. Sendo assim, o que o autor chama de sistema informativo/televisivo é o “complexo [jornais, rádio, livros, revistas etc] institucionalizado de meios de informação interdependentes [...] e com uma tendência à homogeneização de suas mensagens” (SODRÉ, 2010, p. 19), em que a TV lidera esse sistema, funcionando como a proposta de informação mais cativante.

Enquanto isso, Arlindo Machado (2003) analisa a televisão sob uma perspectiva valorativa, focando nos trabalhos audiovisuais e se colocando como um defensor desse meio de comunicação. Para isso, ele inicialmente verifica que é um equívoco considerar que a TV só mostra banalidades por dois principais motivos: acredita-se que a realidade é muito diferente fora da tela, o que é um erro para o autor, e esse ponto de vista não leva em conta que a banalidade está presente em qualquer produção intelectual devido à apropriação industrial da cultura. Como Machado aponta, “existe também vida inteligente na televisão” (MACHADO: 2003, p. 10) e é isso que o autor tenta demonstrar com os seus estudos sobre esse meio. No entanto, para averiguar esse outro lado da TV, é necessário mudar o foco e não prestar atenção somente nas “formas mais baixas” da televisão.

Segundo o autor, é possível estudar a televisão de duas diferentes formas, sendo a primeira com uma base sociológica, voltada para a influência desse meio na vida social e estudos sobre a quantidade de audiência, em que a qualidade da programação não é um ponto levantado. Já o outro tipo de abordagem indicado por Machado envolve justamente a qualidade, levando em conta que esse é “um dispositivo audiovisual através do qual uma civilização pode exprimir a seus contemporâneos os seus próprios anseios e dúvidas, as suas

crenças e descrenças, as suas inquietações, as suas descobertas e os voos de sua imaginação” (MACHADO: 2003, 11).

Para Machado, a TV não está predestinada a uma função fixa para todas as pessoas, já que “a televisão é e será aquilo que nós fizemos dela” (MACHADO: 2003, p. 12). Dessa forma, cada um escolhe o que assiste na tela e, com isso, tem uma experiência pessoal, o que, para o autor, vai contra os estudos que não analisam as posturas dos telespectadores, produtores e críticos diante das produções televisivas, considerando-os como agentes passivos frente a TV.

Segundo Machado (2003), ainda existe a ideia de que a televisão é uma produção do mercado, sendo vista como um meio de controle político-social, em que o sistema político, tecnológico e econômico ditam as regras e as condições de recepção. De acordo com o autor, essa abordagem não é incorreta, mas limitante por não avaliar a produção televisiva, adotando uma visão macroestrutural sem analisar o conteúdo da televisão. Por isso, ele acredita que é necessário enxergar a TV sem a visão maniqueísta, adotando uma abordagem que avalie a televisão como um conjunto de trabalhos audiovisuais. Sendo assim, é possível perceber que o estudo sobre a produção televisiva é escasso ou “conhecemos apenas o pior, como se só o pior fosse efetivamente televisão” (MACHADO: 2003, p.20). Machado acredita que isso acontece porque não há esforço em olhar para trás e ver as produções de qualidade que foram feitas ao longo de 70 anos da televisão. Por isso, ele aponta que é importante analisar esse meio sob outro ponto de vista, buscando “redescobrir essa arte negligenciada” (MACHADO: 2003, p. 21).

O ponto de vista de Machado vai contra o de Bourdieu (1997), já que, para este autor, a televisão exerce uma violência simbólica, que só existe devido à cumplicidade de quem a sofre e quem a pratica. O primeiro mecanismo de violência apontado por Bourdieu está nas notícias de variedades, compostas por assuntos como drama e crime, mas também por notícias cujo objetivo é provocar a distração. Nesse caso, a TV chama atenção para fatos que são de interesse a todos, chamados de fatos-ônibus, que não provocam choque nem divisão, mas favorecem um consenso sem atingir nenhum ponto importante.

Isso é uma estratégia de funcionamento da televisão que auxilia na despolitização, já que o próprio autor assinala que muitas pessoas têm esse aparelho como única fonte de informação. Então, ao investir em fatos-ônibus que não dizem nada, a TV consegue afastar dos telespectadores as questões que deveriam ser abordadas para que as pessoas pudessem

exercer a democracia. Como diria Sodré: “A televisão é decididamente despolitizante” (SODRÉ: 2010, p. 28).

Aliás, é importante destacar que, sobre o alcance da TV, Bourdieu (1997) acredita que ela pode, na teoria, atingir a todos. No entanto, isso não possibilita, de fato, uma democracia nesse meio, já que lida diariamente com a censura. Nesse caso, a censura da TV está ligada à perda de autonomia, já que os assuntos, tempo de duração e condições de funcionamento desse meio são impostas, censurando jornalistas e convidados.

Vale ressaltar ainda que Sodré (2010) acredita que o sistema de televisão veio para preencher o espaço que faltava para o Estado conseguir controlar a população. Ele explica que a TV ganhou importantes aliados para o seu funcionamento em instituições como a família, que a enxerga como um potencial educador devido à transmissão de informações. Nesse contexto, a televisão consegue transformar em natural o seu objetivo de passar informações centralizadas e abstratas, como se a população tivesse real necessidade disso, ou seja, precisassem da TV para se informar. Sobre isso, Sodré afirma: “Na realidade, as pessoas são informadas [pela TV] para que não busquem a informação [fora dela]” (SODRÉ: 2010, p. 49).

De acordo com pesquisa divulgada pelo Ibope em 2017, 63% dos brasileiros têm a TV como principal fonte de notícias¹³, enquanto aproximadamente 90% da população no Brasil se informa sobre os principais acontecimentos do país por meio da televisão. Ou seja, ainda que exista o temor de que o aparelho televisivo ceda o espaço para as redes sociais no que tange aos meios de informação, isso não aparenta acontecer tão cedo. Não é à toa que consultórios médicos, veterinários e restaurantes estão recheados de TVs ligadas nos canais abertos, especialmente na Rede Globo.

No entanto, é importante observar que, nessa relação telespectador-televisão, existe um ponto relevante a ser levantado, que é a censura. Sodré (2010) explica que não há reciprocidade entre falante e ouvinte, pois o conteúdo da televisão já chega às casas das pessoas fechado de sentido, não abrindo espaço para a troca que é fundamental na comunicação. Buscando em Jean Baudrillard, Sodré relembra que os veículos de massa são caracterizados pela não-comunicação. “Os media, a relação informativa, ao estabelecerem o monopólio do discurso, eliminam a possibilidade de resposta e erigem um poder absoluto, inédito na História: a hegemonia tecnológica do falante sobre o ouvinte” (SODRÉ, 2010, p.

13 Ver: TV é o meio preferido de 63% dos brasileiros para se informar, e internet de 26%, diz pesquisa. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/tv-e-o-meio-preferido-por-63-dos-brasileiros-para-se-informar-e-internet-por-26-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 05 de agosto de 2019.

26). Ou seja, enquanto Bourdieu trabalha com o silêncio sutil de quem aparece na TV, enquanto Sodré aborda o silêncio de quem a assiste.

Por mais que, atualmente, a TV tente se aproximar cada vez mais do telespectador, criando quadros que convidam quem está em casa a participar, ainda que virtualmente (por telefone, vídeo ou internet), isso não abre espaço para a troca que a comunicação possibilita. Afinal, existe a pauta formulada por uma equipe de produção do telejornal, por exemplo, em que o telespectador apenas dá a sua contribuição de acordo com os objetivos dos jornalistas. Por fora, ainda existe a edição, o que reduz ainda mais a participação do telespectador.

Isso acontece quando um telejornal lança uma pesquisa para os telespectadores votarem ou permite que eles enviem vídeos sobre algum acidente ou acontecimento específico impactante. Sendo assim, a participação é pontual e não rotineira. Além disso, por não permitir que todos falem, tanto quem está apresentando o programa quanto quem está vendo, a TV pressupõe apenas uma relação – se é que podemos chamar assim – abstrata, incorpórea e não-dialógica.

Por isso, a televisão não possibilita ao sujeito a liberdade política de opinião, que é a possibilidade de falar e ser ouvido, como indica Sodré (2010). É importante destacar também que esse controle da fala operado pela TV não é algo feito de forma conscientemente manipuladora, pois, como aponta o autor, o próprio funcionamento desse veículo estipula essa falta de troca comunicacional. Sendo assim, “o sistema da televisão, em si mesmo, é uma censura. De quê? Da resposta, do gesto, do corpo, reais e concretos” (SODRÉ: 2010, p.33).

Sobre a linguagem da televisão, Sodré (2010) acredita que ela é construída por três diferentes processos, no qual um deles é o de individualização familiarizada, baseada na ação do apresentador/teleator. Nesse caso, a TV tenta tirar a individualização das pessoas por meio de uma linguagem uniformizante, atuando em um contato direto com o telespectador e utilizando a função fática. Para que a televisão possa funcionar, quem está passando a mensagem atua para uma máquina, simulando a existência de um ser humano por trás dela, Essa função fática se apoia na família para estabelecer a proximidade com o ouvinte, lembrando que a recepção do conteúdo televisivo costuma ser o espaço familiar.

Assim, de acordo com Sodré (2010), a televisão trata o telespectador como um membro de uma família, então, por meio desse envolvimento familiar construído pela linguagem, a TV consegue disfarçar o fato de ser um aparelho que produz mensagens e não permite que o público também as produza. Dessa forma, o autor conta que esse veículo atua

como o “olho da família” que transmite os acontecimentos do mundo. Além disso, ele considera a presença do apresentador como o item mais fático da TV, por meio da familiaridade do seu rosto, modo de falar proximamente com o telespectador, naturalizando assim que o mundo seja apresentado por imagens. Nesse contexto, é importante destacar que, de acordo com Bourdieu (1997), a televisão funciona conforme as estruturas mentais do público, baseando-se no moralismo, ditando, com isso, os pensamentos que devem ser elaborados de acordo com os problemas da sociedade levantados por eles, como a violência em determinados locais (escolas, periferias etc).

O autor ainda aponta que a televisão ajuda a orientar a produção para a conservação dos valores estabelecidos. Assim, o campo jornalístico tem o que Bourdieu chama de “monopólio real sobre os instrumentos de produção e de difusão em grande escala da informação” (BOURDIEU: 1997, p. 65), cujo monopólio também atravessa o acesso dos cidadãos e de outros produtos culturais à grande difusão. Isso acontece porque os jornalistas existem publicamente, podendo se exprimir publicamente e importar visões do mundo de acordo com o seu ponto de vista. No entanto, vale lembrar que essa expressão do profissional precisa estar ligada com as diretrizes do meio em que ele está inserido, pois, se não, a produção não passa.

Portanto, isso permite a retenção de assuntos que os interessam, enquanto outros são deixados de lado, ainda que devessem atingir os cidadãos. Isso também acontece porque “os jornalistas ‘têm óculos’ especiais a partir dos quais veem certas coisas e não outras; e veem de certa maneira as coisas que veem. Eles operam uma seleção e uma construção do que é selecionado” (BOURDIEU: 1997, p. 25). Assim, o princípio é buscar o espetacular, utilizando a dramatização ao dar muita importância para um fato e aumentar a carga trágica dele. De acordo com o autor, o espetacular, extraordinário, excepcional é assim visto aos olhos dos jornalistas, que busca o não-cotidiano.

O segundo processo que envolve a linguagem da TV é o de repetição analógica do real. Sobre isso, Sodré (2010) entende que o fato transmitido pelo vídeo tenta ser simultâneo ao tempo do telespectador, para simular uma imediatez entre ele e a televisão. Além disso, o autor conta que, na TV, o diálogo entre as pessoas do vídeo se sobrepõe à imagem. Como aponta Bourdieu: “o mundo da imagem é dominado pelas palavras” (BOURDIEU: 1997, p. 26). Isso porque, além de mostrar, é necessário explicar o que é mostrado, ao contrário do que acontece no cinema, por exemplo, cuja imagem é conceitualizada. Afinal, a TV procura

simplificar os acontecimentos e não torná-los de difícil entendimento para os telespectadores.

De acordo com Machado (2003), esse predomínio da oralidade acontece porque a TV é herdeira do rádio, então tem a palavra como base para o seu funcionamento, sendo, portanto, menos visual e mais oral. Ainda assim, a imagem é um ponto importante a ser analisado na TV, pois, de acordo com Bourdieu (1997), revelar a imagem é possibilitar que se diga mais do que, de fato, está sendo dito. Isso porque existem os gestos e olhares que também revelam sentido.

Sobre o terceiro e último processo da linguagem da televisão, relacionado ao já existente e elaboração em espelho da fantasia, Sodré (2010) explica que, ao tentar transmitir a realidade, a televisão realiza a sua construção de acordo com as representações sociais. Nesse contexto, o autor declara que a representação é o tipo de conhecimento que melhor funciona para a TV, já que se baseia em imagens/figuras. Por simular de forma analógica a realidade, Sodré considera que as informações produzidas e transmitidas pela televisão surgem a partir da relação que ela tem com o real já dado.

Além disso, o autor conta que o aparelho televisivo tende a um sincretismo, então impossibilita a expressão de grupos e classes sociais, levando a um processo de homogeneização dos conteúdos culturais para que eles sejam aceitos pela maior parte do público. No entanto, esses modelos de representações sociais não funcionam muito bem fora da TV, pois são formados de acordo com estereótipos culturais e impostos ao telespectador. Enquanto isso, na realidade, há espaço para o questionamento, debate sobre essas representações em meio aos diferentes grupos, então essa imposição não apresenta bom êxito.

Nesse contexto, é necessário lembrar que, segundo Bourdieu (1997), a TV é uma ferramenta que cria a realidade e não que a registra, ao contrário do seu pressuposto. Sendo assim, o efeito de real produzido pela TV apresenta perigos políticos inerentes ao hábito de usar esse aparelho ordinariamente, então “ela pode fazer ver e fazer crer no que faz ver” (BOURDIEU, 1997, p. 28). Isso provoca a criação de ideias, representações e inclusive grupos.

Aliás, o autor destaca que existem informações sobre acidentes, incidentes e variedades que podem carregar consigo questões políticas/éticas desencadeadoras de reações que carregam racismo e xenofobia. Isso pode ser facilmente perceptível ao assistir reportagens massivamente transmitidas de criminosos negros, por exemplo, que auxiliam a dar o aval para o senso comum interpretar pessoas negras como perigosas, independentemente do contexto

em que elas estão inseridas – seja na favela, seja numa festa de gala, o negro, rico ou pobre, não é absolvido de sofrer racismo e ser considerado inferior e/ou criminoso.

Outro ponto importante a ser abordado é a questão da chamada televisão de qualidade, cuja pesquisa está baseada no conteúdo televisivo. Como aponta Freire (2004b), os critérios para definir qualidade na televisão são bem heterogêneos. Machado (2003) comenta que essa expressão nasceu na década de 80, com o livro “M.T.M: Quality Television” publicado pelo British Film Institute. Logo após, esse conceito é adotado por estudiosos, cujos defensores acreditam que o contexto industrial e a demanda comercial não impossibilitam que exista criação artística na televisão. Como explica Machado, “a arte de cada época é feita com os meios, os recursos e as demandas dessa época e no interior dos modelos econômicos e institucionais nela vigentes” (MACHADO: 2003, p.24). O argumento levantado pelo autor é que as outras formas artísticas anteriores à TV foram criadas em regimes que restringiam as produções, condicionando-as a valores religiosos, mas isso não significava que as criações estavam de acordo com o regime político vigente, já que grande parte delas foi feita diante de resistência e conflitos intelectuais.

No entanto, para Machado (2003), existem problemas na formulação do *quality television*, pois a palavra “qualidade” apresenta diferentes usos e intenções. Enquanto isso, Freire (2004b) aponta que o problema com o conceito de qualidade relacionado à televisão é que, inevitavelmente, ele gira em torno da ideia do bom gosto. Durante a ditadura militar, por exemplo, o conceito de televisão de qualidade estava relacionado com o uso político desse aparelho, para que assim fosse fortalecida a identidade nacional, perpassando também pelos vínculos sociais e culturais no Brasil.

Machado (2003) acredita que a questão da qualidade é, principalmente, ligada a sete distintos aspectos quando se refere à TV. Segundo Geoff Mulgan (apud MACHADO: 2003), qualidade pode estar relacionada aos recursos técnicos da TV; saber quais são as demandas da sociedade ou da audiência, transformando-as em produtos; utilizar os recursos linguísticos; utilizar valores morais e pedagógicos; capacidade de gerar mobilização, promovendo a união em torno de um interesse coletivo; produzir programas que foquem nas minorias/individualidades; ou focar na diversidade, abordando diferentes experiências nas produções televisivas.

O que Machado (2003) conclui é que a televisão de qualidade, portanto, precisa incluir a maior quantidade de qualidades dentre as sete citadas nesse trecho. Aliás, para o

autor, ainda é importante destacar que a maior qualidade está frequentemente relacionada à redução de audiência. Mesmo assim, inclusive as produções mais sofisticadas têm um público de massa, então, ainda com uma audiência muito reduzida, existem “várias centenas de milhares de telespectadores, e, portanto, muito superior a mais massiva audiência de qualquer outro meio” (MACHADO: 2003, p. 30).

Ao tratar de gêneros televisivos, Machado (2003) indica que a tendência é que eles se misturem cada vez mais, já que o hibridismo está presente na estrutura das produções culturais. Mas, para desvendar se realmente ainda existem gêneros, o autor utiliza a abordagem de Mikhail Bakhtin, que considera o gênero como “uma força aglutinadora e estabilizadora dentro de uma determinada linguagem, um certo modo de organizar ideias, meios e recursos expressivos” (MACHADO: 2003, p. 68), lembrando que ele está em constante modificação. Dessa forma, os gêneros são diferentes entre si, mutáveis, podem replicar outros gêneros, cuja diversidade é, portanto, ilimitada devido às infinitas possibilidades das atividades humanas.

Aliás, Machado (2003) acredita que o telejornal é, provavelmente, o gênero televisual mais complicado de ser abordado, já que é necessário avaliar não somente a técnica como também o modo que a produção é afetada pela ordem macroestrutural, tais como a ética dos jornalistas ao selecionar e veicular notícias. Ainda assim, o autor aponta que o interesse dele é analisar o funcionamento do telejornal enquanto gênero televisual. Ele ainda aponta que um mesmo telejornal pode ser interpretado de diferentes formas por diferentes telespectadores devido a questões como ideologias, valores, contexto cognitivo e sociocultural. Dessa forma, é possível ter leituras variadas de um mesmo programa.

Dentre as principais características de um telejornal, Machado (2003) ressalta o seu efeito de mediação. Afinal, os acontecimentos aparecem para os telespectadores ao serem mediados pelos repórteres, testemunhas e outros sujeitos que dão a sua versão do fato, contando o que aconteceu a partir do ponto de vista deles. Aliás, o autor ressalta que existem telejornais que tentam suavizar essa mediação, incorporando recursos para a criação de ficção audiovisual, como a reencenação dos acontecimentos. Machado ainda fala que a construção da notícia na televisão se dá de uma forma bem pessoal, ao contrário do que costuma acontecer no jornalismo impresso, onde não é possível ver as entonações, dramaticidade e nem os diversos enunciados. Talvez por isso a TV continue sendo o principal meio pelo qual os brasileiros buscam informações.

Comentando sobre a técnica, Machado (2003) indica que o telejornal tem diversas fontes de imagem e som, como material de arquivo, fotografia, mapas, gráficos, textos, música e locução, mas a característica fundamental é o primeiro plano focado na posição *stand-up*, em que as repórteres e apresentadores falam olhando para a câmera.

De fato, o quadro básico do telejornal consiste no seguinte: o repórter, em primeiro plano, dirigindo-se à câmera, tendo ao fundo um cenário do próprio acontecimento a que ele se refere em sua fala, enquanto gráficos e textos inseridos na imagem datam, situam e contextualizam o evento; se tudo isso for ao vivo, mais adequado ainda (MACHADO: 2003, p. 104).

Machado (2003) ainda revela que, pelo fato de o telejornal ter sido construído com base nos depoimentos das pessoas que estiveram no acontecimento, é fundamental que exista a presença da TV no local, sendo tanto uma condição indispensável para o funcionamento do telejornal como também para mostrar credibilidade na veiculação da reportagem.

É importante lembrar também que os repórteres sempre são identificados, o que é necessário para a individualização de cada acontecimento. Machado (2003) ainda aponta que grande parte dos telejornais tem legendas que identificam quem está falando, em especial aos funcionários da emissora e personalidades de maior destaque, que levam uma identificação integral. Enquanto isso, “gente do povo”, como o autor chama, leva apenas identificações genéricas, como testemunha e vítima.

Sobre o mundo dos jornalistas, Bourdieu (1997) aponta que ele é heterogêneo, então existem contradições e disputas, mas os seus produtos são homogêneos. Isso porque utilizam as mesmas pesquisas de opinião, têm os mesmos anunciantes e sofrem as mesmas restrições. Dessa forma, ainda que o pensamento liberal indique que a concorrência impossibilita a uniformização, não é isso que acontece no jornalismo. Segundo o autor, isso se deve, em grande parte, ao fato de a produção ser coletiva, já que os jornalistas leem uns aos outros para que assim possam saber o que foi transmitido e transmitam também para não ficarem para trás, gerando assim a homogeneização do conteúdo. Além disso, eles estão constantemente em contato uns com os outros, por meio das coberturas, debates, coletivas, provocando o que Bourdieu chama de efeito de fechamento. Enclausurados no próprio mundo, produzem as mesmas notícias.

Além disso, Bourdieu (1997) acredita que as redações e editoras são inundadas pela “mentalidade-índice-de-audiência”, que orienta diretamente as produções. Ele conta que as produções culturais que o próprio autor valoriza foram feitas contra esse índice, como a

matemática e filosofia, que surgiram para quebrar barreiras e não mantê-las. Aliás, essa mentalidade chega até a internet por meio do marketing digital, já que empresas que têm blogs lutam para aparecer na primeira página do ranqueamento do Google ao utilizar técnicas SEO (otimização para mecanismos de buscas) nos seus artigos.

Sendo assim, é fácil perceber como a questão da audiência orienta a programação das emissoras. Freire (2004b) conta que, durante a virada da década de 70, a emissora Rede Globo começou a investir numa programação que atendesse um público considerado mais qualificado, sem, contudo, perder os telespectadores das classes C e D já conquistados. Para isso, “o padrão global de qualidade consubstanciava o intento declarado da emissora do Jardim Botânico de ser ‘popular’ sem ser ‘popularesca’” (FREIRE: 2004b, p. 101). Com isso, ao longo dessa década, a Globo conseguiu adotar uma visão mista sobre o conceito de qualidade televisiva, para que assim pudesse agradar às diferentes avaliações de excelência.

De acordo com Bourdieu (1997), o índice de audiência resulta na urgência da produção jornalística: todos em busca do furo. Aliás, ele aponta que a TV é a produção cultural mais atingida pela pressão do comércio devido ao índice de audiência. Porém, em nome da democracia, Bourdieu acredita ser necessário lutar contra o índice de audiência, pois este faz com que o telespectador sofra com as pressões do mercado. Nesse sentido, existe uma cadeia de pressão entre telespectadores, produtores e concorrentes.

Há objetos que são impostos aos telespectadores porque se impõem aos produtores; e se impõem aos produtores porque são impostos pela concorrência com outros produtores. Essa espécie de pressão cruzada que os jornalistas exercem uns sobre os outros é geradora de toda uma série de consequências que se retraduzem por escolhas, por ausências e presenças (BOURDIEU: 1997, p. 39).

Bourdieu (1997) ainda acredita que a TV não abre espaço para discussões profundas. Esse não é um local propício para que os pensamentos sejam expressados, já que a televisão forma uma ligação negativa entre urgência e pensamento. Em meio a essa urgência, o autor também cita os *fast-thinkers*, indagando-se se a TV cria o hábito de contar apenas com esses pensadores (entrevistados) que pensam muito rápido. Sobre isso, ele entende que essas pessoas conseguem responder rapidamente às indagações/questões porque estão munidas de “ideias feitas”, que são ideias rasas e amplamente aceitas. Ainda surge a questão de que os jornalistas privilegiam esses *fast-thinkers* e não pesquisadores jovens, que poderiam ter algo a

dizer, pois seria necessário procurá-los, enquanto os pensadores rápidos estão à disposição sempre que for preciso.

De acordo com o autor, a TV também não dá espaço para o improviso, já que o roteiro antecipado do programa não possibilita que assuntos ou palavras arriscadas sejam levantados pelos apresentadores. No entanto, atualmente, isso é mais comum em telejornais que em programas de auditório, por exemplo, em que apresentadores, vez ou outra, permitem-se dar a opinião sobre assuntos polêmicos, como a política. Basta lembrar do Faustão, apresentador do “Domingão do Faustão” exibido na Rede Globo, que, em rede nacional, disse frases como: “imbecil que está lá e não devia estar”, “idiota que está ‘ferrando todo mundo’”, referindo-se ao presidente¹⁴.

Já tratando dos modelos de telejornal, Machado (2003) aponta que existem dois, que são o centralizado/opinativo e o polifônico. No primeiro caso, o âncora é quem direciona o telejornal, permitindo o momento de entrada e saída de cada voz, cuja personalização desse profissional é bastante forte, podendo tecer comentários opinativos e simular reações como indignação e tristeza.

Enquanto isso, no segundo, o apresentador tem tanta importância quanto os demais profissionais. Ele lê as notícias para organizá-las e depois chama os repórteres em busca de maior aprofundamento desses acontecimentos. Nesse modelo, Machado (2003) acredita que os profissionais têm bastante autonomia, podendo dar um toque pessoal à reportagem. Logo, esse modelo de telejornal apresenta polifonia de vozes, lembrando que a opinião explícita não é permitida pelo apresentador, mas apenas pelos comentaristas.

De acordo com o autor, existem pontos positivos e negativos em cada um desses modelos. No caso do opinativo, por exemplo, ele é capaz de promover uma mobilização real ao ter uma influência mais ativa, sem esconder a sua opinião. No entanto, ele também pode servir para mobilizar a população em busca de perseguição contra opositores em ditaduras de direita ou esquerda. Já o modelo polifônico pode ser criticado por tentar esconder que a produção parte de um grupo, então adota uma determinada postura que é interessada em relação às notícias. Por outro lado, nesse modelo, o telejornal não tem como incitar que exista falta de capacidade dos telespectadores em relação à interpretação que fazem das notícias.

14 Ver: Sem citar nomes, Faustão faz crítica política: “O imbecil que está lá”. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/sem-citar-nomes-faustao-faz-critica-politica-e-fala-e-ligada-a-bolsonaro/> . Acesso em: 16 de agosto de 2019.

Sobre a função do telejornal, Machado (2003) alerta que existe uma confusão em torno desse assunto, já que é dito pelo senso comum que o telejornalismo serve para informar. Aliás, vale destacar que, de acordo com Sodré (2010), o conceito de *informar* pressupõe unilateralidade, ou seja, alguém impõe ou fornece uma significação ao outro, impossibilitando que este possa contribuir de alguma forma, separando assim aquele que fala e aquele que ouve. Logo, até mesmo com a função do telejornal de acordo com o senso comum é possível constatar a censura do ouvinte.

Ainda que essa ideia de que o telejornal serve para informar não seja um pensamento equivocados, Machado (2003) acredita que é necessário olhar para além disso e perceber que esse modo de fazer jornalismo envolve a desmontagem de variados discursos, sem, no entanto, constituir um discurso final único. Sendo assim, o telejornal funciona como uma colagem de depoimentos que podem se contradizer e não gerar uma conclusão organizada sobre o acontecimento. Afinal, as informações que são transmitidas por esse gênero se revelam como um processo em andamento, como indica o autor. Dessa forma, ele conta que, ainda que possa existir a vontade de manipular as informações, elas chegam aos telespectadores inacabadas, já que não são inteiramente processadas pela própria produção.

Ao embaralhar no fluxo televisual os materiais originários de fontes diversas, o telejornal coloca em choque os diferentes enunciados e os relativiza ou os anula no mesmo momento em que lhes dá publicidade (...) A questão da verdade está, portanto, afastada do sistema significante do telejornal, pois, a rigor, não é com a verdade que ele trabalha, mas com a enunciação de cada porta-voz sobre os eventos (MACHADO: 2003, p. 111).

No entanto, é importante alertar que existe a ideia instaurada pelos telespectadores que o telejornalismo trabalha em busca da verdade, fornecendo diferentes pontos de vista de um mesmo acontecimento para que a “verdade” seja descoberta, ainda que, a princípio, isso não seja um dos objetivos de telejornal.

Por ser um defensor das produções televisivas, por vezes, Machado (2003) critica a abordagem que analisa ideologicamente a televisão, em especial o telejornal. Inclusive, ele acredita ser ingenuidade quando estudiosos tentam mostrar como os telejornais são imparciais, pois estão inseridos numa produção ideológica. “Se a televisão coloca três opiniões favoráveis ao governo e apenas uma contra, não se pode daí deduzir que o espectador vai necessariamente endossar as opiniões majoritárias” (MACHADO: 2003, p. 112).

Por outro lado, é possível ver uma lacuna nessa abordagem do autor. Não se pode prever o que o espectador vai concluir/elaborar a partir das produções telejornalísticas, mas é possível ver que o programa, ao priorizar a transmissão de discursos de um lado mais que o do outro, apresenta sim uma posição, uma parcialidade. Afinal, todas as pessoas que envolvem a produção das reportagens não são neutras, pois cada sujeito carrega consigo sua própria história, com base no contexto cognitivo e social, que o permite refletir e elaborar opiniões sobre os acontecimentos retratados.

Dessa forma, essas opiniões podem transpassar, ainda que de forma sutil, especialmente se estiverem de acordo com as diretrizes da emissora. Aliás, Machado (2003) ainda acredita que o telejornal dificulta que os telespectadores tomem partido ao se depararem com a diversidade e complexidade de interesses que envolvem um acontecimento, pois os surgimentos de diferentes depoimentos e imagens podem confundir o ouvinte, que não consegue encontrar coerência na notícia.

No entanto, acreditamos que ingenuidade é pensar que o telejornal está apartado da ideologia da emissora, como se ele não buscasse um consenso dos telespectadores, de acordo com a sua própria ideologia, por meio de suas reportagens. Por isso, consideramos, neste trabalho, que é necessário olhar para televisão com foco na análise de conteúdo, sem ignorar a sua relação com o modo de produção econômico dominante.

Outra questão que merece entrar na análise sobre a televisão é o estudo dos mitos, feito por Roland Barthes (2009). O autor conta que a ideia do mito é universalizar as ideias da classe dominante, sendo uma fala roubada, esvaziada da sua história e ressignificada de acordo com a ideologia da burguesia, lembrando que uma fala é qualquer síntese ou unidade que tenha um significado, seja ela verbal ou visual. Ainda que a esquerda possa produzir mitos, eles são fracos e incomparáveis aos da burguesia, pois não atingem as relações humanas, sendo considerados pobres e com dificuldade de serem disseminados.

Barthes acredita que qualquer objeto pode estar aberto à apropriação da sociedade, transformando-se em mito. Por isso, ele aponta que “o mito pode atingir tudo, tudo corromper” (BARTHES: 2009, p. 225). O autor se debruça em especial sobre a semiologia, que estuda as significações, para tratar do mito, mas também analisa a ideologia nele inserida. No plano do mito, ele encara o significante como forma e o significado como conceito, existindo também um terceiro termo que é a significação. No entanto, acredita que o

significante pode se apresentar de modo ambíguo, sendo, ao mesmo tempo, sentido (termo final do sistema linguístico) e forma (termo inicial do sistema mítico).

Quando torna-se forma, o sentido é esvaziado, empobrecido. Ainda assim, a forma se alimenta do sentido para que continue existindo. Nesse contexto, o autor acredita que a principal característica do conceito mítico é a possibilidade de ser apropriado. Barthes (2009) aponta que um significado é capaz de ter diversos significantes e isso inclui o conceito mítico, lembrando que a repetição do conceito por diferentes formas revela a intenção do mito, permitindo decifrá-lo. O autor explica ainda que os conceitos míticos não são rígidos, podendo tanto ser construídos quanto desfeitos. Já a significação é a associação entre significante e significado, sendo, portanto, o próprio mito.

Nesse contexto, Barthes (2009) explica que o mito não pretende fazer desaparecer, mas deformar, tratando-se, dessa forma, da relação de deformação entre o conceito do mito e o seu sentido. Como dissemos, o significante apresenta duas faces, sendo uma considerada plena (sentido) e outra vazia (forma), em que o conceito deforma a face plena, lembrando que essa deformação não tem a ver com a eliminação do sentido.

O autor ainda aponta que a nossa sociedade burguesa é um “campo privilegiado das significações míticas” (BARTHES: 2009, p. 229). Nessa sociedade, o mito é uma fala despolitizada, cujo objetivo é falar das coisas sem explicá-las, ou seja, promover a constatação e não a explicação. Sendo assim, o mito suprime a dialética, procura formar um mundo ausente de conflitos, extingue a complexidade humana. Barthes (2009) faz ainda uma importante observação, alertando que os seres humanos têm uma relação de utilização, e não de verdade, com o mito. Isso significa que eles vão praticar a despolitização de acordo com as suas necessidades. Já para analisar o conteúdo político de um objeto e a sua forma, o autor explica que devemos nos colocar na posição do significante (o que foi roubado) e não da significação e, dentro dele, olhar pelo ponto de vista do sentido.

Com isso, “o mito é uma fala roubada e restituída” (BARTHES: 2009, p. 217), cuja fala restituída se torna diferente da que foi roubada, ocupando um novo espaço. Isso mostra como o mito transforma a história em natureza. Por isso, ele é lido como uma fala inocente, porque as suas intenções são naturalizadas. Nesse sentido, o autor acredita que a missão do mito é evacuar o real:

O que o mundo fornece ao mito é um real histórico, definido, por mais longe que se recue no tempo, pela maneira como os homens o produziram ou utilizaram; e o que o mito restitui é uma imagem natural desse real (...)

mito é constituído pela eliminação da qualidade histórica das coisas; nele, as coisas perdem a lembrança da sua produção (BARTHES: 2009, p. 234).

E o que a televisão tem a ver com esse assunto? Basicamente, ela cria mitos. Vejamos o estudo de Cruz (2006), que analisa reportagens do Jornal Hoje, exibido na Rede Globo, com foco em verificar as diferenças de gênero nas matérias. Ela percebe que o telejornal prioriza entrevistas com homens como forma de legitimar as ideias do próprio programa. Assim, entende-se que a intelectualidade e a capacidade de esclarecimento estão veiculadas aos homens, tratando de assuntos como política e ciência, enquanto às mulheres é destinado o lugar de falar sobre família e lar.

Ao longo da pesquisa, foram identificadas 41 mulheres nas sonoras, sendo 15 delas consideradas donas de casa. Já entre os homens, apareceram 63 deles, em que 14 são profissionais liberais, 6 representantes das forças armadas e 6 do executivo. De acordo com a autora, essa naturalidade apresentada pelo telejornal de que homens e mulheres só podem falar de determinados assuntos é possível devido aos mitos. Por ser uma fala despolitizada, não é questionado o caráter subalterno das atividades das chamadas “donas de casa”, pois torna-se natural que a mulher fale sobre assuntos relacionados ao lar. Logo, “não se trata da significação, mas do significante, da imagem da mulher, associada a uma legenda que sintetiza a leitura que se deve ter dos signos” (CRUZ: 2006, p.3).

Outro exemplo de criação de mitos foi levantado por Coutinho (2014), lembrando o caso em que o locutor Galvão Bueno se apropriou da canção popular “Pra não dizer que não falei das flores”, que tornou-se um símbolo de resistência no período da ditadura militar no Brasil. Ao narrar um jogo em que o Brasil estava perdendo, Galvão incita a Seleção a reagir: “Vamos lá, Brasil, vamos embora, que esperar não é saber. Quem sabe faz a hora, não espera acontecer...”.

Como aponta o autor, esse é um exemplo de fala roubada. Afinal, a fala dos manifestantes a favor da queda da ditadura foi esvaziada do seu conteúdo político, sendo restituída de acordo com o ufanismo nacionalista burguês. Por isso, Coutinho (2014) aponta que o mito destrói a memória, incluindo o seu conteúdo contra-hegemônico, como é o caso citado anteriormente. Nesse sentido, Barthes afirma “o exato objetivo dos mitos é imobilizar o mundo (...) Assim, a cada instante e seja onde for, o homem é bloqueado pelos mitos” (BARTHES: 2009, p. 247-248). Isso demonstra também a importância de aprofundar-se na

análise de conceitos como hegemonia e ideologia para entendermos a televisão, que veremos a seguir.

3.2. Relação da mídia com a legitimação da dominação

Para analisarmos o modo como a mídia, em especial a televisão, auxilia na legitimação da dominação, consideramos necessário o aprofundamento sobre o termo “hegemonia”. Segundo Nelson Coutinho (2003), Gramsci começa a formular esse conceito a partir de 1924. Esse é o ano em que o pensador italiano analisa a existência de “uma diferença estrutural entre as formações econômico-sociais do ‘Ocidente’ e do ‘Oriente’” (COUTINHO: 2003, p. 64). Na Europa Ocidental e Oriental, o capitalismo propiciou o surgimento de uma aristocracia operária que dificultou uma ação mais imediata das massas como ocorreu na Rússia. Por outro lado, segundo Gramsci, isso também exigiu que “[...] o partido revolucionário desenvolva toda uma estratégia e uma tática bem mais complexas e de longo alcance do que as que foram necessárias aos bolcheviques [...] entre março e novembro de 1917” (GRAMSCI apud COUTINHO: 2003, p. 64). É nessa estratégia que a hegemonia surge como questão central, pois encontra-se a necessidade de fazer alianças de classe.

Para Gramsci (apud COUTINHO: 2003), o proletariado deve ter domínio sobre a produção econômica e dirigir política e culturalmente os grupos que são contra o capitalismo, afirmando que isso só é possível se o proletariado conhecer profundamente o país onde reside e “dominar os mecanismos da reprodução global da formação econômico-social que pretende transformar” (COUTINHO: 2003; 65).

Além disso, Gramsci (apud COUTINHO: 2003) acredita que o proletariado tem condição de conquistar a hegemonia caso se liberte do pensamento corporativista e aprenda a reivindicar para todas as camadas trabalhadoras. Nesse sentido, conclui-se que a hegemonia é conquistada quando uma classe se torna classe nacional, ou seja, transforma-se em dominante e também dirigente, pois a partir daí ela já obtém o consenso da maioria. Como indica Marx e Engels (2001), os pensamentos da classe dominante se revelam também como os pensamentos dominantes de uma época, já que essa classe detém o poder material e espiritual dominante, pois quem tem os meios de produção material tem também os meios de produção intelectual. Por isso, para tornar-se a classe dirigente, o proletariado deve controlar não apenas a produção econômica como também a direção político-cultural.

Uma característica básica do conceito gramsciano de hegemonia é a afirmação de que numa relação hegemônica, expressa-se sempre uma prioridade da vontade geral sobre a vontade singular, ou, em outras palavras, do interesse comum sobre o interesse privado (COUTINHO: 2003, p. 225).

Em seus estudos, Gramsci (apud COUTINHO: 2003) analisa o final do século XIX e vê uma nova esfera social surgir: a sociedade civil, que nasceu a partir do capitalismo na época de socialização da participação política. Ela é capaz de fazer uma mediação entre as ideias da elite e o povo, auxiliando no reforço da ideologia da classe dominante. No entanto, é nela que também surgem as ideias contra-hegemônicas.

Sendo assim, a sociedade civil não está a serviço da ordem burguesa, já que não é monolítica. De acordo com Eduardo Coutinho: “É na sociedade civil, compreendida como o conjunto dos aparelhos privados de hegemonia – mídia, escola, Igreja, partidos, sindicatos, instituições culturais [...] – que se legitima (ou se contesta) a dominação” (COUTINHO: 2014, p. 17). Por isso, é possível haver tanto ideias e ações hegemônicas quanto contra-hegemônicas.

Parafraseando Marx, pode-se dizer que toda hegemonia traz consigo o germe da contra-hegemonia. Há, na verdade, uma unidade dialética entre ambas, uma se definindo pela outra. Isso porque a hegemonia não é algo estático, uma ideologia pronta e acabada. Uma hegemonia viva é um processo. Um processo de luta pela cultura (COUTINHO: 2014, p. 148).

A formulação do conceito de sociedade civil foi uma das maiores contribuições de Gramsci. Para ele, a sociedade civil se localiza entre o Estado e o sistema econômico, ampliando assim a teoria marxista do Estado. Os autores Marx e Engels (apud: COUTINHO: 2003) descobriram o caráter de classe nos fenômenos estatais, considerando que o Estado só existe devido à divisão da sociedade em classes, então, se essa divisão acabasse, acabaria também o Estado. No entanto, a função dele é conservar e garantir essa divisão para que os interesses de uma classe se sobreponham às demais.

Nesse sentido, como explica Carlos Nelson Coutinho (2003), o Estado era identificado apenas pelos seus aparelhos repressivos. Mas como destaca o autor, é importante lembrar que Marx e Engels viveram em contextos sociais e históricos diferentes de Gramsci. Os dois primeiros analisaram uma época de pouca participação política do proletariado, enquanto Gramsci viu a participação política aumentar, surgindo uma nova esfera social que seria a sociedade civil, composta por aparelhos privados de hegemonia, ou seja, grupos que não utilizam a repressão e se voluntariam a participar politicamente. Dessa forma, a teoria

ampliada do Estado formulada por Gramsci conserva e supera elementos da teoria marxista “clássica”, cuja maior descoberta foi a existência dos aparelhos privados de hegemonia.

Com isso, Gramsci (apud COUTINHO: 2003) entende que o Estado é formado pela sociedade política, composta por mecanismos repressivos que pertencem à classe dominante, e a sociedade civil, que é responsável pela elaboração e difusão das ideologias. Assim, o Estado seria a hegemonia revestida de coerção. Tanto a sociedade política quanto a civil buscam conservar ou promover a base econômica conforme os interesses de uma classe social, mas o modo de agir que as distingue. Afinal, a primeira procura dominar por meio da coerção, enquanto a segunda tenta ganhar aliados por meio do consenso.

Já Marx e Engels (2001) consideram o Estado como o comitê executivo da burguesia, cuja função é dominar e controlar a segurança da propriedade privada e garantir o monopólio da fala pelo grupo dominante. Sendo assim, o Estado é sempre o Estado da classe mais poderosa, que é a classe política e economicamente dominante. Portanto, ele é o conjunto de aparelhos coercitivos que garantem a dominação burguesa.

Analisando a questão da dominação, Gramsci (apud COUTINHO: 2014) concluiu que, por meio dos aparelhos privados de hegemonia, ocorre a transformação do grupo dominante em dirigente e, portanto, na disseminação da sua hegemonia. É importante destacar que a hegemonia, em termos gramscianos, é a herança intelectual e moral de um grupo dominante, sendo capaz de contemplar reivindicações das classes subalternas. Por isso, o projeto do autor é abolir a hegemonia por meio da abolição das classes.

Paralelo ao conceito de hegemonia, Gramsci também fala sobre a crise da hegemonia. Segundo o autor (apud COUTINHO: 2003), essa crise acontece quando a classe dominante deixa de ser dirigente, utilizando-se da coerção. É nesse momento que a ideologia tradicional se separa das massas, ocasionando uma mudança no antigo modo de pensar e agir da maioria da população. Diante dessa situação, diferentes consequências podem acontecer: por meio apenas da coerção, a classe dominante pode continuar no poder, obter a hegemonia novamente por meio de estratégias ou as classes dominadas podem se tornar dirigentes e, talvez posteriormente, dominantes.

Nesse contexto, Eduardo Coutinho (2004) trabalha com a ideia de que a luta pela hegemonia significa uma luta pela criação e disseminação de uma visão de mundo, cujo objetivo é a conservação ou transformação do modelo socioeconômico, o que é possibilitado por meio da difusão de crenças e valores consagrados pela ideologia.

Como a ideologia é um termo fundamental para a compreensão dos aspectos que envolvem a hegemonia, releva-se necessário fazer um aprofundamento sobre esse conceito. É possível estudar a ideologia sob dois pontos de vista: como visão de mundo e como falsa consciência. A partir do segundo tipo, o conceito se mostra como uma consciência invertida da realidade, como se as ideias aparecessem de forma independente. Nesse sentido, as ideias seriam os sujeitos e os homens seriam os objetos. Já o primeiro tipo tem relação com conjuntos de ideias, valores e normas de um grupo social. De qualquer forma, ambos conceitos não são excludentes entre si. A ideologia, segundo Marx e Engels (2001), veio para legitimar as relações de poder e dominação, servindo para neutralizar as contradições. Por esse ponto de vista, o racismo, por exemplo, é uma ideologia, já que representa uma falsa consciência de que o sujeito branco é superior e o negro é inferior.

Sendo assim, Marx e Engels (2001) trabalham com o conceito de ideologia sob o ponto de vista de falsa realidade, contestando a crença de que as ideias surgem de forma independente, chegam de forma natural e são autônomas, fazendo com que os homens não se reconheçam como sujeitos da história.. Nesse sentido, os autores acreditam que os homens são dominados por valores que criaram. Por isso, não existem ideias absolutas que determinam as nossas vidas, pois somos nós quem criamos as ideias.

Os pensadores alemães acreditam que os homens produzem as suas ideias a partir das suas vidas materiais. Ou seja, tudo que os envolve, como a moral e a religião, bem como a ideologia, não são autônomos, mas desenvolvidos a partir da sua realidade. “A vida que determina a consciência”. (MARX & ENGELS: 2001, p.20). Já Gramsci estudou a ideologia como visão de mundo, não utilizando o sentido negativo de falsa consciência adotado pelos alemães. Com isso, foi utilizado o conceito ontológico de ideologia, não interessando saber se ela é verdadeira ou falsa, mas considerando-a como uma realidade social.

Dito isso, podemos agora explicitar o papel da mídia na sociedade civil. De acordo com Eduardo Coutinho (2014), a sociedade civil é “responsável pelo conteúdo ético do Estado” (COUTINHO: 2014, p.17). Dentro dela está a mídia que, segundo o autor, é a maior protetora do Estado quando surgem crises político-econômicas, ajudando a formular o consenso e a garantir as relações de produção e propriedade. Gramsci (apud COUTINHO: 2014) não chega a se debruçar bastante sobre os meios de comunicação, comentando apenas sucintamente sobre rádio e cinema, mas, ainda assim, alerta que o *mass media* é um dos aparelhos de hegemonia mais eficazes, favorecendo os grupos dominantes.

Nesse contexto, Eduardo Coutinho (2014) enxerga a mídia como a grande formuladora da opinião pública, com capacidade de canalizar as paixões da massa e orientá-las de acordo com os interesses do grupo dominante. Assim, é a mídia quem, para controlar a sociedade, cria imagens – nesse caso, podemos pensar em representações sociais –, guia e reforça as paixões. Aliás, o autor assinala inclusive que as elites tentam, a todo custo, barrar a democratização da comunicação, por isso a comunicação comunitária sofre repressão pelo Estado coercitivo. Aliás, o único meio que não é apropriado pelos grandes blocos midiáticos é o território comunitário. “Se não ouvimos a fala política dos habitantes das favelas (...), não é porque eles estejam anestesiados, passivos ou que não tenham nada a dizer: é porque sua voz é calada, abafada, distorcida (COUTINHO: 2014, p. 30).

Segundo o autor, os meios de comunicação são baseados na lógica da mercadoria, que orienta as suas produções. Isso aconteceu quando a burguesia se tornou dominante, então pode se concretizar como um grupo em busca do lucro. No jornal impresso, por exemplo, os anúncios comerciais começaram a se instalar entre uma página e outra. Por isso, Coutinho (2014) acredita que seria ingenuidade não levar em consideração que essa mudança direciona o conteúdo jornalístico. É importante lembrar ainda que, nesse processo, a imprensa mostra as ideias da classe dominante como algo necessário e universalmente válido, caracterizando o caráter fetichista da imprensa burguesa.

A eficácia da imprensa burguesa como instrumento de hegemonia se deve, fundamentalmente, ao fato de que ela cria e veicula uma visão de mundo reificada, oferecendo ao leitor, por meio de estereótipos, mitos, *faits divers*, uma representação sensacionalista, fragmentária e descontextualizada do real histórico (...). Esse tem sido o papel da chamada grande imprensa: criar sujeitos passivos, modelar sua opinião, chamá-los a legitimar acordos políticos, mas, ao mesmo tempo, impedi-los de participar de decisões efetivas (COUTINHO: 2014, p. 97).

Coutinho (2014) assinala que, após a Primeira Guerra Mundial, com o processo de urbanização e industrialização no Brasil, a sociedade civil começou a se fortalecer, então as relações somente baseadas na força passaram a ser complementadas por um direcionamento político-ideológico, permitindo que a imprensa ganhasse um enorme destaque como mediadora entre as classes e as opiniões.

Aliás, após a ditadura no Brasil, Coutinho (2014) acredita que ainda houve uma expansão e consolidação da indústria cultural no país, revelando-se como uma estratégia bem mais eficaz que a repressão. “Ao mesmo tempo em que criava as condições estruturais para o

livre desenvolvimento de um robusto sistema de radiodifusão, a ditadura favoreceu a formação de oligopólios e a desnacionalização dos meios de comunicação no Brasil” (COUTINHO: 2014, p. 124). Segundo o autor, a ligação do Estado com os monopólios da comunicação foi acentuada após o Golpe de 64, mas teve o seu início já na década de 50, por meio da entrada de capital estrangeiro na economia brasileira, lembrando que a legislação brasileira não permitiu a participação de capital estrangeiro nesse setor, mas muitas emissoras eram controladas indiretamente por empresas do exterior.

Como aponta o autor, a Rede Globo recebeu um valor de US\$6 milhões como contribuição pela *Time-Life*, permitindo que a emissora fosse influenciada diretamente pelos norte-americanos. O contrato foi encerrado em 1971, mas durou tempo suficiente para que a Rede Globo dominasse o mercado audiovisual no Brasil. Atualmente, Coutinho (2014) aponta que 80% de tudo que é lido, ouvido e visto no país é controlado por apenas sete grupos, entre eles a família Marinho, que tem a Globo como a segunda maior rede de TV comercial do planeta. “Esse enorme poder de criar e destruir consenso, de eleger e depor presidentes faz das Organizações Globo a principal força política do país” (COUTINHO: 2014, p. 129).

Nesse contexto, segundo Coutinho (2014), a televisão é a principal responsável por organizar a ideologia da hegemonia burguesa, podendo ser considerada um intelectual orgânico coletivo que ocupa outros espaços nos aparelhos de hegemonia, como os movimentos sociais e partidos. Sobre a questão dos intelectuais formulada por Gramsci, é necessário uma elaboração mais profunda.

Gramsci (1982) acredita que todas as pessoas são intelectuais, mas nem todas exercem a função de intelectuais na sociedade. Isso significa que existem graus diferentes de intelectualidade, já que não é possível excluir a intervenção intelectual das atividades humanas. No entanto, existem categorias específicas para pessoas que exercem a função de intelectual, conectando-se com todos os grupos sociais, sendo elaborados principalmente em ligação com o grupo social dominante.

O autor comenta ainda que todo grupo social “luta pela assimilação e pela conquista ‘ideológica’ dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos” (GRAMSCI: 1982, p. 9). Sendo assim, todos os grupos sociais criam camadas de intelectuais para orientar a própria função social e proporcionar homogeneidade no grupo,

perpassando pelos campos econômico, social e político. No entanto, esses grupos já encontram também intelectuais preexistentes.

Como aponta Durighetto (2014), Gramsci entende os intelectuais como funcionários do Estado responsáveis por ligar os cidadãos e a administração. Esse novo cargo foi proporcionado pela indústria, fazendo surgir um novo intelectual caracterizado como o profissional da ciência aplicada. Nesse sentido, Gramsci não desvincula camadas sociais e intelectuais, pois cada classe tende a formar intelectuais ou já contam com profissionais desse tipo.

Durighetto (2014) entende que uma das principais funções dos intelectuais é trabalhar a formação da consciência crítica e na construção de uma visão de mundo homogênea das pessoas inseridas na camada social em que eles estão. Isso significa que é necessário estabelecer uma relação orgânica entre os intelectuais e o povo, para que assim seja superada a assimilação acrítica do senso comum e seja difundida e ampliada a capacidade intelectual dos sujeitos. Nesse sentido, os intelectuais precisam, a partir da observação e do contato com as pessoas, elaborar as formulações de ordem teórica e ações práticas, estimulando o progresso intelectual da massa.

Uma interessante abordagem de Gramsci (1982) sobre os grupos sociais e seus intelectuais indica que é um erro acreditar que as camadas sociais formulam a sua própria cultura do mesmo jeito que outras, pois cada uma delas tem métodos diferentes por contarem com intelectuais diferentes. Nesse sentido, o intelectual se revela como um profissional que trabalha de acordo com o ambiente em que está inserido, formulando um raciocínio e metodologia próprio.

O autor também comenta dos jornalistas e, em especial, do jornalismo, chamando de integral aquele jornalismo que tenta satisfazer as necessidades de um público específico, além de criar e desenvolver essas necessidades. Quanto aos leitores, o autor aponta que eles devem ser vistos como seres que são suscetíveis às mudanças e seres econômicos que consomem as publicações e estimulam outros a consumi-las. Nesse contexto, Gramsci acredita que as produções jornalísticas precisam não apenas seguir como também controlar qualquer movimento intelectual existente no país. Aliás, ainda alega que os jornalistas se colocam como os “verdadeiros intelectuais”, pois creem ser filósofos, artistas, que fazem parte do tipo mais conhecido de intelectual na sociedade.

Nesse contexto, Gramsci (1982) explica que todos os meios que visam uma expressão didática, dentre eles a revista e o jornal, não conseguem agradar a todos, mas precisam estimular todos, já que nenhuma produção deve substituir o pensamento crítico. Ainda que a TV não tenha surgido na mesma época que o autor e, por isso, ele não tenha tido a oportunidade de analisá-la, é possível perceber que, mesmo tendo um caráter didático, a televisão nem sempre busca ser um estímulo a todos no sentido de pensar criticamente, mas sim contentar a população com informações “mastigadas” para que elas não busquem dados de outros lugares

De qualquer forma, revela-se necessário analisar a distinção entre os tipos de intelectuais formulados por Gramsci. Para o autor, eles têm como função contribuir para manter ou mudar a visão de mundo dominante. Sendo assim, existem os intelectuais tradicionais, que podem ser considerados os professores, padres, que atuam por meios herdados nos modos de produção anteriores, estando vinculados a algum grupo social e expressando interesses particulares dos membros. Os tradicionais inclusive se consideram como sujeitos desvinculados do grupo social dominante, sendo autônomos e independentes.

Enquanto isso, os intelectuais orgânicos visam um projeto que emancipe as classes subalternas, construindo uma contra-hegemonia, que seria a construção de uma nova cultura que se opõe à cultura dominante. Importante destacar que, ainda que esse conceito não tenha sido formulado por Gramsci, ele está presente em seus estudos. Os intelectuais orgânicos são organizados num determinado grupo, formulando a cultura de uma classe e sendo a liderança intelectual e moral de um grupo social específico, ainda que não necessite ser oriundo dessa camada, mas deva ser próximo dela. Logo, têm relação direta com as classes sociais e suas atividades primitivas, atuando como porta-voz.

O intelectual orgânico popular é aquele que sabe e sente. Ele é capaz de compreender a realidade social a partir de uma perspectiva crítica, sistematizada, coerente. Ou seja, ele é um filósofo. Mas é alguém que, por estar intimamente, afetivamente, ligado à vida das camadas populares, é capaz de compreender “as paixões elementares do povo”. Cabe a ele relacionar, dialeticamente, aquelas paixões com uma concepção do mundo superior, científica e coerentemente elaborada (COUTINHO: 2014, p. 34).

Nesse sentido, a mídia se revela como um intelectual orgânico coletivo, que é um agente da vontade coletiva nacional popular. Ela articula o conhecimento (teoria) a um determinado sentimento (paixão), sendo capaz de se ligar afetivamente às massas, relacionando dialeticamente o sentir e o saber. Segundo Martins (2018), que busca

compreender os jornalistas como atores sociais nas representações midiáticas, existem tanto intelectuais orgânicos quanto tradicionais no mundo do jornalismo, em especial nas grandes empresas de comunicação, cujo objetivo é validar a hegemonia por meio do consenso.

Isso porque os jornalistas fazem a organização e o trabalho com o objetivo de formar a consciência de um grupo. Nesse contexto, a autora entende que os intelectuais da mídia não agem imparcialmente, pois as ideias apresentam força política e seguem as diretrizes das organizações, promovendo uma grande influência na vida das pessoas. Sobre isso, Coutinho tem uma importante citação: “Toda fala é a fala de um sujeito histórico e, de alguma forma, corresponde a seus interesses e anseios. O mito da imparcialidade aparece, assim, como uma forma de apresentar como universais as ideias particulares e essencialmente parciais das elites dominantes” (COUTINHO: 2014, p. 148).

Para retomar os intelectuais do Brasil Colônia, Martins (2018) encontra em Carlos Nelson Coutinho o relato de que existiam intelectuais contra e favor do regime escravocrata, além daqueles que consideravam o trabalho escravo necessário para a produção na era pré-industrial. Dialogando com esse autor, Martins também encontra em Joel Rufino dos Santos o conceito de “intelectual dos pobres”, no qual esses intelectuais, pertencentes à camada social baixa, dialogavam com a sociedade e tinham todo um aporte artístico e cultural. Além disso, Rufino (apud MARTINS: 2018) também levanta a questão das rebeliões na época colonial, colocando o sujeito negro escravizado como um intelectual orgânico.

É importante ressaltar inclusive o papel que os intelectuais tiveram na construção da imagem negativa da população negra. De acordo com a autora, a perspectiva dos intelectuais que negavam a singularidade desses atores sociais negros prevaleceu. Além disso, vale destacar que esses mesmos intelectuais ajudaram a construir a representação social hegemônica sobre a população preta até os dias de hoje. Segundo Martins (2018), os intelectuais são responsáveis por formar a cultura e, por isso, está ligado também à luta pela inclusão da diversidade existente na sociedade. Com isso, é possível questionar se os meios de comunicação, que têm os intelectuais, estão cumprindo, de fato, esse papel.

Dessa forma, percebe-se que a mídia – nesse caso, a tradicional –, fazendo parte da sociedade civil e contando com os intelectuais, não parece ter muito interesse em contestar a dominação atual, mas legitimá-la a favor da classe atualmente dirigente e dominante. Além das notáveis consequências econômicas e políticas negativas para a maior parte da população,

existem também as consequências sociais da perpetuação desse tipo de dominação, que valoriza determinados grupos – ou melhor, apenas um: a elite – em detrimento de outros.

Entendemos que, nessa busca pelo consenso ativo dos dominados, os dirigentes incorporam fragmentos das aspirações das massas, retirando a sua politização, apropriam-se dos seus signos e os integra no sistema de valores da classe dominante, como aponta Coutinho (2014). Por isso, na luta pela hegemonia, as classes subalternas precisam criar e difundir sua própria visão de mundo, batalhando pelas suas ideias numa esfera ainda sob hegemonia da burguesia, que detém os aparelhos mais eficazes para o controle do consenso ativo da população.

3.3. Televisão, racismo e identidade

A questão da identidade se tornou uma pauta no Brasil especialmente no século XIX, surgindo a necessidade de criar uma identidade nacional. Sobre esse assunto, Sodré (2015) aponta que existe uma angústia identitária no continente americano, culminando na busca por uma essencialidade americana. Para o autor, o Brasil não tem diversas identidades, mas múltiplas identificações devido à heterogeneidade sociocultural da América Latina. Segundo ele, o termo “identidade” é utilizado para “designar o conjunto organizado de condições que rege e classifica a ação do indivíduo ou mesmo de um grupo numa situação interativa, permitindo-lhe agir como ator social” (SODRÉ: 2015, p. 38).

Nesse contexto, a identidade de uma pessoa é dada quando o outro a reconhece, portanto, é baseada na representação social desse indivíduo. Buscando em Lacan, Sodré (2015) conclui que a constituição do sujeito não é algo estável, então não existem identidades, mas identificações inseridas em uma dinâmica que conta com atitudes, costumes, comportamentos num mesmo ambiente. Como cada pessoa é única, sendo relacionada a outras por semelhança, o conceito de identidade é uma ilusão, porque está ligado às representações e não ao que o sujeito é de fato. Aliás, Sodré (2015) inclusive aponta que a identidade, por ser considerada real, é utilizada em estratégias simbólicas ou políticas.

Na busca pela identidade nacional brasileira, a mestiçagem começou a ser valorizada. Na verdade, Sodré (2015) explica que o mestiço era considerado o “menor dos males” por causa da sua aproximação física com o padrão eurocêntrico. Ele aponta que, desde o século XIX, o chamado “caráter nacional” começa a ter como base a mestiçagem. Depois da década

de 30, o mestiço passa a, verdadeiramente, ganhar uma imagem positiva, como na obra *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freyre, que defendeu a miscigenação de três raças (branca, negra e indígena) como experiência fundamental para a cultura brasileira.

Nesse contexto, Araújo (2004) relembra que o país sempre teve dificuldade de se reconhecer como multirracial e multicultural, pois houve uma luta política em busca de uma unidade nacional e uniformização cultural. Sendo assim, ao contrário de países como EUA e África do Sul, que usaram a diferenciação étnica para firmar a superioridade branca, o Brasil tentou apagar essa diferenciação para construir a identidade brasileira, auxiliando assim na construção do mito da democracia racial. No entanto, como esclarece Florestan Fernandes (1972), existe uma confusão entre tolerância racial e democracia racial no Brasil, pois circula uma certa harmonia social entre pessoas de diferentes raças, porém ainda não há igualdade.

A partir dessa mudança de ponto de vista, Ortiz (1985) conta que a miscigenação passa a não mais ser considerada um atraso para o país e o projeto de branqueamento é abandonado para dar lugar à celebração da mistura de raças. “Qualidades como ‘preguiça’, ‘indolência’, consideradas como inerentes à raça mestiça, são substituídas por uma ideologia do trabalho” (ORTIZ: 1985, p. 42). No entanto, um pouco antes, Ortiz aponta que se acreditava que “o mestiço, enquanto cruzamento entre raças desiguais, encerra [...] os defeitos e as taras transmitidos pela herança biológica” (ORTIZ: 1985, p. 21).

Aliás, sobre a questão da mestiçagem, Sodré (2015) aborda um interessante ponto de vista. Para ele, a noção de mestiço só existe porque há a concep o hierarquizada dos brancos e dos outros. Com isso, como bem aponta o autor, filhos de brancos europeus de diferentes países não são considerados mestiços, mas, filhos de africanos com europeus, sim. De qualquer forma, para Sodré, a valoriza o da mestiçagem tem efeitos positivos no combate ao racismo, pois   capaz de reduzir a ideia de pureza dos brancos.

No entanto, no plano real, a existência do mestiço não caracterizou o surgimento de uma identidade nacional única, pois, de acordo com Hall (2006), o sujeito pós-moderno não tem uma identidade fixa, já que ela   algo móvel, sendo construída e transformada constantemente a partir das representa es do que somos e sistemas culturais que nos cercam. Nesse sentido, o autor acredita que dentro de cada um existem identidades que se contradizem, por isso não há uma unidade unificada e completa. Afinal, os sistemas de signifi ca o e representa o sugerem uma multiplicidade de identidades possíveis com as quais cada um pode se atrelar ainda que temporariamente.

Por outro lado, no plano imaginário, existem as chamadas identidades nacionais que, de acordo com Hall (2006), são formadas no interior da representação. Explicando, o autor revela: “nós só sabemos o que significa ser ‘inglês’ devido ao modo como a ‘inglesidade’ [*englishness*] veio a ser representada – como um conjunto de significados – pela cultura nacional inglesa” (HALL: 2006, p. 48-49). Dessa forma, quando as culturas nacionais constroem sentidos sobre a nação, permitindo que o povo se identifique, acabam sendo criadas as identidades. Nesse contexto, é importante alertar que as identidades nacionais são representadas como unificadas, ou seja, como se existisse apenas um único povo com as mesmas características culturais, que são referentes aos costumes, religiões, língua etc, mas isso é uma ilusão, já que as nações modernas são culturalmente híbridas.

De acordo com Hall (2006), a identidade seria algo formado de modo inconsciente e não que surge no momento do nascimento, ou seja, uma característica inata. Sendo assim, a identidade está em eterna formação, por isso, assim como Sodré, Hall acredita que deveríamos falar de identificação e não identidade, referindo-se a um processo em andamento. Desse modo, como afirma Sodré (2015), não existe uma identidade negra originária, baseada na cor da pele, pois a construção da identidade negra é feita pelo imaginário do homem branco.

Nesse debate, a televisão também participa na elaboração de identidades. Segundo Faria & Fernandes (2007), a televisão está vinculada a um projeto ideológico que visa construir a realidade, “(...) sendo essa construção perpassada nitidamente por processos de controle político da realidade que objetivam homogeneizar o coletivo” (FARIA & FERNANDES: 2007, p. 4). Nesse contexto, segundo as autoras, os meios de comunicação de massa elaboram identidades virtuais (aquelas que são atribuídas ao outro) dos sujeitos negros por meio da negação, do recalcamento da identidade negra e do senso comum permeado por preconceitos. Aliás, segundo Sodré (2015), a partir dessas identidades virtuais surgem os estereótipos e as folclorizações do homem negro.

Sodré (2015) declara que todos os valores carregam crenças e convicções, por isso não podem ser considerados neutros. Sendo assim, quando o assunto é a percepção da diversidade, o olhar atribui um valor e o indivíduo age de acordo com o seu julgamento em relação ao outro, inclusive na construção das identidades virtuais, que não são neutras. O autor ainda resgata um conceito alemão, chamado *Gesichtskontrolle*, que significa controle de

rostos, caracterizado como um julgamento na prática que está relacionado à decisão diária de quem pode transitar ou não em espaços como clubes e restaurantes de luxo.

Nesse contexto, de acordo com Sodré (2015), a mídia não se compromete com nenhuma causa, inclusive não aborda a diversidade da população brasileira. Além disso, o autor fala sobre o racismo midiático, contando com a negação, pois a mídia age como se não houvesse racismo no Brasil, fora os casos marcantes e inquestionáveis que servem como objetos noticiosos. Existe também o recalcamento, pois muitos profissionais desse setor se mostram ignorantes quando o assunto é a história do negro no país. Outro fator do racismo midiático é a estigmatização, atuando como “marca da desqualificação da diferença” (SODRÉ: 2015, p. 279), que é o primeiro ponto de onde surge a discriminação.

Por fim, um último fator que suscita o racismo midiático é a indiferença profissional, pois à mídia não parece interessar a questão da discriminação, o que demonstra uma falta de sensibilidade sobre os problemas dessa esfera. Aliás, Sodré (2015) também aponta que é muito pequena a quantidade de negros na mídia brasileira, pois quando conseguem entrar em redações de jornais ou telejornais, costumam ser relegados às tarefas de cozinha (bastidores). Araújo (2004) também acredita que, atrás das câmeras, os profissionais negros sempre tiveram maior chance de ascensão profissional que na frente delas, incluindo a televisão e o rádio. Desse modo, Sodré conclui: “Nenhuma verdadeira política antirracista pode implantar-se num sistema discursivo como o dessa grande mídia” (SODRÉ: 2015, p. 280).

Por isso, o autor explica que, na imprensa brasileira, não existe um compromisso com a causa antirracista, pois apenas vez ou outra que o problema da discriminação é debatido. Assim, surgem as acusações de que a mídia é conivente com a reprodução do racismo. Além disso, o autor conta que, por mais que a veiculação de estereótipos sobre o povo negro tenha diminuído na imprensa, a representação do negro ainda é estabelecida pelo padrão eurocêntrico. “Pesquisas recentes sobre o papel da imprensa mundial na reprodução do racismo têm chegado à conclusão de que instituições e grupos da elite branca dominante, inclusive a maior parte dos meios de comunicação, podem ser aliados próximos na reprodução da desigualdade étnica” (SODRÉ: 2015, p. 152).

Nesse contexto, é importante destacar que Freire (2005) acredita que a análise da representação distorcida de minorias está ligada à reivindicação desses grupos quanto à questão da identidade, ou seja, o modo como é produzida e o seu significado. Nesse sentido, a política de identidade se mostra como a luta dos oprimidos, como negros e homossexuais,

pela “afirmação e defesa da singularidade cultural” (FREIRE: 2005, p.20). Esses grupos passaram a questionar as estratégias das representações em diversas esferas, como meios de comunicação e livros didáticos, mostrando que isso afeta a nossa forma de ver e ser visto. Com isso, o autor acredita ser necessário entender que a mídia tem um papel fundamental no imaginário popular do que é ser feio, bonito, homem, mulher, ou seja, no papel de criar representações.

Por intermédio de filmes, ficções seriadas, canções, videoclipes, noticiários, editoriais, artigos, reportagens, entrevistas, depoimentos, testes, dicas, concursos e anúncios, as indústrias da cultura fornecem descrições textuais e visuais daquilo que é conveniente em matéria de personalidade, aparência, conduta moral e cívica, postura política, relacionamento afetivo e comportamento sexual – modelos e recursos simbólicos a partir dos quais os consumidores podem construir o seu senso do que significa ser “moderno”, “civilizado”, “cidadão”, “vitorioso”; “atraente”, “cool”, “in”, “fashion”... (FREIRE: 2005, p. 21).

De acordo com Shoshat & Stan (2006), quando existem debates sobre o racismo na mídia, muitas vezes veiculam-nos como casos isolados, individuais, o que reduz o racismo a uma atitude individualizada e não como uma característica estrutural da nossa sociedade. Desse modo, conforme a concepção individualista do racismo, ele é uma patologia, então existem apenas indivíduos racistas, que agem de forma isolada, sendo considerado, assim, algo restrito ao comportamento. Ou seja, debates sobre o racismo institucional ou estrutural dificilmente ocorrem.

Segundo Almeida (2018), na concepção institucional do racismo, ele é tratado como a dinâmica de funcionamento das instituições, promovendo direta e indiretamente vantagens e desvantagens de acordo com a raça. Com isso, os grupos hegemônicos utilizam mecanismos institucionais com o objetivo de priorizar os seus interesses políticos e econômicos. No entanto, os conflitos raciais que podem ocorrer são capazes de provocar reformas nas instituições, alterando regras e padrões de funcionamento.

Já sobre o racismo estrutural, o autor explica que “o racismo [...] não é algo criado pela instituição, mas é por ela reproduzido” (ALMEIDA: 2018, p. 36), ou seja, se as instituições são racistas, isso indica que a sociedade é racista. Desse modo, de acordo com o autor, o racismo é sempre estrutural por integrar o campo político e econômico, sendo enraizado na sociedade e normalmente propagado por ela. Logo, não é algo patológico ou anormal.

Além da constante veiculação de reportagens sob o viés do racismo com a concepção individualista, que demonstra como a mídia é racista, é possível também observar outras práticas de racismo quando esse meio trata as religiões de matriz africanas, colocando-as como superstição, magias, e não como sistemas legítimos de crença, como esclarecem Shoshat & Stan (2006).

Vale lembrar que a própria faculdade de jornalismo tem papel fundamental no combate ao racismo na cobertura jornalística. No entanto, durante a graduação, lemos pouco ou nada sobre pesquisadores negros, como se eles não existissem. Mais tarde, no mercado de trabalho, fazemos o mesmo: invisibilizamos o povo negro. Segundo Sodré (2015), a invisibilização é a principal fonte do racismo de exclusão.

Como aponta Freire (2005), na década de 70, a crítica feminista da mídia percebeu que a presença de homens no campo televisivo, desde funcionários até executivos, mostra-se como a principal razão para haver distorções nos conteúdos jornalísticos. Podemos equiparar a mesma situação com a produção telejornalística atualmente dominada por executivos e jornalistas brancos, que são reprodutores do racismo, ainda que, muitas vezes, de forma inconsciente.

De acordo com Sodré, o racismo é explicitado quando ocorre a aproximação, estimulando “um saber automático sobre o Outro” (SODRÉ: 2015, 305). Nesse contexto, o afeto é o sentimento que pode destituir o racismo por meio da quebra da distância entre o Mesmo e o Outro. Por isso, o autor acredita que a luta antirracista precisa se basear na isotopia (igualdade dos lugares) e não apenas na isonomia (igualdade no sistema jurídico e social), ou seja, deve ocorrer a partilha de territórios, ocupação de espaços. Isso porque, sozinhas, a democracia e a ascensão econômica não abolem o racismo.

Sendo assim, apenas a representação positiva do Outro não é suficiente caso não ocorra a aproximação coesiva, pois, se não, a cor branca seguirá sendo considerada o padrão de excelência. Isso significa que as instituições e indivíduos precisam assimilar e disseminar o princípio da diversidade em todos os âmbitos (social, jurídico, político, econômico), incluindo a mídia, em especial a televisão, com o seu, a princípio, papel democrático.

4. REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NO RJTV – 1ª EDIÇÃO

Este capítulo abordará o telejornal RJTV – 1ª Edição com foco na representação do negro em suas reportagens. Inicialmente, será feito um breve histórico do programa, bem como informações sobre a sua estrutura atual. Além disso, a questão da comunicação comunitária entrará em pauta, com o objetivo de verificar se o telejornal se enquadra nessa modalidade de fazer jornalístico. Ao final, serão analisadas as reportagens do programa para, enfim, ser possível descobrir como o negro é retratado no RJTV – 1ª Edição.

4.1. Histórico e estrutura do RJTV – 1ª Edição

Propondo-se como um prestador de serviços para a população, o telejornal RJTV – 1ª Edição se auto-constrói como mediador fundamental para que os moradores possam ter as suas reivindicações atendidas pelo Estado. Apresentado por Mariana Gross, o programa abrange notícias da região metropolitana do Rio de Janeiro. Ele é veiculado de segunda à sábado, a partir de 12h até aproximadamente 12h50. O telejornal adota uma linguagem informal, comentaristas ao vivo no estúdio – como Fernando Veloso, especialista em Segurança Pública –, séries de reportagens, entrevistas ao ar livre e no estúdio e diferentes quadros apresentados diariamente que, diferentemente de outros telejornais da emissora, visam uma maior aproximação com o telespectador.

Já o RJTV – 2ª Edição possui um perfil diferente, com uma duração reduzida, sendo transmitido em 15 minutos a partir de 19h15. Além disso, a segunda edição apresenta um resumo e atualizações das principais notícias do dia, transmitindo também informações sobre o trânsito e a previsão do tempo.

O RJTV surgiu em janeiro de 1983, apresentado por Berto Filho, devido à necessidade de criação de um jornalismo pela emissora Rede Globo com foco local. Nessa época, as notícias regionais eram veiculadas pelos telejornais Hoje, Jornal da Globo e Jornal Nacional. No início, o jornal era apresentado na parte da noite e com duração de somente dez minutos, noticiando acontecimentos marcantes do dia, previsão do tempo e matérias de serviço, esporte e trânsito, além de comentários sobre política e economia.

Seis meses após a estreia, o programa ganhou uma edição na hora do almoço, sendo suspensa em 1989 e retornando em 1992, cujo apresentador passou a ser o jornalista Marcos

Hummel. Por outro lado, entre 1983 e 1989, o programa inclusive ganhou mais uma edição, colecionando três edições no total, mostrando que a emissora estava apostando na veiculação de programas voltados para o jornalismo local.

Se os telejornais locais costumavam manter uma distância com o público durante os primeiros anos de transmissão, como aponta Gomes (2007), é inegável que essa característica mudou após a primeira década de criação. A autora indica que não havia diferenciação técnica entre o programa local e o nacional, pois a forma de narrar era baseada em um apresentador no estúdio resumindo uma notícia para, enfim, dar início à reportagem padronizada.

O RJTV – 1ª Edição sofreu uma reformulação no dia 18 de abril de 1999. O programa passou a ter num formato mais dinâmico, com maior quantidade de entrevistas dentro do estúdio e entradas ao vivo dos repórteres, com o objetivo de intensificar “o debate entre os moradores e os órgãos públicos em prol da comunidade”¹⁵, construindo-se como uma espécie de porta-voz da população do Rio de Janeiro.

A partir desse momento, o RJTV – 1ª Edição começou a apostar em debates, campanhas e até mesmo parcerias, como a parceria com a Central de Atendimento ao Trabalhador, pertencente à Social Democracia Sindical (SDS). Essa ação levou a divulgação de ofertas de emprego, resultando na contratação de sete mil pessoas entre os meses de janeiro e junho de 2000. Além das mudanças no formato do jornal, destaca-se que o tempo de duração também se ampliou, passando a ter 50 minutos. Já a partir de 2001, a maior interação entre os telespectadores e o telejornal passou a resultar na construção de novas pautas com base em telefonemas, e-mails e contato dos repórteres com pessoas na rua.

Conforme indica Lilian Saback (2015), por ser a segunda maior emissora do mundo desde 2013, a Globo configura-se atualmente como a empresa com maior poder e influência no Brasil. Esse fato também perpassa pelo jornalismo: “o dito ‘padrão Globo de jornalismo’ é fruto do padrão de qualidade” (SABACK: 2015, p. 72). Com isso, mudanças no fazer jornalístico geram impacto e, assim, podem conquistar o público ou decepcioná-lo.

No caso do RJTV – 1ª Edição, os telespectadores começaram a contar com quadros como o RJ Móvel para resolver problemas locais que o governo ainda não solucionou. Como aponta Beatriz Becker, “nesse processo, os telejornais expõem incompetências dos poderes

15 Ver: RJTV: Jornalismo comunitário. Disponível em:
<http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/telejornais-e-programas/rjtv/rjtv-jornalismo-comunitario.htm>. Acesso em: 09 de janeiro de 2019.

públicos e atribuem a si o poder de solucionar conflitos provocados pelo descaso de autoridades” (BECKER: 2012, p.85).

Criado no dia 14 de agosto de 2007 e atualmente apresentado pela jornalista Susana Napolini, o RJ Móvel atravessa diversos bairros e regiões do Rio de Janeiro diariamente com uma equipe de reportagem para fazer transmissão ao vivo. O quadro tem como objetivo denunciar questões relacionadas à saúde, saneamento básico, educação, transporte e segurança que atrapalham o cotidiano dos moradores. Como aponta Saback (2015), esse é “um modelo de jornalismo que quer falar com a comunidade, quer falar pela comunidade ou, ainda, quer falar como a comunidade” (SABACK: 2015, p. 86).

Além de relatar a insatisfação dos cidadãos e mostrar o problema em tempo real, a repórter ainda convida uma autoridade pública para dar o depoimento a respeito do caso e, com isso, informar a data na qual ele será solucionado. No dia marcado no calendário, a equipe de reportagem volta para o local e analisa se o governo conseguiu contornar a situação. Se não for solucionada, Susana Napolini volta a reivindicar uma resposta com as autoridades.

Com isso, a repórter age como a fiscalizadora oficial dos problemas dos moradores, que veem nela uma aliada necessária. Durante as reportagens, Susana não demonstra distância com as pessoas presentes na matéria, pois brinca com elas, come a comida oferecida pelos mesmos, caminha pelas ruas, anda de skate ou bicicleta, enfim, age com o objetivo de aproximar ao máximo o telejornal do telespectador. Essa estratégia carismática parece funcionar, já que os moradores fazem questão de mostrar que gostam da sua presença.

Em relação ao afastamento do padrão Globo de jornalismo e o RJ Móvel, essa mudança pode ser explicada pelo fator audiência, como indica Lilian Saback (2015). Dessa forma, a aproximação com o público teve como objetivo inicial recuperar a audiência perdida. Analisando o ano de 2013, a autora verificou que existiu uma fragilidade da emissora com o telejornalismo local, indicando que, naquele ano, o RJTV – 1ª Edição não era um dos cinco programas mais assistidos pelos telespectadores na Globo. Enquanto isso, o telejornal Cidade Alerta Rio, voltado para o telejornalismo local na emissora Record, costumava assumir o segundo lugar no ranking de programas mais assistidos na emissora. Por outro lado, esse programa ainda registrava audiência menor em relação aos mais assistidos da TV Globo Rio.

Já na última semana do ano de 2018, o Cidade Alerta Rio alcançou o primeiro lugar na pesquisa Ibope de programas mais vistos da Record¹⁶, enquanto o RJTV – 1ª Edição

16 Ver: TOP 5 GRJ – Audiência de TV – 24/12 a 30/12/2019. Disponível em:

<https://www.kantaribopemedia.com/top-5-grj-audiencia-de-tv-2412-a-30122019/>. Acesso em: 13 de janeiro

Ainda segundo a autora, existem mudanças nos telejornais locais que demonstram a influência de critérios como a velocidade com a qual as informações circulam pela internet e o imediatismo. Em relação às reportagens, destacam-se os temas e nomes dos repórteres presentes no local dos acontecimentos, que geralmente precedem matérias já gravadas sobre o assunto. No geral, o RJTV – 1ª Edição utiliza, ao longo das reportagens, vídeos de sistemas de segurança, conteúdos enviados por telespectadores, fotografias, imagens aéreas do Globocop e infografias, sendo munido, assim, de diversos recursos visuais para incrementar a veiculação de um tema.

Outra característica frequente do programa é a curta duração dos noticiários, impedindo que a população consiga ter a dimensão total do acontecimento, como aponta Becker (2012). “As hard news sobre furtos, crimes, transtornos causados à população por chuva forte, (...) falta de vagas em hospitais públicos (...) revelam tensões e graves problemas do Rio de Janeiro (...)” (BECKER: 2012, p. 85). A autora ainda relata a frequente utilização de suítes, tornando os fatos noticiados com um tom ainda mais dramático. Nesse sentido, o programa basicamente expõe as questões que o governo não consegue resolver e atribui a si o papel de solucioná-las.

Ainda que, de fato, existam matérias de curta duração, com aproximadamente dois minutos, compondo a maior parte do programa, outros assuntos parecem se tornar mais relevantes ao olhar noticioso do programa e, por isso, ganham maior destaque. Existem reportagens que chegam a ter oito minutos, permitindo maior aprofundamento do assunto, com o uso de diferentes entrevistados e uma pesquisa mais aprofundada por parte da produção.

Desse modo, foi possível perceber que o programa sofreu algumas reformulações do longo dos anos, sobretudo em busca de conquistar a audiência, focando em problemas no dia a dia dos moradores da região metropolitana do Rio de Janeiro. Com isso, o RJTV – 1ª Edição aponta a ausência do Estado e se coloca como personagem central responsável por fornecer a solução relacionada aos questionamentos dos cidadãos.

4.2. RJTV – 1ª Edição: um jornal comunitário?

Certamente a maioria dos pesquisadores da área de Comunicação Comunitária desconfiaria de um programa da TV aberta brasileira que afirma ter um “perfil comunitário”¹⁸, afinal, o conceito está relacionado diretamente a um meio que possui vinculação a alguma comunidade. De qualquer forma, é assim que se apresenta o RJTV – 1ª Edição.

O programa era comandado pelo editor regional Luís Carlos Cabral e o diretor de telejornais comunitários Alberico de Souza Cruz. No ano de 1983, não somente o RJTV surgiu como também outros telejornais locais pelo Brasil, dentre eles o SPTV, NETV (foco na região metropolitana de Recife), MGTV e DFTV.

Nesse contexto, apenas o fato de existir um cargo que se denominava “diretor de telejornais comunitários” mostra que a emissora acreditava produzir um jornalismo comunitário. Para ilustrar o que um dos diretores da emissora entendia por esse conceito, destaca-se o ponto de vista de Amauri Soares, diretor da Globo São Paulo durante a criação do SPTV, registrado na plataforma Memória Globo:

Amauri Soares, então diretor de jornalismo da Globo São Paulo, conta que o projeto do jornalismo comunitário foi desenvolvido a partir de três pilares: fazer dos telejornais da Globo um canal de comunicação entre as comunidades e as autoridades públicas, criando um espaço para a discussão e busca de soluções de problemas da população; documentar as dificuldades de exercer a cidadania numa região metropolitana grande e populosa como a de São Paulo; e mostrar os hábitos, comportamentos, manias e modismos dos moradores, para que eles se vissem retratados nos telejornais.¹⁹

O trecho da passagem anterior revela que, no telejornalismo local veiculado há 30 anos pela Rede Globo, jornalismo comunitário não tem associação com o protagonismo ou participação dos moradores no fazer jornalístico. O comunitário, nesse caso, se define a partir do papel autoinstituído pela própria emissora de servir de ponte entre as pretensas (e escassas) reivindicações cotidianas direcionadas notadamente aos problemas dos serviços urbanos e os órgãos do estado responsáveis pela prestação desses serviços. Dessa forma, quem faz a ponte entre o problema do bairro e a autoridade pública não é o morador, mas o jornalista, lembrando que um elemento central na definição de um meio como comunitário ou não é este: a participação ativa da comunidade.

18 Ver: RJTV: Jornalismo comunitário. Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/telejornais-e-programas/rjtv/rjtv-jornalismo-comunitario.htm>. Acesso em: 09 de janeiro de 2019.

19 Ver: SPTV: Jornalismo comunitário. Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/telejornais/sptv/jornalismo-comunitario.htm>. Acesso em: 09 de janeiro de 2019.

Além disso, é importante pensar que a própria televisão foi quem se outorgou para ser essa intermediária. Ao tomar para si o lugar de porta-voz do público, é necessário refletir se ela está dando ou tirando a sua voz. Acreditamos que o objetivo do programa resulta num silenciamento ainda maior do cidadão, que não pode mais se exprimir sem a intermediação da emissora. Nesse contexto, vale lembrar que ser porta-voz autoinstituído não é o papel do jornalismo comunitário, já que ele preza que a própria população consiga falar por si só.

Assim, tanto para a população quanto para a mídia, passa a ideia de que o jornalista possui maior credibilidade e chance de solucionar um problema, já que o papel do profissional, nesse caso, é reivindicar soluções das autoridades. Segundo Becker (2012), “a tendência do jornalismo regional de assumir o papel de prestador de serviço à comunidade em diferentes meios, especialmente na televisão, é cada vez mais expressiva” (BECKER: 2012, p. 78). Comunitário nesse sentido, portanto, seria melhorar a vida da população, ou seja, livrá-la de problemas, como falta de salário ou pavimentação na rua, que podem ser resolvidos pelo Estado.

No entanto, segundo Raquel Paiva (2003), a comunicação comunitária surgiu para que a comunidade pudesse transmitir a sua mensagem sem que houvesse qualquer tipo de mediação ou corte. Ela afirma, inclusive, que o processo desse tipo de comunicação envolve analisar criticamente o conteúdo transmitido pela *mass media*, observando a falta de relação entre o conteúdo e a vida dos moradores. Seguindo essa linha de raciocínio, o programa de telejornalismo local criado pela Globo na década de 80 não possuía aproximação com a comunicação comunitária. A respeito dessa temática, destaca-se o trecho escrito Lilian Saback (2015) relacionado ao RJ Móvel:

Ao tentar praticar o comunitarismo e fazer uso do poder da mídia, o quadro RJ Móvel também fortalece a imagem negativa do poder público e coloca a TV Globo como a salvadora da pátria. O papel de “cão de guarda” da imprensa é desempenhado com tanto fervor que causa um estranhamento no que se refere ao padrão Globo de jornalismo. A repórter Susana Napolini faz questão de participar ativamente da reportagem e transparecer uma ligação com o morador do local onde o problema ocorre. (SABACK: 2015, p. 87)

Além do RJ Móvel, o RJTV – 1ª Edição ainda conta com a participação da população em outros quadros, como o Você no RJTV, no qual o morador filma ou fotografa um acontecimento e envia para o telejornal. No entanto, o quadro com maior participação da

comunidade foi o Parceiro do RJ, cuja estreia ocorreu no dia 24 de março de 2011 sob coordenação de Erick Bretas, que na época ainda era o diretor regional de telejornalismo do Rio de Janeiro. Segundo Beatriz Becker (2012), o quadro servia como uma editoria do telejornal, ocupando quase 10% da produção jornalística do programa.

Em reportagem concedida à Lilian Saback, Bretas conta que a ideia desse quadro surgiu a partir da criação das Unidades de Polícia Pacificadoras, no ano de 2008, quando então o jornalista percebeu que o RJTV – 1ª Edição não estava dialogando com uma parcela da população. Afinal, desde o assassinato de Tim Lopes, em 2002, Bretas afirma que a Globo não fazia coberturas de reportagens nas favelas cariocas.

Saback (2015) aponta que, durante o processo de formulação do quadro, foi concluído que as reportagens abrangeriam, além das chamadas áreas pacificadas, outras também da região metropolitana. Para isso, seriam selecionados jovens de 18 a 30 anos, sem necessidade de formação na área jornalística, para contar histórias sobre as suas regiões.

As inscrições para o quadro abriram em 2010 para candidatos deveriam morar nos bairros de Copacabana, Campo Grande, Tijuca, Complexo do Alemão, Cidade de Deus e nas cidades de Nova Iguaçu, Duque de Caxias e São Gonçalo. Ao todo, 2.200 foram inscritos e passaram por etapas da seleção que abrangiam provas de conhecimento gerais, redações, entrevistas e vídeos. Por fim, a primeira turma foi formada com oito duplas de cada região.

Os parceiros do RJ foram treinados pelos profissionais da emissora durante um mês, recebendo um kit de reportagem ao final do treinamento. Eles assinaram um contrato com a Globo até o dia 31 de dezembro de 2011, recebendo bolsa salário, vale-alimentação, vale-transporte e verba de produção. Em setembro de 2011, a Rocinha ganhou uma UPP e, com isso, foi selecionada uma dupla para representar a favela, somando ao todo 9 duplas do Parceiro do RJ.

Segundo Saback (2015), 348 VTs foram veiculados durante o primeiro ano do quadro, cuja média foi de quase uma reportagem por dia feita pelos parceiros. A autora conta que a dupla de Campo Grande foi a que mais produziu VTs, totalizando 48, realizando também mais uma reportagem em parceria com a dupla de Copacabana. O quadro ainda gerou uma série chamada “Cultura Underground”, transmitida no RJTV – 2ª Edição, com o objetivo de mostrar a produção cultural das comunidades do Rio de Janeiro. A série foi produzida por três parceiros do RJ que, mais tarde, foram contratados pela emissora.

O resultado da primeira turma do projeto no Rio de Janeiro registrou que soluções de problemas, muitas vezes relatados anteriormente às autoridades competentes, depois de veiculados nas reportagens dos parceiros foram resolvidos pelo poder público. Além disso, observou-se que a participação no projeto de jornalismo despertou em alguns parceiros o desejo de ingressar na profissão e, ainda, resultou na contratação pela emissora de três jovens. (SABACK: 2015, p. 111)

Em entrevista concedida à Lilian Saback, o ex-parceiro do RJ residente do Complexo do Alemão, Thiago Ventura, aponta que o projeto foi fundamental para ele, que não estava conseguindo emprego na época, e para a comunidade em que vive. Segundo Thiago, de todos os problemas que a dupla do Complexo do Alemão retratou, apenas um que necessitava de licitação não foi resolvido.

O ex-parceiro conta ainda que havia um poste que estava quase caindo na região, então o jornal O Dia e a TV Record fizeram uma reportagem, mas o caso não foi solucionado. Após o VT sobre esse problema veiculado por ele no Parceiro do RJ, no dia seguinte o poste começou a ser trocado. Já Petter MC, que participou da dupla de Nova Iguaçu, aponta que o quadro inclusive motivou outros moradores da região a se profissionalizarem na área da Comunicação. Para ele, aparecer como repórter na TV mostrou aos outros que esse é um sonho possível.

Palestrante no treinamento dos parceiros, o geógrafo e coordenador geral do Observatório de Favelas, Jaílson de Souza, acredita que o quadro é interessante se o jovem for ligado à comunidade, para que assim ele possa levar os conhecimentos durante o projeto para o trabalho em comunicação comunitária do lugar onde vive. “O limite desse indivíduo muitas vezes é o desenraizamento. Eles podem se sentir cada vez mais muito mais da Globo do que da comunidade.” (SOUZA apud SABACK: 2015, p. 112). Com isso, é possível perder a conexão com a comunidade conforme o laço com a Globo vai se estreitando.

Nesse contexto, como aponta Paiva (2003), não basta que a comunidade participe da produção das matérias, conforme ocorre no Parceiro do RJ. Para além disso, no comunitário, a gestão deve pertencer à comunidade. A autora inclusive destaca que o veículo comunitário deve mobilizar as pessoas a exercerem a cidadania, rejeitando-se a ideia de que o jornal serve para atender o bem comum, ou seja, tornar-se um prestador de serviços, como é o caso do RJTV – 1ª Edição.

Além do debate sobre o quadro Parceiro do RJ ser considerado comunitário ou não, outra discussão que entrou em pauta foi a transformação dos parceiros em repórteres. Lilian

(2015) indica que o quadro foi questionado pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro (SJPMRJ) e a Associação dos Repórteres Fotográficos e Cinematográficos do Estado do Rio de Janeiro (Arfoc).

Na época, ambas entidades haviam firmado um acordo com a Globo, que concordou em veicular depoimentos dos moradores e não formar repórteres do programa. Ainda que fosse permeado por discussões e contradições, fato é que o projeto funcionou para a emissora e passou a fazer parte de outros telejornais locais como em São Paulo, Belo Horizonte e Distrito Federal.

Após o resultado positivo da primeira turma do Parceiro do RJ e a adaptação do projeto para outros estados, surgiu a ideia de criar uma segunda turma em 2013. Atraindo mais de três mil candidatos, foram selecionadas duplas das regiões do Complexo do Alemão, Vidigal, Rocinha, Niterói, Santa Cruz, Maracanã, Madureira, Niterói, Duque de Caxias, Belford Roxo e São João de Meriti. Durante a seleção dos candidatos, Mônica Bernardes, jornalista responsável pela escolha dos futuros parceiros, contou para Saback (2015) que a equipe analisou cuidadosamente os jovens para observar se eles possuíam interesse político por trás da participação no projeto.

Como aponta Saback (2015), o anúncio dos novos parceiros durou 16 minutos e 49 segundos no RJTV – 1ª Edição: “neste dia, o clima de *reality show* tomou conta do RJTV – 1ª Edição, o que dava pistas de que o quadro tinha ganhado espaço dentro do telejornal.” (SABACK: 2015, p. 120). Segundo a autora, a equipe do projeto não contabilizou a quantidade de VTs produzido pela segunda turma, pois foram muitos. Houve, ainda, a produção de uma série chamada “Favela”, cujo objetivo foi retratar a cultura local em cinco episódios.

Saback (2015) ainda aponta que os novos parceiros se espelhavam nos antigos, buscando fazer um trabalho semelhante, cuja maior preocupação é agir em prol da comunidade para melhorar os problemas existentes sem, no entanto, reduzi-la a um lugar carente. Existe também a necessidade de contar as histórias das regiões de uma forma positiva. A autora acredita que esses são desejos de um líder comunitário e, por isso, os parceiros buscam focar em um lado ainda não muito explorado pela mídia tradicional. Devido à proximidade que possui com os moradores, por fazer parte daquela realidade, a dupla consegue realizar reportagens que não tenham a distância naturalizada entre jornalista e

entrevistado. No entanto, para Becker (2012), o quadro ainda colocava os personagens das comunidades como vítimas e não como agentes ativos da sociedade:

A maioria dos depoimentos nessas matérias ainda restringe o cidadão comum ao papel da vítima desamparada, atribuindo à população uma fragilidade de enunciação e de exercício da cidadania capaz de ser solucionada apenas pela intervenção da TV como um poder suprainstitucional e de inquestionável credibilidade, como indicam as sonoras de quatro das dez reportagens analisadas sobre problemas graves enfrentados pela população, provocados pelo descaso das autoridades. (BECKER: 2012, p. 83)

Para Saback, “o modo parceiro de fazer telejornalismo configura uma nova narrativa comunitária, que promove um diálogo entre os jornalistas profissionais e os não-profissionais.” (SABACK: 2015, p. 139). De acordo com a autora, é de extrema importância que as reportagens veiculadas pelos parceiros tenham todo o aparato tecnológico e o alcance oferecido pela emissora e, por isso, o discurso produzido por eles não deve ser descartado como comunicação comunitária. No entanto, se o discurso foi moldado pela emissora, será mesmo que ele foi produzido pelos parceiros? Por isso, acreditamos que, ainda assim, o projeto não se inclui como comunicação comunitária.

Analisando as diferentes tipos de participação numa comunicação comunitária, Peruzzo afirma: “Entendemos que as várias formas são válidas. Contudo, parece-nos que não é mais suficiente permanecer no âmbito do 'dar voz e vez', do 'dar voz a quem não tem voz' ou, ainda, do 'abrir os microfones ao povo’” (PERUZZO: 2004, p.143). Não seria isso que o Parceiro do RJ buscou fazer? Contudo, um princípio básico da mídia comunitária não foi seguido, que é o “compartir o processo de gestão da instituição comunicacional como um todo” (PERUZZO: 2004, p. 143).

Ainda que os parceiros pudessem sugerir pautas e produzir as reportagens, caso os editores não gostassem de determinada fala do repórter ou entrevistado, eles poderiam cortá-la e dar outra interpretação à narrativa. A fase de edição ficou nas mãos da emissora, que poderia trabalhar nos cortes como desejasse. Com isso, os parceiros não geriram o projeto, eles apenas participaram dele pelo tempo que a Globo permitiu.

Esse fato, no entanto, não invalida o projeto, mas acredita-se, aqui, que ele não faça parte de uma comunicação comunitária. Afinal, segundo Peruzzo (2004), torna-se necessário avaliar a mídia comunitária no âmbito do avanço para a qualidade da participação dos

moradores e do exercício da cidadania. Por outro lado, com uma participação tão limitada, como poderiam os parceiros auxiliar nesses dois processos?

Em entrevista à Lilian Saback, acerca do projeto Parceiro do RJ ser considerado comunitário ou não, Jaílson de Souza e Silva aponta:

A Globo não criou uma mídia comunitária, é exatamente o contrário. Na verdade o que ela hoje disputa de certa forma é não querer que cresça uma mídia comunitária, mais autônoma, mais independente a partir de outras diferenças. Para ela isso não interessa. A Globo não contribui em nada, por exemplo, a surgir mídias comunitárias mais ordenadas, sistemáticas, que eles pudessem atuar juntas. Ela não tem interesse, pelo contrário, ela continua querendo manter o monopólio. (SOUZA apud SABACK: 2015, p. 195).

Em conversa com ativistas comunitários da Rocinha, Saback (2015) descobriu que, para eles, o Parceiro do RJ não os representa, pois os parceiros foram escolhidos pela Globo e não pelos moradores, além de não possuírem liberdade total na criação e edição das reportagens. Aliás, a não escolha dos moradores direciona para um elemento central nessa discussão, que é a verticalização de todo o processo na construção do quadro. Seguindo o argumento de Jaílson destacado anteriormente, o ativista e rapper Flávio “Pé” ainda aponta que esse tipo de projeto prejudica o crescimento da comunicação comunitária.

No entanto, para alguns moradores das comunidades que foram incluídas no Parceiro do RJ, o projeto funcionou como um solucionador dos problemas locais. Com isso, enquanto agentes da mídia comunitária não enxergam o Parceiro do RJ com bons olhos, os moradores aprovam a existência do quadro porque necessitam que alguém ouça e resolva os problemas da comunidade e, segundo eles, isso só ocorre quando a Globo veicula a notícia – e não quando a mídia comunitária tenta cobri-la.

Ainda que tenha sido apresentado por moradores locais, as reportagens do projeto não diferem muito de outras reportagens veiculadas no RJ Móvel, por exemplo. Afinal, por terem sido treinados com profissionais da emissora, os parceiros começaram a seguir os seus passos no mundo jornalístico de acordo com o padrão Globo de qualidade – ainda que esse padrão tenha sofrido pequenas modificações para atingir o público de camadas populares.

Por enquanto, os âncoras, os comentaristas, os repórteres e os parceiros do RJ já estão todos misturados na tela da tevê, mas cada um do no seu quadrado. Afinal, a mídia não deixa de reproduzir as desigualdades, as exclusões, os preconceitos, e as disputas de poder do mundo real. (BECKER: 2012, p. 86)

Além disso, em relação aos ganhos da comunidade com o projeto, Saback (2015) acredita que não tenha sido muito diferente do que os resultados com o RJ Móvel. Nesse contexto, Becker (2012) segue a mesma linha de raciocínio, afirmando que não existiu grandes diferenças na edição dos VTs veiculados pelo parceiros, pois seguiram quase totalmente o padrão de forma e conteúdo da equipe do RJTV.

No entanto, o impacto maior é com o resultado do projeto para os parceiros, já que alguns começaram a cursar jornalismo ou buscar patrocínio para construção de mídias comunitárias. Nesse sentido, o projeto deixou um saldo positivo com a possibilidade de formar futuros líderes comunitários que possam, de fato, ajudar a promover a cidadania na comunidade em que reside.

Abrir espaço para uma maior participação da audiência em diferentes meios não garante o reconhecimento de diferentes universos de significação e de práticas jornalísticas mais democráticas porque o outro tende a se tornar o mesmo na retórica da mídia, na qual seus discursos são naturalizados. Observa-se no telejornalismo local um apagamento da alteridade que não beneficia o diálogo, cultivando uma socialização superficial. Mas se a recorrência de depoimentos populares nos telejornais locais torna comunidades, durante muito tempo excluídas da mídia, visíveis sob determinados enquadramentos, ao mesmo tempo os noticiários constroem um ambiente no qual as comunidades têm possibilidade de ampliar a percepção de si mesmas, bem como da realidade que as faz oprimidas. (BECKER: 2012, p. 87).

De qualquer forma, a criação de quadros como RJMóvel, Parceiro do RJ ou Você no RJ não faz do RJTV – 1ª Edição um jornalismo comunitário, afinal, a maior preocupação de um programa da mídia hegemônica é conquistar e manter a audiência. Por isso, ele adota estratégias diversificadas para colocar o telejornal no topo e impedir que outras mídias, como a comunitária, ocupem esse espaço no cotidiano dos cidadãos.

4.3. Análise das reportagens do RJTV – 1ª Edição

Com o foco na representação do negro no RJTV – 1ª Edição, selecionamos 20 reportagens do programa, ao longo da primeira semana dos meses de março, junho e outubro de 2019. A escolha das matérias foi feita com base no protagonismo negro, ou seja,

trabalhamos com reportagens que colocavam um (ou mais) indivíduo negro como o centro da notícia. Já a seleção dos meses foi realizada com o objetivo de estudar os conteúdos em datas mais espaçadas e, assim, conseguir ter uma interpretação do telejornal referente ao ano inteiro.

Devido à necessidade de fazer uma avaliação crítica das reportagens, consideramos, neste trabalho, destacar as que possibilitam maiores reflexões sobre a representação do negro no programa. Traremos um panorama do conteúdo avaliado e nossas considerações gerais a respeito, levantando algumas matérias específicas que tenham chamado mais a nossa atenção. Todas as reportagens totalizaram cerca de 67 minutos de duração, lembrando que algumas matérias tinham apenas 50 segundos, enquanto outras chegavam até 8 minutos. Desse modo, o programa não apresenta um padrão fixo no tempo das reportagens, ainda que a maioria delas gire em torno de 2 minutos a 2 minutos e meio.

Para analisarmos as reportagens, baseamo-nos no estudo de Arlindo Machado e Marta Vélez intitulado “Questões metodológicas relacionadas com a análise de televisão”. Nesse trabalho, eles apontam que cada análise de um programa televisivo demanda uma metodologia diferente, ou seja, não há como aplicar o mesmo método para todos, então cabe ao observador criar a própria metodologia.

Portanto, fizemos a divisão do conteúdo em alguns tópicos, como o tema abordado, duração, presença e viés do repórter, quantidade total de sonoras, sonoras com identificação dos entrevistados e as cores de todas as pessoas entrevistadas, identificadas ou não. Quanto ao viés, separamos em neutro, empático e de identificação. Já em relação ao tema, dividimos em violência, infraestrutura, superação, moradia, esporte, música, saúde, burocracia, emprego e segurança.

QUADRO: REPORTAGENS DO RJTV – 1ª EDIÇÃO

Chamada	Dia	Tema	Duração	Repórter presente	Viés do repórter	Sonoras	Sonoras com identificação	Identificação	Cor
Violência no Complexo do Alemão	04/03/19	Violência	1min50seg	Sim	Indiferente	-	-	-	-
Morte no Alemão	05/03/19	Violência	2min	Não	Indiferente	-	-	-	-
Família atropelada	07/03/19	Infraestrutura	2min40seg	Sim	Indiferente	3	1	Anderson Leonardo (irmão de Adelson)	3 negros
Sem bonde (Comunidade RJ)	07/03/19	Infraestrutura	1min40seg	Sim	Indiferente	3	3	Solange Maria do Nascimento (moradora), Shirley (moradora), Thiago Firmino (morador)	3 negros
Dia Internacional da Mulher	08/03/19	Superação	2min30seg	Sim	Empático (Larissa Schimidt)	1	1	Jaciana Melquiades (empresária)	1 negra
Revoltante	09/03/19	Violência	2min50seg	Sim	Empático (Livia Torres)	-	-	-	-
Travessia perigosa (Comunidade RJ)	09/03/19	Infraestrutura	2min40seg	Sim	Identificação (parceiro Jessé Andarilho)	3	2	Diego Mattos (mototaxista), Chico Lenilson (agente comunitário)	3 negros
Suspeita de feminicídio	03/06/19	Violência	50seg	Sim	Indiferente	-	-	-	-
Desaparecidos	03/06/19	Segurança	40seg	Não	Indiferente	-	-	-	-
Procura-se emprego	03/06/19	Emprego	8min30seg	Sim	Indiferente	4	4	Miriam de Moura (desempregada), Marcelo Silva (desempregado), Lucas Figueira (desempregado), Camila Lacerda (estudante)	3 negros e 1 branca
Feminicídio	04/06/19	Violência	1min40seg	Sim	Indiferente	1	1	Jefferson Ferreira (delegado)	1 negro
Ringue da paz	04/06/19	Superação	2min45seg	Sim	Empático (Priscila Chagas)	3	2	Caio Silva (11 anos), Eduardo Cardoso (coordenador do projeto)	1 branco e 2 negros
Contra o feminicídio	05/06/19	Violência	2min50seg	Sim	Indiferente	4	3	Paulo Patrocínio (psicólogo), Paulo César da Conceição (coordenador do Centro de Referência do Homem de Duque de Caxias), Fernanda Fernandes (delegada da Deam de Duque de Caxias)	2 negros, 1 branca e 1 não identificado
Sem aluguel social	01/10/19	Moradia	3min35seg	Sim	Empático (Diego Haidar)	5	3	Angela Maria de Oliveira (auxiliar de serviços gerais), Mara Fonseca (dona de casa), Claudia Silva (desempregada)	5 negros
Buracos só aumentam (RJ Móvel)	01/10/19	Infraestrutura	6min	Sim	Empática (Susana Napolini)	6	1*	Dona Neuza	3 brancos e 3 negros
Saúde da Família	01/10/19	Saúde	2min30seg	Sim	Indiferente	4	4	Hermano Castro (diretor da Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz), Josenilda Araujo Mendes (empacotadora), Paulo Pinheiro (comissão de Saúde / vereador – PSOL), Cleidiane Sousa (receptionista)	3 negros e 1 branco
Sem aluguel social	02/10/20	Moradia	5min30seg	Sim	Indiferente	7	7	Jailson Farias (segurança), Alexander Dufreyer (motorista), Alice Pinto (diarista), Paulo Cezar Bento (professor), Eduardo Balduino (professor de boxe), Maria do Socorro (moradora da Rocinha), Maria da Conceição (moradora do Vidigal)	5 negros e 2 brancos
Crise na saúde	03/10/19	Saúde	8min	Sim	Indiferente	9	5*	Roberta (s/ legenda), Angélica (s/ legenda), Viviane (s/ legenda), Beatriz Busch (secretária municipal de Saúde do Rio), Edmar Santos (secretário estadual de saúde)	6 negros e 3 brancos
Canseira e revolta	04/10/19	Burocracia	2min	Sim	Indiferente	1	1	Mary Elias (dona de casa)	1 negra
Rock In Rio	04/10/19	Lazer	5min45seg	Sim	Identificação (Ana Muza e Larissa Montez do PPG Informativo e Thiago Firmino da Agência de Notícias das Favelas)	11	4*	Eliana (s/ legenda) e Fernanda (s/ legenda), responsáveis pela comida do Espaço Favela, Petrólco (s/ legenda), Dughettu (s/ legenda)	10 negros e 1 branca

* Com alguns entrevistados, a identificação foi feita pelo repórter, mas a edição não inseriu legendas.

A reportagem “Violência no Complexo do Alemão”, veiculada no dia 4 de março de 2019, mostra que, de acordo com a polícia, bandidos, em uma moto, tentaram atropelar os policiais que estavam fazendo ronda. Um policial, que foi ferido no ombro, foi identificado com o nome. Um bandido era menor de idade e o outro, já identificado com nome e foto, era maior idade. Ambos foram detidos. Nessa operação, foram apreendidas uma mochila, carregadores, munição e caderno de anotação. Logo depois, outros policiais chegaram para reforçar o policiamento, mas foram atacados e dois deles, identificados com nome, baleados. Então, corta a cena para o repórter Eduardo Tchao, no hospital Getúlio Vargas, explicando a situação do policial que levou um tiro de fuzil e precisou passar por uma cirurgia.

Nessa matéria, não houve sonoras com testemunhas, mas apenas o repórter comentando sobre o que os moradores viram. Segundo eles, dois moradores, ambos negros, foram baleados. O RJTV – 1ª Edição utilizou como fonte o jornal Voz das Comunidades, que é um jornal comunitário do Alemão, para comentar que uma senhora de 54 anos, chamada Ana Souza, foi uma das baleadas e não resistiu aos ferimentos. O telejornal utilizou uma foto da senhora, veiculada pelo Voz das Comunidades. Sobre a outra vítima, Leonidas Anacleto de 22 anos, o telejornal novamente usou o jornal comunitário como fonte para comentar sobre o assunto, posteriormente mostrando uma foto da vítima. No entanto, a polícia não confirmou que ambos tenham sido baleados no confronto.

Podemos ver que o RJTV – 1ª Edição sequer fez sonoras com parentes ou amigos das vítimas para que eles pudessem relatar o caso, tendo, assim, a fonte da polícia como a oficial sobre o caso. Ao relatar a história dos moradores, o telejornal apenas comenta que: “moradores do Complexo do Alemão dizem que uma dona de casa e um mototaxista também foram baleados”. Logo, essa informação não passa muita credibilidade, principalmente porque nenhum repórter vai ao local noticiar esse fato ou analisá-lo com maior profundidade. Aliás, não parece ser do interesse do programa verificar isso, pois, para relatar a situação do policial baleado, o repórter vai até o hospital aonde ele estava, enquanto para investigar os dois moradores baleados, o telejornal apenas utiliza fotos e dados de reportagem de outro jornal.

Já no dia seguinte, 5 de março de 2019, a matéria “Morte no Alemão” investiga morte de Ana Souza. A repórter conta que a senhora estava dentro de casa quando foi atingida na barriga, então são mostrados vídeos enviados pelos telespectadores, em que é possível ouvir o tiroteio. Dessa vez, o programa conta uma história diferente, dizendo que os moradores apontam uma outra versão da história: os policiais estavam na comunidade não para agir

como um reforço ao policial baleado, mas para impedir a realização de um baile. São mostradas imagens do caveirão da UPP destruindo a estrutura do palco, subindo uma calçada e destruindo um bar.

Essa reportagem não transmite a imagem de um repórter, contando apenas com a voz da narradora Gabriela de Palhano. Ela relata que a página do Facebook da Ana está repleta de dizeres carinhosos dos amigos e familiares. Agora, o programa parece ter buscado uma história sobre a senhora, relatando que ela era muito conhecida na comunidade, sendo comumente chamada de “Dona Ana do Pula-Pula”. Finalizando a reportagem, a narradora conta que a senhora, horas antes de morrer, tinha postado uma imagem no Facebook pedindo paz.

A diferença dessa reportagem para a anterior sobre esse mesmo assunto é que, na primeira vez que ele foi veiculado, o programa não deu devida credibilidade à possibilidade de a Dona Ana e o Leonidas terem sido baleados durante o confronto entre a polícia e os bandidos, pois a polícia não havia feito essa confirmação. No entanto, o programa ainda não relata que a fonte policial confirmou essa informação, mas, agora, ele parece ter dado mais voz a esse lado da história.

Ainda assim, nenhum membro da família ou amigos de ambos foram entrevistados. Não podemos pressupor que a produção não tenha tentado contato, mas é curioso ver a diferença entre o tratamento dado para o policial baleado, a moradora assassinada e jovem baleado. Afinal, bastou retirar algumas passagens do Facebook para construir as cenas da reportagem sobre a senhora, enquanto, para o policial, o telejornal fez questão de ir ao hospital para obter mais informações sobre ele e veicular a notícia dali. Já o jovem baleado também não mereceu o mesmo tratamento que o membro da polícia.

No entanto, é possível perceber que a produção, dessa vez, tentou simular uma imparcialidade ao mostrar o lado do policial e o dos moradores sobre o acontecido. Tanto nessa reportagem quanto na do dia anterior, o repórter e a narradora apresentam um viés indiferente em relação à notícia. Isso é possível perceber tanto pelo tom de voz utilizado quanto pela escolha de palavras.

Essas reportagens revelam dados interessantes sobre o programa. Fora a questão da naturalização do sofrimento do povo negro, que vamos abordar mais adiante, podemos perceber que o telejornal usa um jornal comunitário para embasar a notícia. Isso poderia ser relevante do ponto de vista de dar visibilidade e credibilidade ao veículo da comunidade, no

entanto, mostra que o RJTV – 1ª Edição não escolhe ir a fundo numa história relacionada à favela caso ela seja considerada rotineira. O programa sobe as comunidades para noticiar um fato, mas apenas se ele estiver relacionado com a infraestrutura ou moradia, atrapalhando a vida dos moradores nesse sentido. Já em reportagens relacionadas à violência na favela, isso não é comum. Por outro lado, devemos levar em conta o risco à segurança que essas reportagens trariam aos repórteres caso eles fossem ao local do acontecimento. Afinal, é mais fácil para os jornalistas da comunidade terem acesso do que os do RJTV.

O programa ainda tem um quadro chamado “Comunidade RJ”, em que apenas veicula notícias relacionadas às favelas do Rio de Janeiro. Na reportagem “Sem bonde”, do dia 7 de março de 2019, a repórter abre a matéria dizendo o nome de quatro moradores de Santa Marta que estão sofrendo com a falta do bonde. Em seguida, é mostrado que o bonde usado para subir o morro está em manutenção. A primeira entrevistada é Solange Maria do Nascimento, moradora, que explica por que essa manutenção está prejudicando os moradores. A segunda entrevistada é a Shirley, moradora, que anda de muleta e está com dificuldades de se locomover pelo morro por causa desse problema. Depois, a repórter Livia Torres explica que são 788 degraus para chegar à parte mais alta do morro, mas o bonde facilitou essa locomoção.

No entanto, com o bonde parado, os moradores precisam subir e descer a pé, enquanto serviços básicos como coleta de lixo estão parados. Então, surge outro entrevistado, Thiago Firmino, morador, que explica o problema do acúmulo de lixo na favela e do estado ruim de conservação do bonde. Solange também aparece abordando sobre esse último tópico. Por fim, o programa volta para o estúdio e a apresentadora Mariana Gross conta a versão da RIOLUZ, responsável pela manutenção.

Vale fazer algumas observações sobre a matéria. A repórter apresenta linguagem e postura neutra na construção da matéria. Enquanto isso, o quarto morador, citado no início da reportagem, não é entrevistado. Aliás, em relação a todos entrevistados, é importante destacar que são negros. Percebemos que, nessa reportagem, todas as sonoras apresentam o nome dos entrevistados, o que nem sempre acontece no RJTV – 1ª Edição. Além disso, as entrevistas compõem boa parte da matéria, já que, ao todo, as sonoras duraram 40 segundos, enquanto a reportagem no total, teve 1 minuto e 40 segundos. Sendo assim, é possível indicar que o quadro Comunidade RJ procura dar mais voz à população, ao contrário de outras matérias mostradas no dia a dia do programa.

Fugindo das representações do negro relacionadas à favela e violência, temos também o negro pobre que superou as dificuldades. É importante lembrar que Santos (2008) já havia comentado que uma das representações midiáticas da televisão mais comuns sobre a pobreza no Rio de Janeiro é relacionada ao mérito de o indivíduo ter dado a volta por cima mesmo com as adversidades. Um exemplo disso é a reportagem “Dia Internacional da Mulher”, veiculada no dia 8 de março de 2019. A repórter Larissa Schimidt adota um viés empático ao abrir a matéria, fornecendo uma síntese sobre o dia da mulher e a luta das mulheres.

Em seguida, começa a entrevista com a Jaciana Melquíades, empresária, em seu local de trabalho, rodeada de bonecas negras, relatando que teve a ideia de criar esses produtos devido à falta de referências durante a infância. Apenas quando cresceu e teve um filho, a empresária identificou isso como um problema e decidiu tentar mudar a situação. Jaciana conta ainda que esse trabalho tem ajudado a criar uma rede, promovendo empregos para as mulheres da região no ateliê, o que, segundo ela, é um empoderamento estético e financeiro.

A narrativa dela gira em torno da ocupação de espaços, pois Jaciana diz que cresceu na Baixada Fluminense, nunca deixou de sonhar e sempre quis ocupar diferentes lugares, comentando ainda sobre as dificuldades que as mulheres negras passam. A maior parte da reportagem é feita apenas com o relato de Jaciana, existindo pouca interferência da repórter. Ao final da matéria, já no estúdio, Mariana Gross e Fábio Júdice, comentarista de Cultura, aplaudem a Jaciana.

A luta por maior visibilidade da população negra na TV, promovida principalmente por movimentos sociais e discutida anteriormente neste trabalho, tem reflexos nos telejornais, como foi possível ver nessa reportagem do RJTV – 1ª Edição, que, no Dia Internacional da Mulher, decidiu relatar a história de uma mulher negra empresária e com consciência racial. Isso demonstra que a pressão do movimento negro, por exemplo, tem surtido efeito.

Averiguando essa história mais profundamente, podemos perceber que o programa decidiu contar um relato de superação que, como já disse Cristiano Santos (2008), é lugar-comum delegado aos pobres nos telejornais. Nesse caso, Jaciana parece ter uma vida financeira confortável, mas, por frisar que veio da Baixada, provavelmente teve uma infância humilde. Vale destacar que, de acordo com o Painel Regional da Baixada I e II, feito pelo Observatório Sebrae/RJ²⁰ em 2016, essa região conta com indicadores de pobreza e renda piores que os do estado do Rio de Janeiro como um todo. Desse modo, Jaciana busca superar

20 Ver: Painel Regional: Baixada Fluminense I e II. Disponível em: https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Ufs/RJ/Anexos/SebraePainel_BaixadaFluminense.pdf. Acesso em: 18/12/2019.

não apenas a pobreza como também o racismo por meio da sua empresa que produz bonecas negras.

Sendo assim, não há como negar a reação de surpresa ao nos depararmos com a história de uma mulher negra sendo contada no Dia Internacional da Mulher. Isso porque, geralmente, relatos positivos do povo negro são contados em datas comemorativas referentes à negritude, como o Dia da Consciência Negra e o da Abolição da Escravatura. Portanto, podemos perceber que o telejornal utiliza uma representação positiva da mulher negra. Ao longo da primeira semana de março, essa foi a única reportagem, excluindo as matérias relacionadas ao Carnaval – essas reportagens mostravam os preparativos das escolas de samba e os resultados dos desfiles, incluindo pessoas negras envolvidas nesse contexto –, que não colocou o negro em situação de vulnerabilidade ou criminalidade.

No dia 9 de março, foi mostrada a única reportagem analisada que apresenta o viés de identificação do repórter. Intitulada “Travessia perigosa”, a matéria fez parte do quadro Comunidade RJ, sendo apresentada pelo parceiro Jessé Andarilho. No início da reportagem, surgem imagens aéreas de uma ponte vermelha com um buraco enorme. Em seguida, foto de uma placa avisando de obras na ponte, mas ela ainda não foi iniciada.

Todas essas imagens são narradas pelo parceiro Jessé Andarilho, que ainda mostra o estado da ponte amarela com alguns buracos. Logo após, aparece uma sonora com Diego Mattos, mototaxista, dizendo que a amiga já prendeu a perna num buraco. Em seguida, Jessé mostra imagens da ponte verde, mais uma vez com problemas. Surge a sonora com uma mulher não identificada, ao lado de um menino, dizendo que as crianças da comunidade precisam de um lugar seguro.

Então, o Jessé Andarilho, legendado como escritor, aparece pela primeira vez na reportagem falando sobre a situação caótica das pontes, vestindo uma roupa informal, ao contrário dos repórteres do programa. Depois, o Chico Lenilson, agente comunitário, explica que a ponte está torta porque a coluna já quebrou, contando ainda que já viu pessoas caírem no local. Assim, a reportagem é finalizada. Vale destacar que todas as sonoras foram compostas por pessoas negras.

Quando o programa volta para o estúdio, o apresentador André Trigueiro indaga: “se esse problema estivesse acontecendo em um bairro da Zona Sul, Leblon, Copacabana, Ipanema, [existe] alguma coisa dúvida que esses reparos já teriam sido feitos?”. Ele explica a versão da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Habitação, alegando que a substituição das

passarelas está em processo de licitação. Ao longo dessa fala, o apresentador utiliza tom de voz indignado, bem como suas expressões faciais e corporais.

O parceiro do Comunidade RJ, Jessé Andarilho, tem um viés de identificação durante a reportagem. Aliás, o próprio quadro tem o objetivo de promover uma identificação do telespectador com o programa. O uso de um jovem de comunidade também facilita esse processo, até porque ele não se porta como um dos repórteres fixos do programa, já que tem uma postura mais informal, tanto a fala quanto na vestimenta.

Nesse contexto, é necessário destacar a contribuição de Coutinho (2014) sobre a imprensa carioca. O autor apontou que os periódicos que abordavam temas do interesse das camadas sociais mais baixas, colocando-se como um parceiro da população contra abusos das autoridades (polícias, governos etc), mas isso tem uma motivação mercadológica, pois foi observado que era necessário ter o consentimento das classes subalternas. Isso também pode ser facilmente observado na televisão, em especial nos telejornais regionais como o RJTV. Para fortalecer essa relação e promover maior conexão, o programa ainda utiliza um morador de comunidade em reportagens sobre a favela, como foi o caso da matéria anteriormente relatada.

No dia 3 de junho de 2019, o programa veiculou uma reportagem completa sobre o desemprego no Rio de Janeiro, chamada “Procura-se emprego”, com duração total de 8 minutos e 30 segundos, o que não é comum para as matérias do telejornal. A apresentadora Mariana Gross abre a matéria contando que o estado do Rio bateu 1 milhão e 300 mil pessoas desempregadas, atual recorde. Em seguida, o repórter entrevista Miriam de Moura, desempregada, ainda na fila na busca por um emprego. Depois surgem imagens de crianças brincando numa região humilde e o repórter Chico Regueira em Duque de Caxias, mostrando a parte externa da casa de Miriam e, logo após, ela diz como está se virando sem emprego, ainda que trabalhe bastante, de acordo com ele.

A jovem faz trufas para vender, com o objetivo de conseguir juntar o dinheiro da passagem para ir ao Rio de Janeiro, surgindo imagens de vídeos do isopor em que ela leva os doces. Ela conta que gasta quase 20 reais só para pegar ônibus diariamente e, em seguida, a reportagem segue para a área interna da casa, com três crianças no sofá ao lado da Miriam e, em outro sofá, o repórter. A mulher ainda explica que o transporte é uma barreira para conseguir emprego, pois recrutadores perguntam quanta ela gasta diariamente com isso, alegando que preferem quem mora no centro do Rio.

Depois, surgem novamente imagens de vídeos de crianças brincando e o Chico pergunta como ela consegue manter quatro filhos sendo mãe solteira. Miriam explica que se priva de algumas coisas em detrimento deles, contando que os recursos estão reduzidos para cuidar das crianças. Aparece ainda uma foto de close de um menino comendo um iogurte, mas, ao longo desse tipo de imagem, não são utilizadas músicas para guiar a emoção do telespectador, já que o som é, basicamente, proveniente do repórter e da entrevistada.

Logo após, a reportagem volta para a sala, novamente com a mesma posição de todos anteriormente, mas, dessa vez, é possível ver que há um menino ao lado do repórter. Ele pergunta para Miriam em quais áreas ela procura vaga, então a jovem fala que deseja ser bombeira civil, mas está aceitando emprego em qualquer outra área, porque não tem escolha. No final, o cinegrafista filma as crianças sentadas no parapeito da varanda e a mãe, em pé, todos sorrindo.

Em seguida, o repórter vai para o centro da cidade, mostrando imagens do local e dizendo que existem diversas agências de emprego na região. Então, aparece a sonora com o Marcelo Silva, desempregado, explicando a sua experiência profissional, abordando que já trabalhou em lugares como aeroportos e postos de gasolina. Ele conta que sai distribuindo currículos por diferentes partes da cidade e gasta muito com alimentação e passagem, mas tenta economizar ao pegar a condução mais barata, assim como a refeição. Ao contrário do caso anterior, nesse, o repórter não vai até a casa do Marcelo para aprofundar mais a sua história. Nota-se que ele é um homem possivelmente com condições financeiras melhores que a Miriam, por vestir roupa social e, até mesmo, pelo fato de o próprio programa não focar tanto na questão da pobreza, como tentou fazer com a Miriam, perguntando, por exemplo, se os recursos na casa dela estavam faltando ou começaram a ser reduzidos para não faltar.

Numa fila de um emprego, o repórter mostra imagens de um jovem tentando vender mini-quentinha para quem estava na fila. O repórter define ele como “Lucas, o estudante universitário, está procurando emprego”. No entanto, a legenda que consta na sonora o coloca como “Lucas Figueira, desempregado”. Enquanto não consegue emprego, o jovem vende mini-quentinhas e alega que esse foi o jeito de conseguir lucrar, pois é possível colocar menos comida e não faz sentido oferecer uma quentinha maior, com preço igualmente maior, para pessoas que estão desempregadas, sem dinheiro. Ele ainda conta que está prestes a se casar, então fazer esse negócio está o auxiliando nesse processo.

Depois disso, o repórter vai para a casa do Lucas, mostrando como ele e a noiva fazem a comida. Então, em uma sala de apartamento, a Camila Lacerda, estudante (segundo a legenda), conta que ajuda o noivo com a venda das quentinhas. Ao ser indagado se prefere vender quentinha ou ter um emprego formal, o Lucas também fala que gostaria de ter um emprego formal para gerar mais venda. Em seguida, aparece novamente a Miriam na mesma fila de emprego do início da reportagem, contando que está muito difícil conseguir emprego atualmente. Depois, o Marcelo, que aparentemente é entrevistado numa praça, como anteriormente, fala que o desempregado precisa montar estratégias diariamente.

A reportagem é finalizada com Miriam dizendo que “a esperança é a última que morre e a fé também”, mostrando em seguida imagens das crianças. No estúdio, Mariana Gross apresenta o Edmilson Ávila, comentarista do programa, que fala sobre os pontos onde estão sendo oferecidas vagas de emprego e qualificação profissional gratuita.

A partir dessa longa reportagem, é possível fazer importantes observações. Primeiro, percebemos que o programa prioriza notícias que carreguem uma carga dramática, ainda que o repórter se porte como indiferente. Podemos ver que o caso da Miriam ganhou maior destaque por ela ser uma mãe solteira pobre da periferia. Por isso, para a composição da reportagem, foi necessário utilizar as crianças em diversas passagens. Vale lembrar que, em nenhum momento, foi perguntado para ela a sua formação acadêmica, bem como suas experiências profissionais.

No caso do Marcelo, igualmente não foi citada a sua formação acadêmica, mas foi explicada a sua experiência profissional. Nesse momento, foi possível observar que o programa o tratou de modo bem mais neutro, sem utilizar de doses de sensacionalismo, talvez por ele não ter a condição financeira da Miriam. Por fim, em relação ao Lucas, o repórter já começou o tratamento diferente ao se referir ao jovem como “estudante universitário” e não “desempregado”, como disse aos demais. Lucas é um negro de pele clara, com cabelo liso, ao contrário de Miriam e Marcelo, e, visualmente, difere-se um pouco dos outros entrevistados.

Fora isso, o que mais chamou a atenção quando a reportagem focou na sua história foi perceber que, ao mostrar a noiva Camila, a legenda da sonora estava escrita “estudante” e não “desempregada”. Durante a reportagem, Camila contou que estuda e conseguia ajudar o noivo quando não estava na faculdade. Portanto, ao que tudo indica, ela também não tem emprego. No entanto, enquanto os outros, negros, foram definidos pelo programa como “desempregados”, a Camila, branca, foi identificada como estudante, lembrando que esse

título não foi dado pelo programa até mesmo em relação ao seu noivo, também estudante universitário. Dessa forma, podemos notar uma diferença no modo como o próprio programa enxerga pessoas negras e brancas sem emprego. Por meio dessa reportagem, a construção da representação negra é envolta essencialmente na questão da pobreza, dificuldades financeiras.

Já no dia 4 de junho de 2019, o RJTV – 1ª Edição, mais uma vez, tenta fugir da representação do negro focada na violência para salientar a questão da superação. Na reportagem “Ringue da paz”, a repórter conta que o projeto acontece num galpão do Morro da Providência, relatando que: “eles batalham pra vencer a própria história. Brigam com os pensamentos ruins, traumas, as perdas e as limitações que tentam fazer cada um acreditar que não pode ir além”. Depois, aparece a sonora com o menino Caio Silva, de 11 anos, que conta os benefícios da luta, como disciplina e respeito. Em seguida, surge a sonora com uma menina não identificada explicando os golpes. A repórter Priscila Chagas aparece com algumas pessoas lutando ao fundo, contando que o projeto foi criado por Eduardo Cardoso, lutador profissional de boxe e campeão carioca e nacional.

Eduardo Cardoso, coordenador do projeto, explica que foi muito difícil deixar o local do jeito que está agora e espera que os jovens consigam “trilhar o caminho do bem” com o esporte. Em 2012, as aulas gratuitas aconteciam na laje de uma casa, em que eram utilizadas bolas murchas e até banco velho de carro como instrumentos de treinamento. Nesse momento, é mostrada uma reportagem feita por Edney Silvestre naquele mesmo ano. Atualmente, crianças e jovens conseguem treinar boxe e jiu jitsu no galpão bem equipado que sobrevive graças a doações e alunos adultos que pagam as aulas, sendo mostradas imagens das pessoas lutando no local.

Desse modo, o viés da repórter é de empatia, lembrando que essa é a segunda reportagem analisada que envolve uma representação positiva de pessoas negras, já que o Eduardo é afrodescendente, novamente utilizando como base a superação das dificuldades. É interessante notar que, até o momento, os negros protagonizaram as reportagens que envolvem violência e pobreza. Até quando as matérias são sobre a infraestrutura, por exemplo, o denominador comum, mais uma vez, é a pobreza.

No dia 5 de junho, a reportagem “Contra o feminicídio” mostra, pela primeira vez analisada nesta pesquisa, pessoas afrodescendentes fora dos estereótipos. Mariana Gross abre a matéria comentando sobre como homens que já praticaram o feminicídio ou a agressão contra a mulher estão buscando orientação psicológica. Depois, surge a sonora com um

homem que não deseja ser identificado, inclusive tem a voz modificada por programas de computadores, dizendo que a agressão pode ser evitada. Então, o repórter mostra cenas de homens numa sala com dois psicólogos, um homem e uma mulher, ambos negros. De acordo com o jornalista, as reuniões funcionam como parte da pena, mas muitos vão voluntariamente.

Então aparece uma sonora com o Paulo Patrocínio, o psicólogo que estava na sala anteriormente, explicando que existe um trabalho de desconstrução do machismo, pois ele acredita que a pessoa não nasce violenta, mas torna-se devido às referências familiares. Ao todo, ele conta que acontecem oito encontros durante seis meses. A ideia de abrir esse centro surgiu por causa das mulheres, que já recebiam acompanhamento, mas foi percebido que faltava completar a luta contra o feminicídio ao abranger também os homens. Surge ainda uma sonora com Paulo César da Conceição, coordenador do Centro de Referência do Homem de Duque de Caxias, explicando que as reuniões procuram promover um trabalho reflexivo por parte dos homens qual é a parte deles dentro do ciclo da violência contra a mulher. Assim como o Paulo Patrocínio, o Paulo César da Conceição é negro.

O repórter Diego Hadar aparece em frente a Delegacia de Atendimento à Mulher, contando que o índice de reincidentes no grupo é baixo. Dos 1.700 homens que participaram das reuniões, 5 voltaram a causar violências contra a mulher. Depois, aparece a Fernanda Fernandes, delegada da Deam de Duque de Caxias, explicando que, com o grupo, os agressores conseguem perceber que estão no ciclo da violência como os autores e podem obter essa reeducação. Por fim, surge novamente uma sonora com o homem do início da reportagem, que alega ter aprendido que o melhor caminho é o diálogo.

Nessa reportagem, podemos ver que existem pessoas negras fora dos estereótipos comumente atribuídos a elas no telejornalismo. Afinal, apareceram psicólogos negros, bem como o próprio coordenador do projeto. Os entrevistados afro-brasileiros foram devidamente identificados, cujas participações se mostraram fundamentais na construção da narrativa. Essas são as histórias comuns em que a população afrodescendente precisa se ver, ou seja, não apenas como os agressores, mas como os psicólogos, os coordenadores. É interessante notar que o programa, talvez até inconscientemente, conseguiu mostrar uma representação do negro fora do eixo positivo-negativo.

Enquanto isso, na reportagem “Sem aluguel social”, do dia 1º de outubro de 2019, A apresentadora Mariana Gross mostra um panorama da história, comentando que os prédios do condomínio Jambalaia, na Zona Oeste, foram demolidos em setembro do ano passado e que,

no local, seria construído um condomínio do programa “Minha Casa, Minha Vida”. O repórter Diego Haidar começa entrevistando a Angela Maria de Oliveira, auxiliar de serviços gerais, que está catando latinhas para conseguir pagar o aluguel e, mesmo assim, o dinheiro que entra não é suficiente, inclusive alega que já está sendo mandada embora.

Então, o repórter caminha em direção ao local onde ficavam os prédios, mostrando que, até o momento, não existe nenhum sinal de obra. Em seguida, surgem cenas do antigo condomínio sendo demolido. Mara Fonseca, dona de casa, diz que perdeu muito nesse processo, inclusive a dignidade. Ela conta que tem conversado com o proprietário para flexibilizar o pagamento do aluguel, mas ele não pode esperar para sempre. Diego relata que os moradores já falaram que o aluguel social chegou a atrasar cinco ou seis vezes.

Em seguida, um senhor que não foi identificado fala que já mudou de casa várias vezes e foi expulso recentemente, morando agora com a filha. Diego comenta que as obras deveriam ter começado em janeiro, mas não existe nenhuma máquina ou homem trabalhando no local. Nesse momento, ele aponta que “vê gente indignada, querendo que promessas sejam cumpridas”, mostrando um viés empático. Surge outra sonora com um homem não identificado falando que as obras deveriam ter começado em janeiro e que a população merece respeito. Depois, aparece mais uma entrevista com a Claudia Silva, desempregada, que está vivendo de bico e reciclagem, mostrando até mesmo imagens dela chorando. Enquanto a moça relata a sua opinião, aparece uma imagem da Mara Fonseca acariciando o seu filho. Por fim, Mariana Gross comenta que a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Habitação está aguardando a liberação dos recursos provenientes do governo federal.

Mais uma vez, em reportagens que envolvem a pobreza, são utilizadas doses de sensacionalismo, como as cenas de uma mulher chorando e outra acariciando o seu filho e olhando o local onde antes era o condomínio, para trazer uma carga emocional maior à narrativa. Vale destacar que todos os entrevistados são pessoas negras, mas apenas as mulheres foram identificadas.

Nesse mesmo dia, consideramos relevante relatar um episódio do quadro RJ Móvel, intitulado “Buracos só aumentam”. Susana Napolini vai até a Rua dos Cajueiros, em Guaratiba, pela quarta vez devido à ausência de asfalto no local. No início da reportagem, a repórter aparece andando de patinete com uma corda na mão, comemorando que tem asfalto e, de repente, há uma parte da rua ainda feita de terra. Em seguida, os moradores amarram a

corda no patinete, Susana senta nele e as pessoas começam a arrastá-la pela rua, passando pelos buracos.

Então, a matéria volta para o momento em que a equipe de reportagem chega no local e a repórter comenta “não tô acreditando, tá horrível!”. Ela, dentro do carro, entrevista uma senhora não identificada que comenta como a situação da rua está precária. Passam cenas de carros sacolejando pela rua. Susana entra na loja de um senhor que vende doces e comenta sobre a perda de clientes devido às condições da rua. Depois, surge um homem andando de bicicleta, explicando que vende sacolé, e a repórter corre atrás dele. O homem, que também não foi identificado, explica que é difícil andar pela rua com o isopor de sacolés. A repórter pergunta às pessoas se ninguém veio resolver a situação e os moradores dizem que não. De repente, Susana pergunta o preço do sacolé, questiona se pode pagar depois, porque tem o dinheiro no carro, e pega um sacolé de coco. Então, ela sobe na garupa da bicicleta para ver como é a experiência de andar assim pela rua. Depois, oferece sacolé para as crianças que estavam ali.

Em seguida, aparece um casal andando com uma criança cadeirante, aparentemente com algum nível de paralisia cerebral, que diz ser péssimo andar assim na rua. A repórter pergunta qual é o nome do menino e depois diz que “o Sérgio merece, gente, uma rua decente” e pede aos pais para beijá-lo. Susana ainda conta que os moradores acharam uma finalidade para os buracos, brincando de bolinha de gude neles. A repórter decide, então, participar da brincadeira. Ela está constantemente acompanhada de crianças, adultos e idosos enquanto realiza a reportagem.

Susana chama a Dona Neuza, que foi a única entrevistada que a repórter chamou pelo nome, que alega ser o sonho dos moradores ter um asfalto na rua, comentando frases como “chega de descaso com a gente, nós sofremos muito”, enquanto a repórter se compadece com a situação, concordando com a entrevistada e até mesmo abraçando-a. A mulher chega a chorar ao falar que o seu falecido irmão sonhava em ver a rua asfaltada. Susana comenta que chamou representantes da prefeitura ao local, mas ninguém veio, então repassa a nota oficial, alegando que o asfalto faz parte do projeto Bairro Maravilha e a obra vai começar até o fim do ano e terminará no início de 2020. A repórter solicita o calendário e marca que vai retornar dia 9 de janeiro ao local.

Ao contrário dos outros repórteres do programa, Susana Napolini sempre é empática em suas reportagens e tenta se aproximar dos moradores a qualquer custo, seja beijando-os,

abraçando-os e mostrando o máximo de solidariedade. No entanto, ela não apenas se coloca como solidária como também busca resolver o problema dessas pessoas. Talvez por isso a repórter seja tão querida nos locais por onde passa. Ela não utiliza um linguajar distante, formal, colocando-se bem próxima do telespectador, então, para a Susana, a suposta neutralidade não tem vez, pois o objetivo é estabelecer confiança por meio da aproximação com a população. A reportagem mesclou entrevistados brancos e negros, tratados de forma igual, com a única diferença de apenas um deles ter sido chamado pelo nome, que foi a Dona Neuza, negra. Susana também fez questão de saber o nome do menino, branco, com necessidades especiais, que é o Sérgio, mas ele não deu declarações.

Essa tática de aproximação, tentando colocar-se lado a lado dos cidadãos, pode ser considerada exagerada para os padrões de qualidade da Globo, tanto que apenas a Susana tem “permissão” para fazer isso no RJTV – 1ª Edição, mas parece funcionar, já que os moradores a enxergam como uma parceira, aquela que vai solucionar os seus problemas. Ainda assim, é interessante notar que isso é feito predominantemente em áreas carentes, passando a ideia de que, com o pobre da Zona Norte, é utilizado o perfil do repórter camarada, enquanto com o rico da Zona Sul, esse tipo de postura é impensável.

Mais uma reportagem sobre moradia é feita no dia 2 de outubro de 2019, intitulada “Sem aluguel social”. Mariana Gross relembra que os moradores do Vidigal perderam suas casas nas chuvas de abril de 2019 e não recebem aluguel social há 3 meses. A reportagem gravada mostra o repórter Chico Regueira no Alto do Vidigal, indicando que, no local aonde ele está, 20 casas foram demolidas, pois estavam com risco de desabamento após as chuvas do dia 9 de abril. Ele começa entrevistando o Jailson Farias, segurança, que mostra onde era a sua casa. O homem comenta que está alugando uma residência, recebeu um cheque da prefeitura e, depois disso, não teve mais auxílio. A outra sonora é com o Alexander Dufrayer, motorista, que também alega não receber o auxílio e está pagando o aluguel da sua casa com o salário, mas sofre dificuldades para fazer o pagamento em dia.

A próxima entrevista, no mesmo local que as sonoras anteriores, que é a antiga casa do Jailson, é com Alice Pinto, diarista, que não está recebendo o aluguel social e não consegue pagar o seu aluguel da cada atual. Aparece então outra entrevista, em um lugar diferente, aparentemente em frente a uma casa, com Paulo Cezar Bento, professor, que diz “tudo que eu juntei na vida tá ali”, alegando que os moradores não tiveram nenhuma explicação sobre o

porquê das casas estarem em risco e tiveram que sair imediatamente e, durante esse período, o aluguel não chega e eles não têm nenhum tipo de acolhimento.

O repórter começa a entrar numa casa, que a Defesa Civil indica estar em área de risco, mas o morador se nega a sair dela. Eduardo Balduino, professor de boxe, não vai sair da casa porque não tem para onde ir e os vizinhos receberam apenas dois meses de aluguel social, enquanto a prefeitura não dá nenhuma satisfação. Aparece novamente a sonora com o Alexander, comentando que a situação está complicada. Depois disso, o programa volta ao estúdio e Mariana Gross comenta que não é apenas no Vidigal que os moradores estão sem aluguel social.

Ao vivo, o repórter Chico aparece no Vidigal, explicando que os moradores da Rocinha também não recebem o aluguel social há três meses. Então, o programa roda um vídeo caseiro de Maria do Socorro, moradora da Rocinha. Ela conta que perdeu a casa no dia 6 de fevereiro e está com o aluguel social atrasado, ainda comentando “a gente tá precisando da ajuda de vocês”. Aparentemente, a moradora enviou esse vídeo para a equipe do RJTV, mostrando como o programa é visto como um prestador de serviços para a população. Depois do vídeo, o repórter aparece falando que a prefeitura alegou que o pagamento vai cair na conta dos moradores no dia que a reportagem foi gravada.

Então, ele entrevista ao vivo a Maria da Conceição, que mora no Vidigal e perdeu um bar onde trabalhava e a sua casa. Ela diz que está acompanhando a sua conta para ver se o dinheiro cai, mas ainda não houve pagamento. A moradora expressa que “gostaria de mostrar a minha indignação”, dizendo que o seu sonho era não precisar mais viver de aluguel, mas hoje está vivendo de favor enquanto a prefeitura não paga nada. Por fim, o repórter comenta que a Avenida Niemeyer, que estava fechada, recebeu a visita do desembargador e de peritos da justiça para saber se a avenida pode ser reaberta. Depois, a Mariana Gross comenta que a situação está bem difícil para os moradores do Vidigal, que precisam caminhar longos trajetos devido ao fechamento da Niemeyer.

Fora os dois primeiros entrevistados, todos são negros. Podemos perceber que, em matérias de moradia e infraestrutura de modo geral, a população afrodescendente é quem mais aparece. Novamente, essas questões estão ligadas, ainda que indiretamente, à pobreza, pois mostram como as pessoas estão passando dificuldades para pagar as contas, correndo o risco de ser desalojadas. Inevitavelmente, isso gera a crença de que as pessoas negras são pobres e estão constantemente com problemas financeiros. De qualquer forma, não podemos negar que

os afrodescendentes são o povo mais pobre no país, representando 76% das pessoas pobres, de acordo com dados do IBGE²¹. Ainda assim, é curioso perceber como são frequentemente relacionados a esses assuntos, tornando-se os verdadeiros protagonistas.

A última reportagem que citaremos nesta pesquisa aconteceu no dia 4 de outubro de 2019, chamada “Rock In Rio”. A apresentadora Mariana Gross abre a matéria comentando que o RJTV está acompanhando o Palco Favela, no Rock in Rio, que foi a grande novidade do evento em 2019. Ela conta que os parceiros da Comunidade RJ fizeram a cobertura do festival na noite anterior, que são a Ana Muza e a Larissa Montez do PPG Informativo, jornal comunitário referente ao Pavão-Pavãozinho, e o Thiago Firmino da Agência de Notícias das Favelas. Fora a Larissa, os dois repórteres são negros.

Já na reportagem, o Thiago, a Ana e a Larissa aparecem comendo em cima do Palco Favela. O repórter conta que eles foram convidados para experimentar as “comidinhas de favela” e, depois, aparece na cozinha do Espaço Favela. Thiago entrevista os cozinheiros e alguns, inclusive, são moradores de favela, mas não chega a aprofundar a história deles. Inicia-se uma sonora rápida na cozinha com um homem que mora em Rocha Miranda e com uma mulher que mora em Belford Roxo. Ela conta que as pessoas chegam com algumas piadas, falando, por exemplo “cadê o litrão?”. Depois, o Thiago fala que “comida de favela é só sucesso”. Ele também entrevista a Eliana e a Fernanda, que são as responsáveis pela comida do espaço, mas não fala quem é quem, impossibilitando a identificação das sonoras. Uma delas explica o que é o dadinho de tapioca, que está fazendo sucesso entre os consumidores, e ela diz que se sentiu muito orgulhosa quando saiu o resultado da seleção e descobriu que seria uma das organizadoras da cozinha do evento.

A outra entrevistada também comenta que sente um orgulho muito grande e não consegue expressar a sua felicidade. Segundo ela, está ainda mais feliz por representar a sua comunidade. Então, a Larissa Montez aparece em frente ao Palco Favela, comentando que a agitação não para, e são mostradas cenas das apresentações mais cedo. Depois, a Ana Muza apresenta o Petróleo, dizendo que é muito fã dele e perguntando como ele se sentiu na sua apresentação. Ele disse que foi maravilhoso e não sabe explicar, contando também que trouxe a mãe, as filhas e a esposa para assistirem ao show. A esposa aparece ao lado dele falando que a apresentação foi maravilhosa e que agora vai curtir o evento. Depois, surge uma entrevista

21 Ver: Mesmo com maior participação, negros ainda são 17,4% no grupo dos mais ricos. Disponível em: <http://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2015-12/negros-aumentam-participacao-entre-os-1-mais-ricos-no-brasi>. Acesso em: 14 de janeiro de 2019.

gravada na hora do show com a mãe do Petróleo, que diz estar emocionada, porque o seu filho sempre sonhou em ir para o Rock In Rio.

Em seguida, a Larissa apresenta o Dughettu, que fez uma apresentação no Palco Favela e representa Madureira. Ele disse que a chance de poder falar sobre o que está acontecendo nas ruas, mas de uma forma artística, é muito poderoso e se sente muito grato por ter participado do evento. O Thiago, com um sorriso no rosto, surge dançando de modo um pouco tímido enquanto um grupo de pagode está tocando. Ele fala que está no camarim e entrevista um integrante, dizendo que todo mundo vai sambar no Rock In Rio. No entanto, o repórter não fala qual é o nome do grupo. Depois, surgem cenas do show deles.

A Ana ainda entrevista uma mulher que estava assistindo às apresentações e conta gostar muito do Palco Favela, falando ainda que “tava precisando, né?”. Aparece também uma sonora com outra mulher, que comenta amar o Palco Favela. Em seguida, mais uma sonora com uma mulher que diz: “O palco favela é uma oportunidade de mostrar esses talentos maravilhosos que têm nas comunidades” e, ao final, ainda diz “vida longa ao Espaço Favela”. Para finalizar a reportagem, a Ana, o Thiago e a Larissa aparecem sambando, enquanto a Ana diz “agora já deu” e comenta que eles vão “cair no samba”. A reportagem, mais longa que o comum no programa, durou 5 minutos e 45 segundos.

Os repórteres, em especial o Thiago, utilizam o viés de identificação durante a reportagem, tentando criar uma conexão com os entrevistados. Eles se expressam bastante ao longo das entrevistas, já que dançam, sorriem e até comentam quando são fãs do artista. Afinal, o objetivo é conseguir aproximar não apenas os entrevistados como também os telespectadores. Praticamente todos os entrevistados na matéria são pessoas negras, exceto uma, que aprovaram a novidade do festival. Os repórteres são bem informais tanto na linguagem adotada para transmitir a notícia como na vestimenta, diferenciando-se bem dos jornalistas fixos do programa.

É importante destacar ainda essa parceria que o RJTV vem fazendo com profissionais do jornalismo comunitário para a produção de reportagens do Comunidade RJ. Num primeiro momento, isso poderia ser considerado interessante, mas percebemos que essa é mais uma tentativa de minar a comunicação comunitária ao tenta trazer os seus integrantes para a Rede Globo. Vemos que o sentido do próprio jornalismo comunitário é esvaziado, sendo ressignificado conforme a ideologia da burguesia e, por isso, transformando-se em mito. Os repórteres precisam ser despolitizados na construção das matérias, perdendo, com isso, um

componente essencial nesse modo de fazer jornalismo. Isso porque, em relação ao Palco Favela, é possível fazer críticas relevantes, mas eles só mostraram elogios.

O Palco Favela foi criado em 2019 para mostrar os talentos das comunidades e fez bastante sucesso durante o festival. Ainda que muitos entrevistados tenham elogiado bastante a novidade, ela deve ser analisada mais a fundo. Afinal, por que segregar os artistas das favelas em vez de colocá-los nos outros palcos? E mais: quantos moradores de favela têm condições financeiras de pagar o alto valor do ingresso para assistir às apresentações? De qualquer forma, essa foi uma boa estratégia da produção para entreter quem foi ao festival, pois o público, de fato, gostou desse novo espaço.

Além disso, os artistas encontraram uma chance de participar de um evento tão grandioso como o Rock In Rio, não apenas emocionando-se como também fazendo as suas famílias se emocionarem. Desse modo, do ponto de vista da realização de um sonho, essa novidade foi relevante para os artistas, que puderam se tornar mais conhecidos. Por outro lado, essa estratégia não deve bastar caso eles desejem equidade. Ou seja, que possam estar no mesmo espaço que os artistas “do asfalto”, e não num lugar separado.

Após a análise aprofundada dessas reportagens, considero importante traçar algumas observações gerais a respeito do material. A partir disso, notamos que o viés do repórter que reina nas reportagens é o indiferente, com 13 aparições. Em relação ao assunto, o que mais surge é a violência, contabilizando seis vezes. Notamos, ainda, que nem todas as matérias têm sonoras, já que cinco delas não contaram com entrevistados. Desse número, quatro eram referentes à violência e uma à segurança.

Com isso, já podemos tirar algumas conclusões. No geral, os afrodescendentes são os verdadeiros protagonistas quando o tema é a violência. Ainda assim, a eles, nem sempre existe a chance de participar da reportagem como testemunha ou, até mesmo, para falar sobre o seu ponto de vista como vítima. Não podemos inferir que o programa não tenha tentado contato para apresentar sonoras nessas quatro reportagens sobre violência, mas é no mínimo curioso que mais da metade das matérias sobre esse assunto não tenham entrevistados, enquanto outros temas, como o de infraestrutura, que apareceu em quatro reportagens, apresentem sonoras. Estaria, então, a violência contra os negros tão naturalizada assim, ao ponto do programa nem precisar de sonoras para construir as reportagens, já que essas ações são dadas como normais, fazendo parte do cotidiano da população?

Nesse momento, é importante destacar o que Mbembe chama de necropolítica. Segundo o autor, existe uma política de mortes, sendo possível escolher quem vai viver ou morrer, em que “a função do racismo é regular a distribuição de morte e tornar possível as funções assassinas do Estado” (MBEMBE: 2016, p. 128). Vale destacar que a população negra é a mais assassinada no Brasil, representando 75% das vítimas por homicídio no país, de acordo com a pesquisa Atlas da Violência de 2019²², desenvolvida pelo Ipea e o Fórum Brasileiro de Segurança. No Rio de Janeiro, por exemplo, de 2012 até 2017, o número de afrodescendentes assassinados aumentou 44,1%. Isso mostra como o sofrimento negro não é apenas permitido pelo Estado como também naturalizado por ele, perpassando pelas diferentes camadas sociais e, assim, chegando à TV como acontecimentos considerados rotineiros.

Vemos que, ao todo, no programa, a população negra é inserida em contextos de pobreza ou violência. No entanto, o que parece se destacar é a questão do negro pobre. Isso porque em matérias de temas como emprego, moradia, infraestrutura e superação, por exemplo, a condição financeira entra em pauta, ainda que indiretamente. Afinal, esse é um recurso telejornalístico para adicionar a dramatização, como as imagens de pessoas chorando. Desse modo, o que prevalece na representação do negro no RJTV – 1ª Edição é o negro pobre.

Enquanto isso, em reportagens de afrodescendentes como vítimas do feminicídio – “Revoltante”, “Suspeita de feminicídio”, “Feminicídio” e “Contra o feminicídio” –, parentes ou amigos das vítimas sequer foram entrevistados. Aliás, o telejornal utiliza apenas fotos das mulheres. Portanto, será que a violência já não comove tanto quanto a pobreza? Falando em comoção, a reportagem “Desaparecidos”, mostra fotos de um menino negro de 17 anos, Rafael Celestino, que é o primeiro desaparecido identificado dentre sete jovens que desapareceram há mais de uma semana.

Na matéria, aparecem também cartazes com fotos do Rafael e pedido de justiça/respostas das autoridades, enquanto a apresentadora destaca que mais seis famílias registraram a ocorrência. Segundo testemunhas, criminosos mataram e levaram o corpo dos jovens. O desaparecimento de sete jovens de periferia deveria causar revolta no telejornal que se diz prestador de serviços da população, afinal, essa questão está ligada à segurança. No

22 Ver: Atlas da Violência 2019. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/06/Atlas-da-Violencia-2019_05jun_vers%C3%A3o-coletiva.pdf. Acesso em: 10 de janeiro de 2020.

entanto, a reportagem, sem sonoras, leva apenas 40 segundos e esse tema sequer é comentado ao longo da semana, lembrando que ela foi veiculada no dia 3 de junho de 2019, que foi uma segunda-feira.

Outro ponto que devemos levantar é em relação à representação do negro fora dos estereótipos, como pobreza (relacionada à superação, moradia, infraestrutura, emprego e burocracia) e violência. Nas reportagens analisadas, vimos entrevistados afrodescendentes como especialistas ou autoridades oficiais do assunto, como no caso da matéria “Saúde da Família”, na qual o diretor da Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz, Hermano Castro, comenta sobre o corte de bolsas de residentes e alerta que a oferta de vagas para 2020 será reduzida, o que vai prejudicar a atenção à saúde básica nos próximos anos.

Mais um exemplo está na matéria “Feminicídio”, em que o delegado Jefferson Ferreira explica como ocorreu o assassinato de Eva Aparecida, também negra, pelas mãos do ex-companheiro. Além desse episódio, houve também o já relatado “Contra o feminicídio”, no qual o psicólogo Paulo Patrocínio e Paulo César da Conceição, coordenador Centro de Referência do Homem de Duque de Caxias, são entrevistados. Ainda que não sejam as vítimas ou agressores, portanto, não estejam em posições estereotipadas, eles estão inseridos no contexto comumente vinculado à população negra.

De todas as reportagens analisadas, vemos casos de representações positivas nas reportagens “Dia Internacional da Mulher”, “Ringue da paz” e “Rock in Rio”, lembrando que as duas primeiras estão intrinsecamente vinculadas à questão da superação das dificuldades. Já a última está mais relacionada ao lazer, por meio do festival de música, mostrando artistas e demais trabalhadores afro-brasileiros do Espaço Favela. Por outro lado, se o foco da reportagem fosse o Rock in Rio como um todo e não essa novidade do festival, provavelmente essas pessoas não ganhariam tanto destaque.

Com isso, identificamos que, nos centros das reportagens, a população negra ora é representada positivamente, ora negativamente, ainda que este último prevaleça. Em raros casos das histórias comuns, pudemos ver personagens não estereotipadas apenas em matérias da saúde, como “Crise na saúde” e “Saúde da família”, em que pessoas negras foram entrevistadas como pacientes ou parentes de pacientes para falar sobre a situação dos hospitais. Fora isso, quando aparecem como personagens fora do eixo positivo-negativo, eles são os entrevistados especialistas, não os personagens que são o foco da reportagem.

Ainda que negros sendo mostrados como entrevistados especialistas ou autoridades oficiais sejam, de fato, um avanço para a representação afrodescendente no telejornalismo, possibilitando à população novas formas de se ver na TV, não podemos nos dar por satisfeitos. Afinal, são raras as vezes em que isso acontece, como pudemos perceber: de 20 reportagens, em apenas três delas existiram entrevistados nessas posições. Isso mostra como a mídia hegemônica tende a atender a algumas demandas, mas não completamente, reformulando-as de acordo com os seus interesses.

5. CONCLUSÃO

A análise das reportagens do RJTV – 1ª Edição comentada anteriormente antecipa a conclusão desta pesquisa por mostrar que o programa incorpora algumas aspirações dos movimentos sociais quanto à representação do negro, colocando afrodescendentes como entrevistados especialistas ou personagens de histórias comuns, por exemplo. No entanto, esses acontecimentos são tão raros que não indicam uma verdadeira subversão no modo global (e racista) de fazer jornalismo.

Afinal, a população negra continua sendo representada nos contextos estereotipados de violência e pobreza. Antes de iniciar a pesquisa, a minha hipótese é que o telejornal veiculava afro-brasileiros principalmente em reportagens de violência, mas, se forem consideradas as temáticas que têm ligação com a questão financeira, vemos que ela é a maioria no conteúdo analisado, aparecendo 10 vezes. Desse modo, é possível concluir que a representação do negro no RJTV – 1ª Edição está intimamente relacionada à pobreza.

Inclusive o modo como os repórteres trataram os entrevistados dessa temática foi diferente, adotando um viés empático em cinco dessas 10 matérias e fazendo uso de variados recursos para adicionar dramaticidade, como pessoas chorando e a exposição de crianças. Já em reportagens de violência, a indiferença dominou a produção, que veiculou os casos como se fossem cotidianos. Apenas a apresentadora Mariana Gross que, vez ou outra, demonstrava a sua indignação. Aliás, vale destacar que o RJTV – 1ª Edição, de acordo com as definições de Machado (2003) sobre telejornal, estaria enquadrado como centralizado/opinativo, no qual o âncora direciona o programa e pode fazer comentários opinativos, expondo emoções como pesar e aversão.

Desse modo, nota-se que o programa não invisibiliza por completo o povo negro, mas invisibiliza suas outras formas de existência, promovendo o que Martins (2018) chama de comunicação simbólica do silêncio. Isso porque, enquanto as reportagens dentro dos contextos estereotipados são repetidas diariamente, poucas são as vezes em que os afrodescendentes são vistos em histórias comuns ou como entrevistados especialistas e autoridades oficiais.

Ainda que existam as representações positivas, como as que foram construídas em torno da superação, elas não devem ser encaradas como um progresso. Afinal, as histórias do pobre negro vencedor, por exemplo, são pautadas na ideia de esforço pessoal, ignorando o

papel do Estado na proteção de pessoas em vulnerabilidade. Por mais que o telejornal se coloque como um prestador de serviços, reivindicando as soluções com o Estado, nesse caso, ele parece ignorar o papel do governo e estimular a crença de que todos devem buscar individualmente o próprio bem-estar. Portanto, acredito que a representação do negro deve ser baseada em toda a sua complexidade, não apenas focando no eixo positivo-negativo.

Com isso, é possível verificar que o programa não fez grandes avanços quanto à questão da representação, ainda que se diferencie bastante de outros telejornais da emissora. Em relação às mudanças que ocorreram, é importante destacar que não partiram de uma iniciativa da Rede Globo, mas de pressão externa devido à maior participação de entidades negras na sociedade, que conseguem reorientar as produções televisivas. No entanto, isso não é suficiente para causar uma revolução na representação do negro, até porque a hegemonia é capaz de contemplar as reivindicações das camadas mais baixas para manter o consenso, lembrando que os meios de comunicação fazem parte dos aparelhos de hegemonia mais eficazes. Por isso, a televisão se reinventa, atendendo a algumas demandas, para que consiga manter o consenso ativo dos dominados.

Então, para que exista uma revolução profunda na representação do negro, é necessário que a própria população afro-brasileira consiga difundir sua visão de mundo e, a partir dos seus interesses, produzir novas representações, como vem fazendo nos jornais comunitários e cinema independente. Como acredita Moscovici (2015), os preconceitos poderiam ser superadas se houvesse uma mudança nas representações vigentes, mas, para que isso aconteça, é necessário que as camadas subalternas se posicionem firmemente contra diante da ideologia da burguesia. Se não estiverem munidos do olhar opositor, os oprimidos podem facilmente ser cooptados e compactuar com as visões e crenças pautadas nas representações da classe dirigente sobre quem eles próprios são, até porque as representações conseguem moldar os indivíduos e fazê-los crer no que dizem sobre eles.

O modo de fazer jornalismo na TV segue sendo racista, especialmente nessa era do bios midiático, que não abre espaço para discussões de relevância social. Por isso, torna-se tão árduo se desvincilhar da mídia tradicional, já que ela não propicia questionamentos sobre problemas sociais, inclusive como o racismo, e valores éticos, dificultando ainda mais a tomada de consciência.

Desse modo, é possível concluir que, tanto na Rede Globo como na mídia tradicional como um todo, não existe a possibilidade de fazer um jornalismo que seja apartado do

racismo institucional. Logo, a população poderá ver algumas pequenas mudanças ou, no máximo, reformas quanto à representação do negro, mas não uma revolução.

Ainda que muitos acreditem que esse problema seria solucionado com a maior participação de profissionais negros nas emissoras, é necessário lembrar que a produção continuaria sendo compatível com a cultura dominante, que é branca e racista. Portanto, poderia haver algumas reformas para manobrar os conflitos internos e externos, mas isso apenas geraria novas formas de discriminação para que o poder continuasse nas mãos da classe hegemônica.

Por isso, é necessário apostar na comunicação comunitária e não deixá-la ser absorvida pela grande mídia, como vem acontecendo no caso do RJTV – 1ª Edição, que tem utilizado repórteres de jornais comunitários em algumas de suas reportagens, chamando-os de parceiros. Isso enfraquece o princípio básico dessa produção jornalística, que é a gestão nas mãos da comunidade. Caso esse processo continue acontecendo, é possível que esses jornais se tornem mais semelhantes à rede Globo e percam as suas características fundamentais.

Para além dessa questão da representação, que foi o foco da pesquisa, percebo que os estereótipos seguem vigorando nas reportagens porque a sociedade caminhou pouco ou nada na dissolução do racismo. Então, uma sociedade racista produz representações racistas. Desse modo, se almejarmos uma verdadeira revolução nesse quadro, é necessário mudar essa estrutura.

Isso significa instaurar a luta antirracista em todos os âmbitos, desde o jurídico até o social, mas, principalmente, possibilitar que as pessoas negras preencham todos os espaços. Afinal, como disse Sodré (2015), o racismo acontece quando ocorre a aproximação, pelo fato de o branco acreditar que o negro não pode ocupar aquele lugar. Então, deve haver a partilha de territórios, pois a história (e o nosso presente) mostra que direitos iguais perante a lei e a possibilidade de ascensão econômica não eximem uma pessoa de sofrer racismo.

3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEVEDO, Cláudia; NOUHARA, Jouliana; PEREIRA, Raquel; TAMASHIRO, Helenita. **Representações Sociais dos Afro-descendentes na Mídia de Massa**. In: 30º Encontro da ANPAD, Salvador, 2006.

ALENCAR, José. **O tronco do ipê**. São Paulo: Poeteiro Editor Digital, 2014.

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ARAÚJO, Joel Zito de. **A negação do Brasil**. 2.ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.

_____. *A força de um desejo – a persistência da branquitude como padrão estético audiovisual*. **Revista USP**, São Paulo, n. 69, 2006.

BARTHES, Roland. *O mito, hoje*. In: **Mitologias**. 4.ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

BECKER, Beatriz. Todos juntos e misturados, mas cada um no seu quadrado: um estudo do RJTV 1ª edição e do Parceiro do RJ. **Galaxia** (São Paulo, Online), n. 24, p. 77-88, 2012.

BORGES, Rosane. *Das perspectivas que inauguram novas visadas*. Prefácio. In: HOOKS, bell. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

COUTINHO, Eduardo. **A comunicação do oprimido e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Mórula editorial, 2014.

COUTINHO, Nelson. **Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CRUZ, Ana Sílvia Laurindo. **Mulheres em pauta: mitos de gênero em reportagens do Jornal Hoje**. In: Anais do VII Seminário Fazendo Gênero, Santa Catarina, 2006.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. *A questão dos intelectuais em Gramsci*. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 118, p. 265–293, 2014.

DUVEEN, Gerard. *O poder das ideias*. Prefácio. In: MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

FARIA, Maria Cristina de; FERNANDES, Danubia. *Representação da identidade negra na telenovela brasileira*. In: **E-Compós**, 2007.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1972.

FERRO, Rogério. *O negro sem cor no telejornalismo brasileiro*. In: BORGES, Roberto; BORGES, Rosane (Orgs.). **Mídia e racismo**. Petrópolis: DP et Alii Editora, 2012.

FREIRE, João. *Mídia, estereótipo e representação das minorias*. **Eco-Pós**, Rio de Janeiro. v. 7, n. 2, pp.45-71, 2004a.

_____. *Notas históricas sobre o conceito de qualidade na crítica televisual brasileira*. **Galaxia**, São Paulo, n.7, p.85-110, 2004b.

_____. *Força de expressão: construção, consumo e contestação das representações midiáticas das minorias*. In: **Revistas Famecos**, Porto Alegre, n.28, 2005.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48.ed. Recife: Global Editora, 2003.

GOETZ, Everley Rosane; CAMARGO, Brigido Vizeu; BERTOLDO, Raquel Bohn; JUSTO, Ana Maria. *Representação social do corpo na mídia impressa*. In: **Psicologia & Sociedade**. 2008, vol.20, n.2, pp.226-236.

GOMES, Taiga. **A cidade televisionada: um olhar sobre a relação entre o telejornal local, o telespectador e o Grande Rio**. Dissertação de Mestrado em Comunicação Social. Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1982.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

_____. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016.

HOOKS, bell. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019.

JAMESON, Fredric. *Sobre “Os Estudos de Cultura”*. In: **Novos Estudos CEBRAP**, 1994, n. 39, pp. 11-48.

JODELET, Denise. *La representación social: fenómenos, conceptos y teoría*. In: Moscovici, Serge. **Psicología social II**. Pensamiento y vida social. Psicología social y problemas sociales. Barcelona: Paidós, 1986, p. 469-494.

_____. **Representações sociais**: Um domínio em expansão. 2001. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/324979211_Representacoes_sociais_Um_dominio_em_expansao>. Acesso em: 31/03/2018.

MACHADO, Arlindo. **A televisão levada a sério**. 3.ed. São Paulo: Editora Senac, 2003.

_____; VÉLEZ, Marta Lucía. *Questões metodológicas relacionadas com a análise da televisão*. In: **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, 2007.

MARTINS, Zilda. **Cotas raciais e o discurso da mídia**: um estudo sobre a construção do dissenso. Curitiba: Appris, 2018.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. In: **Revista do PPGAV/EBA/URFJ**. n.32, 2016, pp.122 – 151.

MORONI, Alyohha; FILHA, Elza. **Estereótipos no telejornalismo brasileiro**: identificação e reforço. In: XXXI Intercom, Natal, 2008.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 3.ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

PAIVA, Raquel. **O espírito comum**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

PERUZZO, Cicilia. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

SABACK, Lilian. **Parceiro do RJ / TV Globo**: comunidade e narrativas inclusivas pelo audiovisual. Tese de Doutorado em Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro em

regime de cotutela com o Programa de Doutoramento em Ciências da comunicação do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, 2015.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

_____. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RUFINO, Joel Rufino dos. **Saber do negro.** Rio de Janeiro: Pallas, 2015.

SANTOS, Cristiano. *Representações sociais de pobres e comunidades da cidade do Rio de Janeiro na TV.* In: PAIVA, Raquel. SANTOS, Cristiano. (Orgs.). **Comunidade e contra-hegemonia: rotas de comunicação alternativa.** Rio de Janeiro: Mauad, 2008.

SHOSHAT, Ella; STAM, Robert. *Estereótipo, realismo e luta por representação.* In: **Crítica da imagem eurocêntrica: multiculturalismo e representação.** São Paulo: Cosac Naify, 2006.

SILVA, Ana Célia da. *As transformações da representação social do negro no livro didático e seus determinantes.* In: PROGRAMA A COR DA BAHIA. **Educação, racismo e antirracismo.** Salvador: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, 2000, n. 4.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum: Notas para o método comunicacional.** Petrópolis: Vozes, 2015.

_____. **Claros e escuros: Identidade, povo, mídia e cotas no Brasil.** 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

_____. **O monopólio da fala: função e linguagem da televisão no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 8. ed, 2010.

_____. *Por um conceito de minoria.* In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre. (Orgs.). **Comunicação e cultura das minorias.** Rio de Janeiro: Paulus, 2005.

STOWE, Harriet Beecher. **A Cabana do Pai Tomás.** Portugal: Editorial Verbo, 2000.